



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

MARCOS MAURÍCIO COSTA FREITAS

***“A Política do Espírito”* na formação da Juventude Salazarista e a educação
doutrinária da Mocidade Portuguesa (1936-1945)**

RECIFE

2020

MARCOS MAURÍCIO COSTA FREITAS

**“A *Política do Espírito*” na formação da Juventude Salazarista e a educação
doutrinária da Mocidade Portuguesa (1936-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Giselda Brito Silva.

RECIFE

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- F866 Freitas, Marcos Maurício Costa
“A Política do Espírito” na formação da Juventude Salazarista e a educação doutrinária da Mocidade Portuguesa (1936 1945) / Marcos Maurício Costa Freitas. - 2020.
155 f. : il.
- Orientadora: Giselda Brito Silva.
Inclui referências.
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2020.
1. Portugal. 2. Estado Novo. 3. Educação Nacional. 4. Mocidade Portuguesa. 5. Cultura Política.
I. Silva, Giselda Brito, orient. II. Título

**“A Política do Espírito” na formação da juventude salazarista e a educação doutrinária
da Mocidade Portuguesa (1936-1945)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

MARCOS MAURÍCIO COSTA FREITAS

APROVADA EM **28 / 02 / 2020**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Giselda Brito Silva
Orientadora – Programa Pós-Graduação em História – UFRPE

Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura
Examinador Interno - Programa Pós-Graduação em História – URFPE

Prof. Dr. Karl Schurster Veríssimo de Souza Leão
Examinador Externo - UPE

Prof. Dr. António Costa Pinto
Examinador Externo – Universidade de Lisboa

À minha mãe que, mesmo sob todas as dificuldades, se fez sempre presente antes, durante e na conclusão deste trabalho. Ela que me fez, me colocou no mundo e me apontou o caminho... é, por excelência, coautora deste texto.

AGRADECIMENTOS

Agradecer pode ser uma prática difícil para alguns, morna para outros, ou até mesmo uma prática revigorante para um determinado grupo de pessoas. Acredito, sem pretensão alguma, que me encaixo nesse terceiro grupo. De todos os defeitos deste mundo e que nós humanos possamos ter, creio que a ingratidão não faça parte do meu acervo. Seguindo neste ritmo, gostaria de começar agradecendo a Deus que, por mesmo ao longo dos séculos e nas mais variadas tradições tenha recebido nomes e qualidades distintas, para mim, representa luz, sabedoria, força, Fé, Amor...; tudo o que preciso para levar a vida em frente. No entanto, quem me vê na vida acadêmica sabe que, talvez, eu seja o maior dos hereges, crítico e curioso. Sou muito grato por tudo, por toda a proteção, por essa oportunidade, por ter chegado até aqui. Com certeza, ao longo deste percurso, eu nunca estive só.

“Chegar para agradecer e louvar.

Louvar o ventre que me gerou.”

A partir deste ponto, gostaria de dialogar um pouco com o texto ‘Abraçar e Agradecer’ de Maria Bethânia (<http://cartasparamaria.com.br/abraçar-e-agradecer-maria-bethanea/>). E é neste sentido que gostaria de agradecer à minha querida mãe... Ela que, sem dúvidas alguma, é uma coautora deste trabalho, por ter me colocado no mundo; por me criar; por acompanhar minha jornada até o final deste ciclo. Ela que, na sua guerra diária; na sua sabedoria distinta; no seu olhar carinhoso e preocupado com nosso melhor; na sua força amazônica; mostrou a mim e aos meus irmãos o caminho, trilhou junto, aguentou as dúvidas e choros desesperados, abraçou e, por muitas vezes, carregou no colo. À ela todo este trabalho, o título, o profissional que estou me formando, todo o bônus, a felicidade, toda a minha eterna gratidão. Isso tudo é um presente que me foi dado de graça e por amor, coisas que nem em dez vidas daria pra pagar. Esta mulher merece todas as glórias e bênçãos que Deus e a vida possa dar. Você minha mãe é a minha inspiração de pessoa e profissional, é a pedra fundamental de quem sou e de quem almejo ser. Te amo!!!

Agradeço à minha vó (Ivete) que é uma das maiores torcedoras do meu sucesso. Ela que nem sempre esteve presente fisicamente, esteve presente nos seus jargões repetidos por mim inumeráveis vezes nas rodas de amigos, arrancando gargalhadas de todos. E, em sua pessoa, aproveito para agradecer à toda a família Guedes Costa pelas palavras de incentivo, pela torcida,

pela força. Ao meu pai (Marcos) por ter me criado e por ter contribuído para quem sou hoje. Aos meus irmãos (Thais e Thiago) e aos meus sobrinhos (Yago e Helena) por, de suas maneiras particulares, me acompanharem, torcerem por mim e por meus projetos, tornarem, de uma forma ou de outra, os dias mais leves, mais agradáveis. Afinal, a pesquisa é muito solitária e exige muito jogo de cintura, mas todos vocês se fizeram presentes e sou muito grato por isto. De maneira especial à minha irmã que me deu dois presentes em formato de sobrinhos, além de iluminar minha existência com o convite para apadrinhar Helena durante o período do Mestrado. Amo todos vocês!

“Agradecer os amigos que fiz

E que mantém a coragem de gostar de mim, apesar de mim...”

Mais uma vez, tomo um pouco as palavras de Bethânia para falar daqueles que tiveram uma participação importante ao longo da minha vida; antes, durante e depois do Mestrado. Foram momentos diversos, bons e outros nem tão bons assim, mas juntos passamos por cada um deles. Gostaria de agradecer à minha orientadora Giselda Brito Silva que, desde a graduação, vem acreditando neste menino. Digo menino, pois tenho muito, muito o que aprender. De lá até cá, ela vem ensinando os passos, corroborando com a pesquisa, colaborando com meu trabalho, trabalhando junto. Já somamos mais de cinco anos de parceria, de pesquisa histórica, de amizade. Construimos uma família, pois é exatamente assim como ela trata os seus orientandos, como verdadeiros filhos acadêmicos. E digo sem medo... a professora Giselda Brito Silva é uma mãe acadêmica para mim e sei que para muitos colegas que, juntos, admiramos seu trabalho, sua dedicação, a pessoa que ela é.

Gostaria de agradecer à banca examinadora do meu trabalho: Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura (Programa de Pós-Graduação em História – UFRPE); Prof. Dr. Karl Schurster Veríssimo de Sousa Leão (Universidade de Pernambuco) e Prof. Dr. Antônio Costa Pinto (Universidade de Lisboa). Juntos, me deram aulas maravilhosas, indicaram autores, textos, sugestões para esta produção e para outras no futuro, corroborando com a minha vida como professor e pesquisador de História. Posso dizer sem medo que ainda nos encontraremos muito pelas universidades e eventos da vida acadêmica. Vocês são exemplos a serem seguidos.

“Agradecer a alegria das crianças,

As borboletas que brincam em meus quintais, reais ou não.

Agradecer a cada folha, a toda raiz, as pedras majestosas

E as pequeninas como eu...”

Agradecer aos professores que de uma maneira ou de outra corroboraram para minha formação e cruzaram meu caminho ao longo da escrita deste trabalho. Ao professor Wellington Barbosa pela disciplina que lecionou, pelo seu olhar humano e gentil, pelas boas conversas e risadas; ao professor Antônio Paulo Resende pelas novas conexões feitas com a história e pelas aulas interessantes e nada ortodoxas; à professora Élcia Bandeira pelo carinho de sempre; ao professor Humberto Miranda por trazer calma enquanto era tempestade, por ser humano quando esta palavra parecia deixar de existir; à professora Virgínia Leal e suas contribuições da Análise do Discurso; à professora Ana Nascimento e suas ponderações tão assertivas; aos professores Antônio Gasparetto Júnior e Diogo Cunha que coordenaram o Simpósio Temático da Anpuh Nacional (2019), que além de ter sido um dos simpósios mais ricos e produtivos da minha carreira acadêmica até agora, contribuíram demais na finalização do meu texto. A todos estes mestres e mestras o meu muito obrigado.

“Agradecer o sol que raia o dia,

A lua que como o menino Deus espraia luz

E vira os meus sonhos de pernas pro ar.

Agradecer as marés altas

E também aquelas que levam para outros costados todos os males.”

Agradecer à Camila Nogueira que além de ser mais uma irmã que Deus colocou na minha vida, esteve e está sempre presente em todos os momentos ou dimensões, que é uma amiga até debaixo d’água. À Luanna Cavalcanti por ser luz, amor e compreensão, por ser companheira nos momentos difíceis ou das nossas loucuras geek em nossas terras 1, 4, X e todas as outras do nosso multiverso. À minha amiga de longas datas, Mariana Leão, por ser tão especial e dona de um sorriso ensolarado que aquece a alma e o coração. Agradeço também por ter sido a primeira corretora deste texto antes da qualificação.

Agradecer a Stênio Carvalho por ser um dos poucos amigos que fiz para além dos muros da universidade. Desde as nossas gargalhadas nos corredores do CEGOE até as mesmas gargalhadas nas longas tardes de trabalho e pesquisa na sala de nossa orientadora. Dividimos conquistas, dúvidas, problemas, felicidades, autores, piadas. Ele foi muito importante antes e

durante este percurso e é uma das pessoas que gostaria de levar ao longo dos anos, para a velhice. Obrigado, amigo! Agradecer a Rennan Amaral que além de ser amigo de infância, é meu padrinho e está presente comigo até hoje. Além dos conselhos e companheirismo, tem me ajudado até na impressão de várias versões deste trabalho. Um dia eu pago. Kkkkk. Muito, muito obrigado!

Agradecer a Thiago Moraes pelas conversas nos corredores das bibliotecas, pelas conversas informais, pela amizade de sempre, pelos conselhos. Além de tudo, é o responsável pelas correções deste texto final. Sou muito grato! Agradecer ao meu grande amigo, Everton Ricardo, por ser simplesmente quem é. Sei que de onde ele estiver, sempre estará torcendo por mim e a recíproca é verdadeira. É um exemplo de pessoa que mesmo sob as maiores adversidades, não deixa a peteca cair, não deixa de celebrar e passar sua energia tão boa para aqueles que estão ao seu redor. Está sempre disposto para longas conversas, rolês aleatórios e culturais, cafés e boas cervejadas. Ele tem sempre uma piada e um trocadilho na ponta da língua. Te adoro, amigo!

“Agradecer a tudo que canta no ar,

Dentro do mato, sobre o mar,

As vozes que soam de cordas tênues e partem cristais.”

A Josivan Marinho todo o meu carinho, pois foi de extrema importância neste último ano do mestrado. Amigo das conversas nos corredores da Rural, dos jantares e almoços no RU, dos conselhos, companheiro do dia-a-dia. Ele que sempre esteve disponível com um sorriso acolhedor, abriu as portas do coração e da sua casa, onde moro e que me propiciou um ambiente confortável para a finalização destas linhas que compõem este texto. Valores que nem em 200 anos ou em longas linhas de agradecimentos não seria possível pagar. Só eu sei a importância de sua presença no final deste ciclo e tenho muito orgulho de te ter na minha vida. Aproveitar também para agradecer aos seus familiares e que hoje, de certa maneira, adotei como parte da minha família. À sua mãe (Dona Gírlene) por todo cuidado, por toda atenção, por toda a compreensão, por estar sempre presente; a seu pai (Seu Luís) pela mão amiga e por tornar tanta coisa possível; por seu irmão (Giovanni) e sua cunhada (Bárbara) por serem companhias agradabilíssimas e por dividirmos momentos tão divertidos e cheios de guloseimas. Quando nos juntamos, é comida até estourar o bucho. Muito obrigado a todos vocês!

Agradecer a Mário Cruz Júnior pela amizade de sempre, pelo carinho, pela atenção. Ele também teve parcelas de participação neste processo, inclusive, no primeiro ano do mestrado, onde eu e muitos amigos estavam sem bolsa de estudos e ele, mesmo de longe, fez de tudo pra me ajudar. Sou muito grato por isso. A José Basílio pelo companheirismo, pela amizade, pela força antes e durante o processo de seleção. Acompanhamos cada paço e comemoramos cada vitória. Nunca esquecerei destes momentos e serei eternamente grato por todos eles. Agradecer a Náthali Sigg por ser uma flor de pessoa, pelas tantas conversas, pela amizade, pelo carinho. Vou levar pra minha vida toda. Agradecer a Paulo Andrade pelas conversas de corredor na UFPE, pelas brincadeiras, pelos conselhos, pelas baladas, pelos rolês no cinema. Ele que é dono de um jeito tão particular, é uma pessoa que é muito bom ter por perto. Tenho orgulho de te ter como amigo e pelas nossas conquistas.

Agradecer a Rafael Cipriano, Secretário do nosso Programa de Pós-Graduação em História, ele que, sempre com um sorriso no rosto, esforçou-se ao máximo para resolver nossas pendências e facilitar a nossa vida. Muito obrigado! À Mauricéia, funcionária terceirizada, obrigado por cuidar tão bem do patrimônio público, por cuidar da nossa sala de estudo e trabalho, pelas boas conversas de corredor. Obrigado por ter sido sempre muito solícita para com todos. À Blade, funcionária terceirizada, pela força e atenção. A Jerry, funcionário terceirizado, por toda a força e pelo trabalho dedicado. Eles são exemplos de funcionários e nos mostram que o mundo ainda pode ser um lugar bom para se viver.

Agradecer a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco e todo o seu corpo docente e administrativo, nas pessoas do professor Gustavo Acioli (Coordenador) e do professor Wellington Barbosa. Agradecer à nossa eterna reitora, a professora Maria José de Sena, pelo olhar tão cuidadoso com a nossa “Ruralinda”. Agradecer aos órgãos de fomento, em especial, a CAPES que auxiliou, com a bolsa de estudos, a pesquisa e a formação durante o segundo ano do mestrado.

“Agradecer os senhores que acolhem e aplaudem esse milagre.”

Agradecer a mim mesmo que venho trilhando este caminho desde a graduação, juntando as peças, estabelecendo metas, dando os paços necessários. Foi muita pesquisa e estudo, muita leitura, diversas participações em eventos dentro e fora do estado, textos e mais textos, coisas que pareciam não acabar mais. Além da vida acadêmica que tem suas exigências, tive que me desdobrar para dar conta da minha família, da minha vida pessoal. Tantas coisas que chegavam a sufocar. Agradecer ao choro também, aos dias difíceis. Pode até parecer loucura, mas por

mais difíceis que estes dias tenham parecido, me fizeram crescer e tornaram-me uma pessoa mais forte. Consegui florescer no deserto, caminhar no lamaçal de cabeça erguida. Por estes tantos motivos, agradeço a mim mesmo. E se o leitor destas poucas linhas de auto-enaltecimento me permitir, ousaria parafrasear uma passagem que acho linda. O caminho até aqui não foi nada fácil, mas sei que combati o bom combate, estou completando esta jornada e consegui guardar a Fé.

Agradecer,

Ter o que agradecer.

Louvar e abraçar!

Obrigado!!!

RESUMO

Como fruto de um Governo majoritariamente militar nascido no 28 de maio de 1926, em Portugal, o Estado Novo português instaurado a partir da promulgação da Constituição de 1933 que trilhou “novos” caminhos para o país e sua sociedade. Estes que foram trabalhados e estabelecidos por António de Oliveira Salazar, o Presidente do Conselho de Ministro, responsável pela administração de fato do Governo e seus partidários. Ele, como católico e bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, preencheu o Executivo com seus pares bem escolhidos para dar seguimento ao projeto estadonovista de criar uma nova sociedade e um “homem novo” português. Nesta esteira, a educação passou a ser chamada de Educação Nacional e foi a arma escolhida por este regime para atuar diretamente neste processo de educar e reeducar as mentes portuguesas dentro de padrões socialmente aceitáveis pelo Governo e sua ideologia. Para Salazar, desde a sua atuação política durante sua graduação, posicionou-se acerca da criação de uma nova elite política para o país, tema que voltou ao palco durante seus anos à frente do Governo. Na linha de frente da proposta de criar essa nova elite esteve a Mocidade Portuguesa, órgão de juventude que recebia uma formação alicerçada em um elenco de verdades inquestionáveis, valores pátrios e morais, dogmas católicos e liturgias militares. É neste sentido que localiza-se este trabalho de dissertação, buscando compreender como estes jovens eram formados para atuar na sociedade portuguesa, dentro da Metrópole e em suas colônias em África

Palavras-chave: Portugal. Estado Novo. Educação Nacional. Mocidade Portuguesa. Cultura Política.

ABSTRACT

Due to a majoritarian military state born on May 28, 1926, in Portugal, the Portuguese Estado Novo or Second Republic, instituted by the 1933 Constitution's enactment, built "new" paths for the country and its society. Those paths were refined and established by António de Oliveira Salazar, the President of the Council of Ministers, who was responsible for the management of the state and its partisans. As a catholic and a law graduate of the University of Coimbra, he filled the posts of the Executive Branch with members of his party, who were chosen to get on with the Estado Novo's project of creating a new society and a Portuguese "new man". After that, the education system acquired the name of National Education and it was this regime's weapon of choice to act directly on the process of education and reeducation of the Portuguese minds into the socially acceptable patterns held by the state and its ideology. Since his political activity during his graduation, Salazar took a stand on the creation of a new political elite for the country, a subject that was brought back to discussion during his years in the Government. On the top of this proposal was the Mocidade Portuguesa, a youth organization that received an education based on a range of unquestionable truths, moral and patriotic values, catholic dogmas and military liturgies. This is where this dissertation takes place, aiming to comprehend how these young people were shaped to act in the Portuguese society, both inside the metropolis and in its African colonies.

Keywords: Portugal; Estado Novo; National Education; Mocidade Portuguesa; Political culture.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Centro Acadêmico da Democracia Cristã (CADC)

Legião Portuguesa (LP)

Mocidade Portuguesa (MP)

Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)

Organização das Mães pela Educação Nacional (OMEN)

Secretariado de Propaganda Nacional (SPN)

Secretariado Nacional das Belas Letras e das Belas Artes (SNBLBA)

União Nacional (UN)

Sumário

INTRODUÇÃO	16
1. CAPÍTULO I – A CONSTRUÇÃO DO SALAZARISMO E DO ESTADO NOVO	35
1.1 SALAZAR E A CONSTRUÇÃO DO SALAZARISMO	45
1.2. O LUGAR DOS CATÓLICOS NO SALAZARISMO	48
1.3. O ESTADO NOVO E O CORPORATIVISMO	55
2. CAPÍTULO II: A POLÍTICA CULTURAL DA EDUCAÇÃO NACIONAL SALAZARISTA E “A SAGRADA OFICINA DAS ALMAS”	60
2.1 - O QUE TEM DE “NOVO” NA EDUCAÇÃO DO ESTADO NOVO?	60
2.2. O ESTADO NOVO E A EDUCAÇÃO NACIONAL: DA FORMAÇÃO COMPLEMENTAR À CONSTRUÇÃO DO “HOMEM NOVO” PORTUGUÊS.....	67
2.2.1. - Decreto-Lei n.º 1.941: Remodelação do Ministério da Instrução Pública	79
2.2.2. “A ofensiva da Educação Nacional”	87
3. CAPÍTULO III – ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DE MOCIDADE PORTUGUESA, COMO “ALMA DA PÁTRIA A GERMINAR”	100
3.1. MOCIDADE PORTUGUESA: DISCURSOS, FUNDAÇÃO E ORGANIZAÇÃO	102
3.2 - A FORMAÇÃO DA MOCIDADE PORTUGUESA: “ESTUDAR COM DÚVIDA, REALIZAR COM FÉ”	117
3.3. ATUAÇÃO DE MOCIDADE PORTUGUESA: “POR SALAZAR! POR SALAZAR!”	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	141

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, intitulado “*A ‘Política do Espírito’ na formação da Juventude Salazarista e a educação doutrinária da Mocidade Portuguesa (1936-1945)*”, nasce a partir da nossa pesquisa ainda na graduação, quando introduzimos o tema da Mocidade e Legião Portuguesa em nossa formação, através do Programa de Iniciação Científica, sob a orientação da Profa. Dra. Giselda Brito Silva que tinha chegado do seu pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, que nos indicou a possibilidade e viabilidade dos estudos do salazarismo, através dos arquivos digitais da Torre do Tombo e outros.

Vem, portanto, de nossa experiência na Iniciação Científica a percepção da importância e contribuição que estes estudos trazem para a formação do professor-historiador neste século XXI que trouxe a conectividade e o ambiente digital, possibilitando novas formas de pesquisa. Trata-se, ainda, de um tema de super importância para compreensão das formas como as juventudes são arregimentadas pelos regimes autoritários, da direita nacionalista e fascista.

Inicialmente, começamos pelas leituras historiográficas das origens do Estado Novo e da construção do salazarismo, procurando compreender o que foi o golpe militar de 28 de maio, intitulado de “Revolução Nacional”, que marcou o nascimento político de António de Oliveira Salazar. Em seguida, direcionamos os estudos para os aspectos centrais da política cultural educativa do regime salazarista na formação da juventude portuguesa da primeira metade do século XX, através de um estudo da criação, formação e atuação da Mocidade Portuguesa (MP). A Mocidade, conforme detalharemos melhor ao longo deste texto, foi um órgão criado pelo Estado Novo português, com base nas ideias políticas e culturais de Oliveira Salazar, pensado para formar a juventude que se tornaria a base da “sociedade nova”, a partir da reconstrução de valores morais e católicos, por vias doutrinárias.

Um primeiro aspecto a destacar é o caráter específico do Estado Novo português. Trata-se de um regime que implantou uma nova compilação de leis, neste caso, a Constituição 1933, cujo texto afirmava Portugal como uma República unitária e corporativista, comprometida com os princípios liberais e corporativos de representação. Ao mesmo tempo, implementou a “ditadura do ‘Presidente do Conselho’ e uma Assembleia Nacional controlada pela *União*

Nacional, em eleições não competitivas e de acesso limitado”.¹ Para a sociedade, propagou-se o nascimento de um regime que nascia com o compromisso de construção de uma sociedade nova, centrada nos valores morais e religiosos tradicionais, sendo portanto, a educação da juventude um dos objetivos centrais do regime, e para isto inseriu-se a criação de Mocidade e da Legião Portuguesa.

Por estarmos abordando uma dada cultura política educativa na base de um regime político ditatorial, seria interessante pensar a educação da juventude como uma “política do espírito”, uma política de controle dos jovens e “controle das regras de comportamento”, de acordo com a ideologia do regime. Ângela de Castro Gomes, em seu texto “Cultura política e cultura histórica do Estado Novo”, aborda aspectos do Estado Novo varguista e sua política cultural, que nos ajudaram a pensar o caso português. Para ela, trata-se de uma política pública voltada para o “campo da cultura, envolvendo um esforço político explícito, voltado à conformação e à divulgação de normas e valores que deviam ser apreendidos pela sociedade como próprios à ‘identidade nacional’”².

Estas políticas públicas movimentavam setores diferentes da burocracia estatal. No caso do Estado Novo salazarista, os ministérios e seus órgãos estavam sempre empenhados neste serviço. A política salazarista foi, portanto, perpassada por uma *política cultural* específica que moldou seu projeto burocrático. Para compreendê-la devemos considerar “o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” por um projeto de governo que agrega a política à cultura.³

Neste trabalho investigamos, portanto, as práticas da política cultural que legitimaram e mantiveram o Estado Novo por tantos anos no poder, centrando nossa pesquisa na formação educativa dos jovens portugueses no âmbito da *Mocidade Portuguesa*, no século XX. Um primeiro aspecto que vamos observar nas leituras preliminares do salazarismo é que se trata de um regime que se organiza sob um campo discursivo de construção de uma nova sociedade sob o lema “Deus, Pátria e Família”, com base no apoio oficial da Igreja Católica portuguesa e de grupos conservadores e nacionalistas radicais, num clima de ascensão das direitas extremas e

¹ PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Orgs.). **O Corporativismo em Português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Lisboa: ICS-UL: Imprensa de Ciências Sociais, 2008, p. 30-31.

² GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, M.; SOIHET, R.; GONTIJO, R. **Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 43-63.

³ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002, p. 16-17.

radicais em outras partes da Europa. Para melhor compreender este regime, observamos os discursos que assumiram um carácter fundador ao longo da sua construção e legitimidade. Neste aspecto, estamos atentos às questões colocadas por Roger Chartier, quando nos diz que

os discursos não são neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que rendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.⁴

Para isso, o Estado Novo institucionalizou um órgão centralizador de propaganda visando legitimar sua “concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”. Uma das estratégias do regime era a construção de discursos que utilizavam representações com símbolos e signos que remetiam a valores passados para a construção dos valores do presente, conforme sugere Chartier.⁵ Desta forma, o Estado Novo construiu sua ideologia alicerçada no resgate de valores passados. E foram os valores deste Portugal de outrora que passou a orientar a política educativa do Estado Novo.

Para compreender a especificidade deste Estado e sua política educativa, procuramos incorporar ao trabalho o conceito de “*Política Cultural*”, enquanto prática de governabilidade em que o Estado organiza sua política sob uma interferência direta na cultura e na educação. Para compreender melhor este conceito, destacamos aspectos da política no Brasil dos tempos do Estado Novo varguista, quando os intelectuais orientavam a educação dentro da ideologia nacionalista e autoritária do Estado, com impressões de uma política cultural focada na modernidade, mas, que também agregava os aspectos da política autoritária e centralizadora. Observe o trecho abaixo retirado da obra de Mônica Pimenta Velloso, “Os Intelectuais e a política do Estado Novo”:

Dentro do projeto educativo há que se distinguir dois níveis de atuação e estratégia: a do Ministério da Educação (Gustavo Capanema) e a do Departamento de Imprensa e Propaganda DIP (Lourival Fontes). Entre estas entidades ocorreria uma espécie de divisão do trabalho, visando atingir distintas clientelas: o ministério Capanema voltava-se para a formação de uma cultura erudita, preocupando-se com a educação formal; enquanto o DIP buscava, através do controle das comunicações, orientar as manifestações da cultura popular.

Esta diversidade de orientação na política cultural transparece na própria composição dos intelectuais nos referidos organismos. o ministério Capanema reunia um grupo de intelectuais ligados à vanguarda do movimento modernista: Carlos Drummond de Andrade (chefe de gabinete), Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Portinari,

⁴ CHARTIER, Roger. op.cit., p. 17.

⁵ Ibidem, p. 20-21.

Mário de Andrade. Bem diferente era a composição em torno de Lourival Fontes, que incluía nomes como o de Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Cândido Motta Filho. Intelectuais estes conhecidos pelo pensamento centralista e autoritário, que viria a imprimir um rígido controle nos meios de comunicação.⁶

Este tipo de *política cultural* atuava no sentido de uma institucionalização das tradições, estabelecendo um programa de coesão entre a política e a cultura que o regime desejava imprimir à sociedade, orientada pelo Estado Nacional, enquanto estratégia para o estabelecimento de práticas simbólicas que buscavam inculcar valores e normas de comportamento.⁷

No caso da política cultural educativa portuguesa do salazarismo, estas práticas estavam centradas na constituição de uma intelectualidade católica. Muitos destes intelectuais foram formados nas faculdades de Direito de Portugal e integrados ao projeto doutrinário de interferência do Estado na política educacional com base na ideologia nacionalista, conservadora e católica, que orientava o novo regime. Estas características aparecem, particularmente, na criação e funcionalidade de escolas primárias e secundárias e nas organizações educativas interligadas à ideologia do Estado Novo, como a Mocidade e Legião Portuguesa, legitimadoras do ideal salazarista.⁸

De acordo com Ana Maria Ferreira Campos⁹, a *política cultural* salazarista se dá com base na construção de uma educação nacionalista, imbuída de valores pátrios e religiosos, que passou a ser comandada pelo ministro António Faria Carneiro Pacheco e seu Ministério da Educação Nacional. A partir de 1937, o Ministério apresentou a Lei de Reforma do Ensino Primário, através da qual estabeleceu as bases gerais do ensino português. Por um lado, o salazarismo destacou a sua preocupação com o grande índice de analfabetismo na sociedade portuguesa em começos do século XX, índices herdados dos governos republicanos, período que chamamos de I República portuguesa. Por outro lado, a Reforma visualizava o

⁶ VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1987, p. 5-6.

⁷ Sobre estes aspectos do conceito de *Política Cultural* conferir: ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; CALABRE, L. **Políticas Culturais: diálogos e tendências**. Rio de Janeiro: Edições Casa e Rui Barbosa, 2010; HOBBSAWN, E.; RANGER, T. (Orgs.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

⁸ Cf. CARRILHO, Manuel Maria. **A Cultura no Coração da Política**. Editorial Notícias, 2001; MADUREIRA PINTO, José. Uma Reflexão sobre Políticas Culturais. **Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento local**. Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994; MELO, Daniel. **Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)**. Col. Estudos e Investigações, Imprensa de Ciências Sociais, 2001; TEIXEIRA LOPES, João. **Escola, Território e Políticas Culturais**. Campo das Letras, 2003.

⁹ CAMPOS, Ana Maria Ferreira. Novos rumos da educação no Estado Novo: influência da abertura da economia portuguesa no pós-II Guerra Mundial no sistema de ensino português. In: **ENCONTRO DA APHES**, Coimbra, 2011. Cf. Disponível em: <<https://bit.ly/2RDRD0K>> Acesso em: 19 de fevereiro de 2019.

reordenamento (social, político e econômico) português, bem como a construção de um novo modelo de sociedade e de homem português. Desta forma, apresentou um projeto de educação baseado nos princípios ideológicos e doutrinários do regime. O projeto apresentado rompeu com a proposta de educação republicana e apresentou a escola nacionalista, introduzindo a compartimentação do ensino e a centralização administrativa, o que só reforçou o mecanismo de inspeção e controle da atividade escolar.¹⁰

Outras mudanças também foram introduzidas neste novo sistema educativo salazarista, como a redução dos conteúdos programáticos das matérias tradicionais, ainda que ampliando o ensino de princípios morais, nacionalistas e religiosos. No tocante aos professores, podemos citar a desvalorização de suas competências profissionais e científicas, facilitando-se o acesso ao novo perfil “nacionalista, imperialista e cristão”. Para o Estado, estas seriam as novas e necessárias competências que os professores deveriam possuir e que somente com isto resolveriam os problemas de ordem social e política, realizariam a elevação moral e a construção do espírito nacionalista, visando os superiores interesses da nação.¹¹

A deputada Maria Guardiola inseriu em sua fala a necessidade da escola ter boas e próximas relações com os pais, destacando que “A família e ao Estado incumbe só ‘facilitar aos pais o dever de instruir e de educar os filhos’, cooperando com eles por meio de estabelecimentos de ensino e correção ou favorecendo instituições particulares que se destinem ao mesmo fim”.¹² Nesta mesma linha de pensamento, o deputado Juvenal Araújo concordava com a ideia de que a família representava “a primeira e a melhor escola de formação da vida, pelo que, tal como estipulado na Constituição, a ela se destinava ‘o direito de instruir e educar os filhos, e para a auxiliar nesta missão, recorre então à ação do Estado’”.¹³ Desta forma, o ensino em Portugal foi reformado para se ajustar ao Estado Novo, com iguais reformas sobre o ensino secundário e técnico de modo a introduzir os ajustes necessários ao perfil desejado.

Ana Maria Campos, também apoiada nas reflexões de Irene Pimentel, afirmou que este ensino português aos moldes salazaristas passava a representar um ensino elitista, através do qual o filho do pequeno agricultor não deveria aspirar mais do que um pedaço de terra na sua aldeia para cultivar visando o sustento da sua família.¹⁴ Colaborava com este perfil elitista e

¹⁰ CAMPOS, Ana Maria Ferreira, op.cit.

¹¹ Idem.

¹² “Assembleia Nacional – Diário das Sessões, Diário nº 175, 24/03/1938, pp. 546-554”. *Apud*: CAMPOS, op.cit., p. 9.

¹³ Ibidem, p. 9-10.

¹⁴ CAMPOS, Ana Maria Ferreira, op.cit.

conservador, setores que se inseriram na escola portuguesa como os membros da Igreja Católica, da organização da Mocidade Portuguesa e da Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), todas instituições educativas a serviço do salazarismo.¹⁵

No campo dos conteúdos, o Estado Novo determinou que a nova escola incluísse o conhecimento acerca do passado de glórias e dos heróis nacionais. No projeto educativo do salazarismo a disciplina de História assumiu uma posição ritualística do passado, organizando ações educativas que destacassem simbolicamente a continuidade histórica de Portugal, através de práticas culturais e comemorativas. Tais conteúdos deveriam passar pelo crivo e deveriam ser previamente autorizadas pelo Ministério da Educação Nacional antes de serem colocados em livros e passados aos professores e alunos.¹⁶ Também era costume dos jornais da época realizar a publicação dos conteúdos disciplinares para que fossem conhecidos pela sociedade.

Contudo, apesar deste perfil tradicional e conservador que contava com setores religiosos, é interessante destacar que havia alguns embates entre o Estado e a Igreja quanto à interferência do Estado nas questões da educação. No jornal *Novidades* ao longo do ano 1946, por exemplo, é comum encontrar queixas de setores da Igreja sobre a interferência do Estado, justificando que enquanto o Estado era livre para atuar sem consultar a Igreja em questões políticas, a Igreja se via acuada com as tantas atividades controladas pelas interferências do Estado na educação que deveria ficar a cargo do Igreja, segundo os acordos realizados.¹⁷

Portanto, um dos perfis do Estado Novo, conforme veremos ao longo deste trabalho, foi o seu caráter intervencionista, pautado numa política autoritária e doutrinária dos setores para controle do campo da educação e formação ideológica da juventude salazarista. O que nos levou a compreender e agregar o termo de *política cultural* ao regime. Vejamos mais sobre as origens e implementação deste Estado e o perfil de seu líder político.

¹⁵ CAMPOS, Ana Maria Ferreira, op.cit., p. 16.

¹⁶ PEREIRA, Maria Paula. A Escola Portuguesa ao serviço do Estado Novo: Lições de História de Portugal do Boletim de Ensino Primário Oficial e o Projeto Ideológico do Salazarismo. **Revista da Investigação às Práticas**, 4(1), 63-85. Universidade Aberta, Lisboa, 2004, p. 77-78.

¹⁷ “Educação ou Laicização?”. jornal *Novidades*, 14 de janeiro de 1946.

Origens do Estado Novo Português: 1926-1933

O Estado Novo começa a tomar forma ainda no regime de Sidónio Paes, proclamado “salvador da pátria”, principalmente, em províncias cujo as multidões eram mobilizadas pelo clero. Com este apoio, Sidónio implantou o sufrágio universal e se elegeu Presidente, assumindo controle total do Executivo. Foi também o criador do Partido Nacional Republicano, único neste período em Portugal, fomentando a repressão sobre os demais partidos e o sindicato operário. Foi durante seu governo que dois importantes grupos passaram a receber apoio no parlamento: os monárquicos e os católicos. O primeiro destes acabaram sendo integrados nas instituições militares; já os católicos se apoiaram em vários setores, particularmente, nas instituições educativas. Outro fator importante foi a sua escolha pela representação corporativa, onde a Câmara e o Senado eram montados e organizados com elementos nomeados pelas associações patronais e sindicais, indústrias e profissionais liberais, mesmo com o fato de que o Chefe do Executivo acabava comandando todos estes, tal modelo pode ser entendido como uma das inspirações para construção da estrutura governativa pós-28 de maio.¹⁸

O período após o golpe militar de 28 de maio de 1926 foi marcado pela busca do reordenamento estatal, das contas públicas, da classe política e das questões morais. Dentro deste ambiente, António de Oliveira Salazar foi o nome ventilado entre os figurões do novo governo. E foi em 1927 que entrou no governo na tentativa de reorganizar as contas públicas. O seu nome foi muito pronunciado porque encarnava aspectos político-ideológicos de vários setores da direita portuguesa: a) liberais-conservadores, do partido republicano conservador que apoiaram o golpe militar; b) conservadores autoritários, antiliberais, defensores de um regime autoritário e de um partido único; também filiados no corporativismo católico e ao corporativismo republicano. Fazia parte deste grupo: católicos, monárquicos e republicanos autoritários; e, c) representantes da direita radical, que queriam romper radicalmente com os liberais e implantar o Estado nacionalista e o corporativismo integral. Este grupo provinha ideologicamente do Integralismo Lusitano e de alguns sidonistas.¹⁹

O apoio ao regime militar contou ainda com membros da Igreja e do Centro Católico, onde encontravam-se muitos republicanos conservadores que seguraram o avanço da direita

¹⁸ PINTO, António Costa (Coord.). **Portugal Contemporâneo**. Madri, 2000, p. 13.

¹⁹ PINTO; MARTINHOS, op.cit., p. 25-28.

radical. Em torno do general Carmona²⁰ foram se organizando alguns generais que consolidaram a ditadura militar, entre estes grupos políticos. Foi neste momento que Oliveira Salazar foi nomeado para resolver a crise financeira de Portugal. Como pré-requisito para assumir o cargo, negociou plenos poderes junto aos outros ministérios.²¹

Dois acontecimentos fundamentais para o governo ocorreram em 1930 e 1933. O primeiro destes foi a criação da *União Nacional* com o intuito de agregar as forças de apoio ao regime em um partido único e o segundo foi a promulgação da Constituição de 1933, na qual ficou definido Portugal como uma República Unitária e Corporativa. A Constituição de 1933 representava, portanto, os interesses do republicanismo conservador, reforçando a dimensão autoritária e corporativa que guiou o regime ao longo de sua existência. Este modelo republicano englobava princípios liberais e corporativos de representação, apesar de estarmos falando de uma ditadura militar que teve como Chefe de Estado o general Carmona e que foi administrada pelo Presidente do Conselho de Ministros com total autonomia. Neste ambiente, Carmona mantinha os interesses dos militares e Salazar organizava na União Nacional os demais grupos de apoio.²²

Mesmo causando desconforto aos seus apoiadores devido a concentração de pastas ministeriais e poderes dentro do Governo, Salazar assumiu a presidência da União Nacional, apropriando-se do direito de escolher os deputados para este parlamento. Por ser uma Câmara corporativa, deveriam ser as corporações a indicar os deputados, todavia, quem nomeava os deputados era o Presidente do Conselho. Este fato também pode ser colocado como um dos diversos motivos do porquê de o Estado Novo ser considerado uma ditadura constitucional, onde a Câmara e os conselhos das corporações passaram a ser apenas um grupo consultivo. Oliveira Salazar também passou a controlar a polícia política existente, levando-as a expandir seus serviços para a censura e o controle político e social no país.²³

²⁰ António Óscar Fragoso Carmona (1859-1951), nasceu em Lisboa e era de família de militares. Teve formação militar desde jovem no Colégio Militar e na Escola do Exército. Foi nas Forças Armadas onde construiu sua carreira que começou como Oficial de Cavalaria e terminou sendo ascendendo a Marechal em 1947. Participou ativamente dos movimentos que desencadeou no 28 de maio de 1926 de derrube da República portuguesa. Ainda em 1926, foi nomeado Presidente da República, tornando-se o décimo-primeiro Presidente da República Portuguesa e, a partir de 1933, o primeiro do Estado Novo. Dentro do regime de Salazar, foi responsável pela articulação política entre as três principais frentes: as relações entre os militares; as relações entre os militares e os políticos; e as relações entre os monárquicos e os republicanos. Cf. site Panteão Nacional. Disponível em: <<https://bit.ly/2D7zz8U>> Acesso em: 20 de maio de 2020.

²¹ PINTO; MARTINHOS, op.cit., p. 25-28.

²² Ibidem, p. 31.

²³ Ibidem, p. 31-33.

Esta é a composição política do Estado no regime salazarista que apresentava as características de uma ditadura militar, apesar de estar sob a governança de um civil e professor universitário que entrou no governo por meio da pasta do Ministério das Finanças de onde caminhou até tornar-se Presidente do Conselho, com apoio dos grupos conservadores. Não podemos esquecer que a sua subida também contou com uma forte influência da Igreja Católica portuguesa, bem como de republicanos conservadores e nacionalistas. O fato de Salazar ser professor universitário, e ex-líder do Centro Católico, constitui uma das especificidades do líder do Estado Novo português, diferenciando-os das demais ditaduras europeias do século XX, que tinham líderes ligados à esfera militar. Vem de seu perfil de professor e católico a ênfase numa política cultural que orientava a educação da população e da juventude, no sentido de: “ensinar o regime e moldar as mentes”. De acordo com o professor Adriano Moreira, a ditadura portuguesa por ser comandada por um professor e não um líder militar, assim como as demais na Europa, auxilia no entendimento da ideia central do governo ser “*educar a Nação*” no âmbito do regime.²⁴

Outro setor fundamental mobilizado para a constituição do regime salazarista foi a propaganda oficial. Além do foco na educação, Salazar acreditava que o seu governo deveria investir em formas de convencimento, e a propaganda foi uma das alternativas eleitas para desenvolver esta função. Daí a importância de António Ferro que trabalhou como marqueteiro político do regime, tendo como meta “ensinar o regime”, fossem pelas peças de propaganda, fossem pelas músicas, produções teatrais ou pelas diversas modalidades culturais. O trabalho desenvolvido pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) também exerceu uma função importantíssima na formação da imagem de Salazar e na propaganda da política cultural educativa do regime, sendo recepcionados por um número muito expressivo de famílias portuguesas que passavam cada vez mais a entregar seus filhos às fileiras da *Mocidade Portuguesa*.²⁵

O Salazarismo e a Mocidade Portuguesa: uma introdução

Nesta parte da abertura do trabalho, é interessante já estabelecer um consenso sobre o termo “salazarismo”. Trata-se de um regime de governo organizado sob uma cultura política,

²⁴ Sobre a construção da imagem de Oliveira Salazar ver Adriano Moreira, em entrevista no ano de 2015. Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=oqcz_kRT_zU> Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

²⁵ Idem.

típica da primeira metade do século XX, e que tinha a imagem de António de Oliveira Salazar como figura principal. Mas apenas isso não explica o salazarismo que tem suas raízes fincadas muito antes do Estado Novo ser implementado. Salazar desde antes de sua entrada no Governo “fazia uma leitura nacionalista do passado e do futuro de Portugal que rejeitava as tendências políticas dominantes no país desde 1820” e isto recaiu na sua doutrina católica e antirrevolucionária. Ainda acreditava que por mais que o povo português fossem um povo bom, era difícil de governar e por isso acreditava que o Estado deveria ser profundamente nacionalista e forte, no sentido de unir a sociedade em face as dificuldades e para ultrapassar a luta de classes projetada por ideologias consideradas subversivas.²⁶ Isto pode ser melhor compreendido pelo trecho abaixo apensado por Meneses em seu texto:

Um corpo de princípios de direito público, de política básica, de economia geral e de colonização portuguesa. Pretende organizar a Nação, o Estado, as autarquias, as famílias e as corporações com o espírito da civilização tradicional da Europa e do país, na coexistência do poder forte e das liberdades individuais bem compreendidas [...]. É união sagrada imposta pelo perigo da hora e pela magnitude excepcional do empreendimento.²⁷

No texto, estabeleceram um elenco de pilares do que acreditavam ser necessários para a constituição de um país forte em frente ao contexto nacional e internacional da primeira metade do século XX na Europa. Dentro deste “poder forte” estavam as medidas voltadas a construção de uma cultura política necessária para mudança da mentalidade portuguesa e para a manutenção do regime. Completando a coluna vertebral do salazarismo está o corporativismo, que apesar de ter sido mais no papel do que na prática e isto explicasse por se tratar de uma estrutura cara e complexa de se por em prática, visava a sobrevivência do Governo aglutinando a tradição e o progresso, além de retirar de cena a luta de classes.²⁸ Então, o salazarismo é uma cultura política constituída pela “doutrina política católica” nascida do pensamento político e social dos Papas do final do século XIX; o “nacionalismo racionalista e integral” que estabelece o primado na Nação e da comunidade política em relação à outras comunidades e indivíduos e o corporativismo de maneira a unir as forças portuguesas e na tentativa de suplantar a luta de classes.²⁹

²⁶ MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar**. Biografia Definitiva. Lisboa : Leya, 2011, p. 121-123.

²⁷ Idem, p. 123-124.

²⁸ Ibidem, p. 125.

²⁹ HENRIQUES, Mendo Castro; MELLO, Gonçalo de Sampaio e. (Orgs.). **Salazar: Pensamento e Doutrina Política – Textos antológicos**. Lisboa, 2007, p.4-6.

Jean-François Sirinelli acredita que por cultura política devemos também entender as condições para formação de “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas”³⁰, e isto se traduz em costumes, gestos, práticas, vocabulário específico e que caracteriza determinada cultura política. Para o autor, “a cultura política supre ao mesmo tempo ‘uma leitura comum do passado’ e uma ‘projeção no futuro vivida em conjunto’”, mas que foi feita a partir do político, diferentemente da cultura, parte do “quadro de normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro”.³¹

Como é o político que define a cultura política, isto pode ser por meio da legislação, dos partidos políticos, dos grupos e do próprio Estado. Segundo António Costa Pinto, a legitimidade do Estado Novo se dá a partir da nova Constituição:

As instituições do sistema político do ‘Estado Novo’ foram definidas no fundamental pela Constituição de 1933. Uma constituição que por representar um compromisso inicial com o republicanismo conservador seria como que congelada nos seus princípios liberais e reforçada na sua dimensão autoritária e corporativa. Deste modo, os direitos e as liberdades dos cidadãos foram formalmente mantidos, mas eliminados por regulamentação governamental. A liberdade de associação foi mantida, mas os partidos eliminados, também por regulamentação, nunca tendo a ‘União Nacional’ o estatuto formal de partido único, muito embora o seja, a partir de 1934.³²

A partir desta Constituição, o Estado se estabeleceu como a “Ditadura constitucionalizada”, de acordo com o termo utilizado na época e que acaba por refletir o perfil do regime salazarista. Através dela o Estado reforçou as instituições repressivas já constituídas pela ditadura militar, além da implantação do Secretariado de Propaganda Nacional que se constituiu como uma nova forma de fazer propaganda, totalmente voltada para a produção de uma nova imagem da sociedade, do governo e do próprio Oliveira Salazar, procurando consolidar o regime dentro de um consentimento social.

A instituição jurídica também foi reforçada, acentuando os mecanismos de controle político pelo poder judiciário, criando tribunais militares especiais com a participação de um

³⁰ SIRINELLI, Jean-François. *Histoire des Droites*. Paris: Gallimard, 1992, p. 3-4. *Apud*: BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). **Para uma História Cultural**. Lisboa : Estampa, 1998, p. 349-363.

³¹ RIOUX; SIRINELLI, p. 351-353.

³² PINTO, António Costa, *op.cit.*, p.31-32.

setor específico da magistratura, através do qual deu amplos poderes à polícia política, que passou a poder, sem a necessidade de processos judiciais formais, prolongar as penas de prisão daqueles que ameaçavam o regime e, conseqüentemente, a Pátria.³³

Pela nova Constituição, a educação do Estado Novo deveria estar coerente com o regime e direcionada a arregimentar a juventude portuguesa. Para isso, implantou-se novas escolas e duas instituições centrais com este fim: a *Legião Portuguesa* e a *Mocidade Portuguesa* (em suas alas masculina e feminina), que também representavam a formação de milícias entre os jovens, e que trabalhou diretamente na construção do “homem novo” português, bem como ajudou a fortalecer o regime entre os jovens e as famílias. Ambas as instituições foram criadas em 1936 e eram constituídas por homens e mulheres, tendo como guarda-chuva o Ministério da Educação Nacional.

Também é importante lembrar que ambos grupos milicianos foram criados em um contexto de Guerra Civil Espanhola, ascensão de governos autoritários e indicativo de guerra entre as nações europeias. Foram momento atípicos e difíceis para os países à época e que acabou impulsionando os políticos e governantes a criar meios de defender seus jovens e o país do que enxergavam como ideologias perigosas. No caso de Portugal, exemplo de ideologia perigosa e subversiva era a ideologia comunista, que tornou-se seu objeto central de perseguição.

De acordo com Marcelo Caetano, Comissário da Mocidade Portuguesa, em 1940, uma das funções da MP era a de formar a juventude para a integração dos problemas nacionais e no perfil requerido do regime³⁴:

A Mocidade Portuguesa apresentava um programa de formação da juventude nos planos cívico, físico e moral, de maneira a preparar para o País os homens de que se necessitaria no futuro, era indispensável manter-lhe vivo o sentimento patriótico, inculcando-lhe, no meio das desabaladas propagandas dos países que se digladiavam na guerra, a noção de interesse nacional que os deveria nortear em todas as circunstâncias.³⁵

A Mocidade Portuguesa assume um caráter primordial na formação dos futuros cidadãos portugueses. A meta era atuar na educação escolar dos seus membros, bem como formá-los “integralmente – cívico, físico e moralmente”. Marcelo Caetano ainda lembra na obra “*Minhas*

³³ PINTO, António Costa, op.cit, p.31-32.

³⁴ Ibidem, p. 33.

³⁵ CAETANO, Marcelo. **Minhas memórias de Salazar**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1977, p. 8.

Memórias de Salazar”, que as forças armadas estavam sempre em estado de alerta devido aos conflitos europeus de seu tempo, “necessitando de bons oficiais e de bons soldados” para atuar em favor do país. Nesta perspectiva, a Mocidade Portuguesa foi construída e passou a atuar neste sentido.

De acordo com seus relatos:

A Mocidade tinha nos seus quadros numerosos oficiais do Exército e da Armada geralmente escolhidos entre os melhores. Ora a mobilização, que sobretudo se intensifica no fim da guerra por virtude do reforço da guarnição dos Açores e de todos os territórios do Ultramar, tinha-a privado de muitos dos mais ativos e experientes dirigentes.³⁶

Marcelo Caetano ainda destacou como o trabalho com a Mocidade fazia parte dos ofícios do regime. De acordo com ele, dedicou-se ao trabalho com a juventude por comprometimento com Oliveira Salazar e com a pátria. Desta forma, o Presidente do Conselho de Ministros que centralizou sua atenção para a formação dos jovens portugueses, investiu neste processo com a dedicação de Caetano à Mocidade. Era comum a Salazar participar de diversas atividades no país, visitou obras públicas, visitou escolas, participou de reuniões políticas e, por diversas vezes, fez visitas aos centros de formação das organizações da Mocidade e em suas variadas atividades de campo. Segundo ele, “em agosto de 1944, realizou-se um acampamento na mata do Alfeite, um grande acampamento nacional da Mocidade Portuguesa”³⁷ que contou com a presença de Oliveira Salazar.

Em suas memórias, Marcelo Caetano também falou que:

O lugar de Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa era, então, inteiramente gratuito. Sublinho o inteiramente porque nunca deixei de reger a minha Cadeira na Faculdade de Direito e não recebia vencimento nem gratificação de qualquer espécie da Mocidade. Do meu bolso paguei farda, distintivos, tudo o que o lugar ao tempo impunha, assim como muitas despesas de representação.³⁸

Tudo isso, dizia ele, “animados pelo espírito de dar exemplo de desinteresse no serviço cívico e sobretudo de dádiva à juventude. E, todavia, quantas alegrias me deu o desempenho desse lugar e como o recorde saudosamente!”. Além de trabalharem na formação da juventude,

³⁶ CAETANO, Marcelo, op.cit., p.8

³⁷ Idem

³⁸ Ibidem.

acreditavam que os funcionários públicos e políticos deveriam dar sempre bons exemplos, pelos comportamentos e pelos gestos, como o caso relatado por ele. Desta forma, quando ainda era Comissário da Mocidade Portuguesa, Caetano conta que tinha ao seu serviço um automóvel: “um velho Ford oferecido em segunda mão por um benemérito. Mas o meu escrúpulo ia a ponto de nunca o usar senão em serviço. Por isso os meus alunos me viam sempre chegar a pé à Faculdade de Direito de Lisboa, onde regia as disciplinas de Direito Administrativo e o Curso de Direito Administrativo Colonial”.³⁹ Por tratar-se de memórias de Caetano, é necessário uma atenção redobrada na sua leitura e interpretação, visto que as memórias são deles, o texto foi escrito por ele, e as intenções desta obra são bem direcionadas. E assim teria se dedicado à Mocidade Portuguesa, até o momento em que Salazar o destinou ao Ministério das Colônias, pela sua reconhecida experiência com o tema.⁴⁰

Além dos doutrinadores do regime mais próximos de Oliveira Salazar, como Marcelo Caetano, outros simpatizantes eram arregimentados para “animar e atrair outros simpatizantes e colaboradores para o regime”. Muitos dos seus colaboradores vieram das Faculdades de Direito do país, do Centro Académico da Democracia Cristã (CADC) e dos partidos políticos. As famílias tradicionais do país também deram sua contribuição à implantação e sobrevivência do regime. Muito da legitimidade do governo vinha das famílias, que enviavam seus filhos para as fileiras paramilitares da Mocidade e da Legião Portuguesa, sempre confiantes nas propostas educativas do regime inspiradas na moral cristã e católica, base da sociedade portuguesa da época.

Este agrupamento da sociedade portuguesa foi possível porque o salazarismo contou com o um aparelho de propaganda como braço direito do Estado Novo e com a atuação direta de António Ferro. Considerado uma sumidade deste tabuleiro político e cultural, Ferro assumiu a administração do Secretariado de Propaganda Nacional trazendo consigo muita influência política e seu reconhecimento na própria mídia, visto que atuava como jornalista e formador de opinião. Para dar mais visibilidade ao líder do Governo e aos seus posicionamentos, Ferro realizou entrevistas com Oliveira Salazar. Em um destes momentos, o Presidente do Conselho, em sua fala, afirmou concordar com Mussolini, Chefe de Estado da Itália fascista, ao entender que “durar no poder é o grande segredo para a realização do projeto de nova sociedade”.⁴¹

³⁹ CAETANO, Marcelo, *op.cit.*, p.8

⁴⁰ *Ibidem*, p. 9.

⁴¹ FERRO, António. **Entrevistas a Salazar**. Lisboa: Editora Parceria M. Pereira, 2007. p. 173-174.

É possível que deste regime ele tenha encontrado inspiração para:

A formação da Legião, e com alcance longínquo, talvez ainda mais a da Mocidade Portuguesa, que têm contribuído poderosamente para modificar a mentalidade geral, para restituir aos portugueses o que parece que tinham perdido: a consciência cívica. [...] A Legião e a Mocidade têm-lhes dado ao mesmo tempo um sentimento mais profundo de solidariedade social aproximando as classes quebrando distâncias entre ricos e pobres. Ensinou-se igualmente a ser tolerantes, a respeitar as crenças de cada um, grande conquista no nosso país.⁴²

Para ele, e isto será melhor trabalhado ao longo do texto, a Mocidade Portuguesa possuía uma força muito grande e atingia um grande quantitativo de pessoas, contribuindo “poderosamente para modificar a mentalidade geral” e assim resgatar o que acreditavam ter sido perdido no âmbito político, cultural, educacional, religioso, econômico e social. António Costa Pinto conta que o projeto cultural do salazarismo esteve, como outros regimes semelhantes ao perfil fascista, preocupado com a restauração sistemática dos valores e da Tradição. Desta forma, o regime teria restaurado movimentos etnográfico-folclóricos, símbolos da reconquista cristã e os deu utilidade no ambiente social. Acredita-se que o Estado promoveu o concurso “A aldeia mais portuguesa de Portugal” objetivando montar uma “Exposição do Mundo Português”, no sentido de apresentar as formas tradicionais e os hábitos das populações de todo o Império português.

Lembrando que, em seu projeto “revitalizador”, o Estado cuidou das instituições escolares e trabalhou em sua modificação alinhando a proposta com o ensino religioso. Isto pode ser visto facilmente com a criação da Mocidade Portuguesa em 1936 que, apesar das semelhanças, “nunca teve a dinâmica dos seus correspondentes fascistas e foi desde logo enquadrada em serviços religiosos, devido as relações do Estado Novo com a Igreja e as preocupações desta última com a organização”.⁴³ Através destas questões levantadas até aqui, percebe-se que o regime salazarista é bastante complexo, semelhante em muitos aspectos com outros regimes europeus da primeira metade do século XX, mas muito distante em outras questões. Mas um fator que pode ser elencado como um ponto de intersecção entre estes regimes é a política educativa e a propaganda constituídas como as bases destes regimes no controle social.

⁴² FERRO, António., op.cit., p. 173-174.

⁴³ PINTO; MARTINHOS. op.cit., p. 39.

Ao longo deste trabalho serão aprofundadas todas estas questões. Esperando trazer contribuições para o conhecimento histórico acerca do Portugal contemporâneo no Brasil já que, apesar da História brasileira está diretamente ligada com a história de Portugal, os trabalhos são muitos e profundos até meados do fim do Império mas esvaem-se quase por completo quando se trata das relações e ligações entre Brasil e Portugal no século XX. Pelo menos, esta é a ideia que nos fica quando não encontramos nem obras, nem nos livros didáticos e nem nas disciplinas dos cursos de graduação em História.

Brasil e Portugal mantém relações até hoje e no século XX não foi diferente. As poucas pesquisas deste período no Brasil, mostram que neste século ocorreu uma grande circulação de intelectuais consolidando as trocas culturais ou relações políticas que marcam nossas histórias. Por isto, na tentativa de reforçar estes conhecimentos, apresentamos este trabalho visando contribuir para os debates e estudos de temas que envolvem Educação, Autoritarismo e Juventude no Brasil e em Portugal.

Para tal, dividimos este trabalho em três capítulos, cada um deles contendo partículas importantes para a compreensão do tema principal que é a constituição, formação doutrinária e atuação da Mocidade Portuguesa na construção do “homem novo” português, tendo em vista o advento de uma nova sociedade portuguesa. Para este entendimento ser possível, não poderemos deixar de construir um capítulo alicerce, responsável pela apresentação do contexto histórico no qual surgiu e atuou a Mocidade Portuguesa. Assim sendo, convidamos o leitor a mergulhar na História de Portugal da primeira metade do século XX. No capítulo que intitulamos de “*A construção do Salazarismo e do Estado Novo*”, teremos espaço para conversar com os autores e com a historiografia conhecida sobre a formação do Estado Novo salazarista, bem como o arcabouço ideológico que ajudou a fabricar a ideia de “Revolução Nacional”. Não buscando esgotar os debates acerca do que teria levado ao advento do Estado Novo, tangenciaremos a Primeira República portuguesa, no período que vai de 1911 até o golpe do 28 de maio de 1926 e a promulgação da Constituição de 1933, que estabeleceu e fundamentou o Estado Novo português.

Neste trecho, nós construímos um texto que introduz e aborda, de maneira geral, a temática do capítulo proposto. Após a escrita desta base, elencamos alguns eixos que foram topicalizados para proporcionar uma compreensão mais didática. O primeiro destes tópicos é chamado de “*Salazar e a construção do Salazarismo*”, seguido por “*O lugar dos católicos no Estado Novo*” e “*O Estado Novo e o Corporativismo*”. Com esta estrutura montada, acreditamos que será possível ter uma compreensão das principais bases do Salazarismo. Como

quarto e último tópico deste capítulo, estabelecemos “*Propagação e consolidação do regime salazarista*”, onde tratamos da SPN e a construção imagética do Regime, finalizando o primeiro capítulo abordando o Secretariado de Propaganda Nacional que atuou diretamente na produção e difusão dos discursos do Estado Novo e representou um dos mais importantes pilares na permanência do Governo e legitimação da sua cultura política.

Para o segundo capítulo, o nome escolhido foi “*‘A Sagrada Oficina das Almas’: A Política Cultural da Educação Nacional Salazarista*” buscando estudar um pouco do pensamento de Salazar e do Estado Novo acerca da Educação Nacional. O Presidente do Conselho visualizada a escola como esta “Sagrada Oficina das Almas”, trabalhando pessoalmente na construção do modelo e das legislações da educação, bem como todos os demais assuntos que envolvesse a temática. Isto incluía a construção das escolas dentro de um padrão específico, o currículo que foi aplicado, a vestimenta utilizada pelos estudantes, normas de comportamento para professores e alunos, dentre outros temas. A escola, para ele, não deveria apenas ensinar os conteúdos das matérias tradicionais, mas formar integralmente o ser e em tempo integral; ocupando ao máximo os jovens com as questões relacionadas à Pátria, na tentativa de blindá-los das ideologias consideradas desviantes.

Neste capítulo, a divisão foi feita em apenas duas partes: uma que trata da transição “*Da Primeira República ao Estado Novo: algumas comparações*”, onde apresentamos algumas leituras dos modelos educacionais propostos por estes dois sistemas, elencando semelhanças e diferenças entre ambos. Para que seja possível vislumbrar permanências e quebras, de acordo com o momento político, e a tendência autoritária do século XX. Já a segunda parte, trata d’*“A Ofensiva do Estado Novo pela Educação Nacional”: a Escola portuguesa e a Formação da Juventude ao serviço do Regime*”, onde tratamos com maior profundidade o modelo de educação sancionado pelo Estado Novo e chancelado por António de Oliveira Salazar, enquanto modelo educativo que estabeleceu as bases para a nova sociedade portuguesa, resgatando valores essencialmente portugueses e os dando lugar de destaque, visto que eram os mesmos valores formadores da ideologia do Estado. No caso deste segundo tópico, para uma leitura mais dinâmica, estabelecemos uma subdivisão em dois subtópicos: “Decreto-Lei n.º 1.941: Remodelação do Ministério da Instrução Pública” e “A ofensiva da Educação Nacional”. Um para trabalhar e dialogar com as bases da Lei que remodelou o Ministério transformando-o em Ministério da Educação Nacional e que instituiu novas bases para a Educação portuguesa. O outro subtópico ficou responsável por tratar deste novo projeto que teve como líder o ministro Carneiro Pacheco.

“*O Mocidade Irradiante, alma da Pátria a germinar!*” foi escolhido como terceiro e último capítulo deste trabalho. Nesta parte do trabalho procuramos abordar as questões relacionadas diretamente com a Mocidade Portuguesa, pois, após a leitura do contexto histórico, de como deu-se a formação e estruturação do Estado Novo, sobre as suas crenças políticas e ideológicas, e o projeto de Educação Nacional estabelecido; têm-se o arcabouço necessário para uma leitura mais completa do como deu-se a constituição e fundação, sua formação e instrução, assim como a sua atuação na sociedade portuguesa. O primeiro tópico “*Mocidade Portuguesa: a constituição e fundação deste órgão de juventude*”, traduz-se na parte do texto que introduzirá a leitura sobre a *Mocidade Portuguesa*, tecendo linhas acerca da sua fundação e constituição enquanto órgão que arregimentava os jovens e lhes ofereciam uma formação específica para a defesa da Pátria. “*Estudar com dúvida e realizar com fé: a formação da Mocidade*” é o tópico que trabalha diretamente com a formação que os rapazes da Mocidade recebiam para no contraturno escolar, sendo instruídos em matérias não-convencionais, de cunho religioso e paramilitar. Após compreender como estes rapazes portugueses eram formados, “*Por Salazar! Por Salazar!: da atuação dos jovens ao bem da Nação*”, é a parte do trabalho que apresenta como estes rapazes da Mocidade atuavam na sociedade portuguesa, dentro e fora da Metrópole, trabalhando desde na defesa da nação junto aos militares, em trabalhos sociais, em eventos religiosos até às colônias.

Com estes três capítulos, esperamos contribuir para uma maior compreensão do Portugal do século XX e, desta forma, compreender alguns posicionamentos políticos em nossa intelectualidade católica, particularmente, da primeira metade do século XX. Suas influências na constituição do Estado Novo brasileiro, que apresenta muitas nuances com o Estado Novo salazarista, chama atenção. Particularmente, esperamos dar mais visibilidade ao tipo de educação que predominou em Portugal sob o regime salazarista, que também teve suas influências em nossas políticas educativas em determinados momentos políticos. No regime salazarista, a política educativa se traduziu numa cultural e instrução da juventude portuguesa, buscando a formação do “homem novo”, preparando-o e deixando-o sempre alerta para defender o “Deus que professavam, a Pátria que amavam e a Família, ninho e alicerce de toda a grande Nação”.

E, para fechar esta Introdução ao trabalho, é importante frisar que esta pesquisa e construção textual foi embasada nos arquivos digitais de Portugal, disponíveis no Arquivo

Nacional Torre do Tombo⁴⁴, na Hemeroteca de Lisboa⁴⁵ e na Fundação Mário Soares⁴⁶. Nestes arquivos procuramos localizar documentos sobre os posicionamentos do regime salazarista para a educação da juventude portuguesa, as origens da Mocidade Portuguesa e suas formas de atuação. Além destes documentos, procuramos selecionar e agregar à pesquisa jornais católicos, como *Novidades* para conhecer aspectos da relação entre o Estado e a Igreja. Tratam-se de fontes que ajudaram na compreensão do regime comandado por Oliveira Salazar e a sua política educativa no século XX. Também nos utilizamos o jornal *Diário de Lisboa*⁴⁷ e a historiografia portuguesa sobre o salazarismo, particularmente artigos da Revista *Análise Social*⁴⁸ e outras, além de livros de memórias do regime, publicados por aqueles que o viveram, como é o caso de Marcelo Caetano e as suas memórias do salazarismo. Também procuramos ler alguns decretos e leis publicados no *Diário do Governo*⁴⁹. As obras de autores portugueses, especialistas no regime salazarista, constituíram as leituras preliminares desta pesquisa, tornando-se algumas das mais importantes vozes que dialogaram e dialogam com esta “Operação Historiográfica”⁵⁰, que fizemos ao longo deste trabalho.

⁴⁴ O Arquivo Nacional Torre do Tombo é um serviço dependente da Direcção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas, serviço central da administração directa do Estado – integrado no Ministério da Cultura – e é um dos arquivos de âmbito nacional da rede portuguesa de arquivos. Este arquivo é composto por documentos originais desde o séc. IX até os dias de hoje. Cf. < <http://antt.dglab.gov.pt/>> Acesso em: 18 de maio de 2020.

⁴⁵ A Hemeroteca Digital de Lisboa é uma proposta de construção de uma biblioteca digital de jornais e revistas de domínio público, na tentativa de tornar-se uma referência para a consulta em linha e difusão pública da imprensa periódica portuguesa. Cf. < <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>> Acesso em: 18 de maio de 2020.

⁴⁶ A Fundação Mário Soares foi fundada em 12 de setembro de 1991 e é uma instituição privada de utilidade pública e sem fins lucrativos, ligada à pessoa do ex-Presidente da República Portuguesa, Mário Soares. Deste site retiramos boa parte do corpus de nossa pesquisa, que debruçou-se sobre o Diário de Lisboa, disponível no sítio. Cf. < <http://www.fmsoares.pt/fundacao/>> Acesso em: 18 de maio de 2020.

⁴⁷ O Diário de Lisboa foi publicado de 1921 até 1990 e foi, sem dúvida, um dos jornais de referência do Século XX português. Este está disponível digitalizado na íntegra na Fundação Mário Soares para que sirva de consulta pública em suporte eletrônico. Cf. < http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/> Acesso em 18 de maio de 2020.

⁴⁸ A *Análise Social* é a principal revista portuguesa em ciências sociais e na área dos estudos sobre Portugal. É uma revista multidisciplinar, especializada nas áreas da Sociologia, da História, da Antropologia, da Ciência Política e da Psicologia Social e está disponível para o livre acesso e pesquisa científica. Cf. < <http://analisesocial.ics.ul.pt/>> Acesso em: 18 de maio de 2020.

⁴⁹ O Diário do Governo era a base para as publicações oficiais do Governo português e de onde tiramos os textos de leis que ajudaram na compreensão de nosso objeto de pesquisa e na construção deste texto.

⁵⁰ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

1. CAPÍTULO I – A CONSTRUÇÃO DO SALAZARISMO E DO ESTADO NOVO

Sob as insatisfações das “facções políticas rivais”, um grupo de militares, das mais variadas graduações da divisão de Braga, comandadas pelo general Gomes da Costa, impulsionaram a “insurreição” que derrubou a República em 28 de maio de 1926.⁵¹ Neste mesmo dia, o *Diário de Lisboa*, com uma matéria de título extenso, “A divisão de Braga que a noite passada se revoltou vai ser atacada por tropas do Porto de Viana”, trouxe em seu corpo a fala do então Governador civil que qualificou o movimento militar como revolucionário, afirmando à população que o movimento militar marchava apenas pela cidade de Braga. Ainda segundo a matéria, o Governador encontrava-se sereno e declarava que o movimento do “chefe revolucionário” (general Gomes da Costa) seria facilmente contido pelas tropas expedicionárias convocadas pelo Governo, devendo o movimento ser “asfixiado em breves horas”.⁵²

Alertadas sobre os perigos, as tropas foram enviadas para Lisboa para proteger e manter “a vida normal da cidade”. Por se tratar de uma declaração oficial, coube ao chefe de governo, o sr. António Maria da Silva, amenizar a situação e acalmar os ânimos da população através de discursos emitidos aos jornais e publicados por eles. No entanto, apesar dos alertas e do envio das tropas, o general Gomes da Costa, em 6 de junho, entrou na cidade com número significativo de tropas e “a marcha sobre Lisboa”, como assim foi chamada, mesmo que de maneira lenta, tomou o poder. Em meio aos discursos do Governo, na mesma edição do *Diário de Lisboa*, surgiram diversos pronunciamentos de líderes parlamentares, que se misturavam com trechos informativos e narrativos da situação da Câmara.

No trecho a seguir do mesmo jornal, o comunicador informa que: “A polícia exerceu uma rigorosa vigilância sobre as pessoas que entravam na Câmara dos Deputados para assistir à sessão, sendo grande a quantidade de armas de fogo”. Assim, apesar do golpe de Estado e da implementação de uma nova estrutura administrativa aos moldes ditatoriais, este grupo não reconhecia o governo como ditadura, continuando a se referir ao país como uma República. E

⁵¹ MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar**: Biografia Definitiva. Leya. São Paulo, 2011, p. 65-66.

⁵² A Divisão de Braga que a noite passada se revoltou. **Diário de Lisboa**. Lisboa. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 1577, Ano 6, sexta, 28 de maio de 1926, CasaComum.org, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31258> Acesso em: 27 de março de 2019.

isto esteve presente, inclusive, nos decretos que foram publicados, bem como nas emendas e substituições feitas aos termos da *Constituição Política da República Portuguesa*⁵³, como está presente no Art.º 5 da *Constituição de 1933*:

O Estado português é uma República unitária e corporativa, baseada na igualdade dos cidadãos perante a lei, no livre acesso de todas as classes aos benefícios da civilização e na interferência de todos os elementos estruturais da Nação na vida administrativa e na feitura das leis.⁵⁴

Como está posto, tratava-se de uma nova “República unitária e corporativa”, que se apresentava como portadora da garantia de igualdade para todos os cidadãos e o acesso de todas as classes, sem distinção, aos “benefícios da civilização” e aos demais direitos. O texto é enfático em seus discursos, e em primeira impressão podíamos tomá-lo como uma propaganda discursiva e ideológica na busca de legitimidade do novo regime perante a sociedade, agregando-se ao ideal republicano dos direitos dos cidadãos. Contudo, no caso do salazarismo, algumas mudanças institucionais materializam a ideologia do novo regime corporativista e de partido único de cunho autoritário e intervencionista, ainda que se utilizando do termo *República*, que ficou mais no papel e no ambiente discursivo.

Nesta parte, é importante lembrar que o liberalismo estava em crise e em clima de guerras. Muitos países da Europa e da América Latina ventilavam propostas de um Estado mais forte, ditatorial e intervencionista na pauta do dia. A velha República era apontada como fraca para enfrentar a crise liberal e o avanço comunista. Desta forma, o regime salazarista, assim como o varguista, buscava legitimidade entre a velha República e o novo Estado forte, que foi se legitimando por ações concretas dentro de relativo *consentimento social*, no sentido do que foi proposto por Ângela de Castro Gomes, quando analisou o caso do Estado Novo brasileiro, ainda que visando as questões do trabalhismo que foram ajustando-se, no caso do regime no Brasil.

O processo de produção do consentimento não se sustenta somente em apelos ideológicos, tendo uma explícita dimensão socioeconômica. Isto é, ele está fundado em procedimentos que asseguram a existência de vantagens materiais efetivas para os grupos dominados. A legitimidade de um arranjo institucional não advém

⁵³ PORTUGAL. **Constituição Portuguesa de 1911**. Lisboa, Portugal. 19 de julho de 1911.

⁵⁴ O texto foi publicado originalmente no *Diário do Govêrno em 22 de fevereiro de 1933*, passando por plebiscito no dia 19 de março do mesmo ano. No entanto, após a sua aprovação, entrou em vigor apenas no dia 11 de abril de 1933, com nova publicação em *Diário do Govêrno*, constando também a ata da assembleia geral com a apuração dos resultados do plebiscito. Cf. PORTUGAL. **Constituição de 1933**. Lisboa, Portugal. 11 de abril de 1933.

simplesmente da manipulação e/ou repressão políticas, deitando raízes em práticas que incorporam - em graus muito variados - interesses e valores concretos dos que estão excluídos do poder. Tendo em vista tal reflexão, quero destacar para exame dois aspectos do discurso político oficial, veiculado durante o Estado Novo. Em primeiro lugar, a flexibilidade da própria política ideológica expressa pelo discurso, na medida em que ela foi capaz de absorver temas que estavam na pauta de preocupações e demandas da classe trabalhadora durante a Primeira República, incorporando-os e transformando-os em temas e ações de sua própria agenda política. Em segundo lugar, a dinâmica de relações que se estabelece entre a ideologia política e o sistema de regras legais concebidos pelo regime. A produção de leis que pudessem efetivamente materializar as propostas ideológicas divulgadas pelo discurso reforçava o valor desse recurso de poder que era a ideologia do regime, sancionando suas intenções e comprovando seu projeto político.⁵⁵

De todo modo, o regime salazarista foi se institucionalizando por ações concretas, coerentes e alinhadas ao perfil do novo Ministro das Finanças, António de Oliveira Salazar. Sua ascensão começou em meio às querelas entre os militares, especialmente entre Gomes da Costa e Mendes Cabeçada. Estes impassem aconteceram devido os nomes que desejam para a formação do Governo. Como um dos grandes problemas da República antes do golpe militar era a economia, o assunto que estava na ordem do dia era a escolha e a respectiva nomeação do representante para comandar a pasta das Finanças portuguesas, neste novo governo. A vontade de Carmona, já como Chefe de Governo, era que o general Sinel de Cordes assumisse a pasta das Finanças. No entanto, Gomes da Costa e Cabeçadas, mesmo donos de vontades contrárias, continuaram trabalhando juntos nesta questão específica, pois visualizavam um nome mais interessante para compor a pasta. Essa união conseguiu trazer para a pasta António de Oliveira Salazar. Todavia, Salazar só viria a tomar posse no Ministério no dia 10 de junho, pois, segundo Meneses, ao chegar em Lisboa, Salazar teria se deparado com uma situação pouco convidativa e, devido a isto, teria regressado imediatamente para Coimbra alegando problemas de saúde. O seu retorno à Lisboa se daria, exclusivamente, após Mendes dos Remédios ter ido pessoalmente à Coimbra buscar o professor universitário.⁵⁶

Em seu artigo *A obra financeira de Salazar*⁵⁷, António José Telo afirma que as contas públicas portuguesas se encontravam de forma precária devido diversos fatores, dentre estes

⁵⁵ GOMES, Ângela de Castro. “Ideologia e Trabalho no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 56.

⁵⁶ MENESES, Filipe Ribeiro de, op.cit., p. 67.

⁵⁷ TELO, António J. A obra financeira de Salazar: a “ditadura financeira” como caminho para a unidade política, 1928-1932. **Análise Social**, vol. XXIX (128), 1994 (4°).

destacou: inflação, falta de investimentos e dívidas pós-guerra. Salazar foi trazido para o Governo - por já ser reconhecido por nomear professores catedráticos para o seu corpo administrativo – na tentativa de reorganizar as finanças.⁵⁸ Para Salazar, as transformações econômicas profundas pressupunham sempre outras transformações, fossem estas de caráter demográfico, social, político ou cultural.⁵⁹

As transformações mais profundas as quais se referia, contudo, não nasceram de uma simples equação. Pelo contrário, segundo Telo, o “programa alternativo proposto nomeadamente por Oliveira Salazar foi base para sérias controvérsias e não foi aceito pacificamente”. Dada a necessidade de realizar as medidas financeiras austeras e dos impasses com o corpo administrativo, o mesmo autor chama atenção para a reorganização política que sofreu o Governo, a começar pela concentração de poder e do direito de veto estabelecida por Oliveira Salazar como condição para assumir a pasta. Acabou por transformar o Ministério das Finanças no centro do poder do gabinete dos ministérios, deixando os demais membros desgostosos com os rumos que as coisas foram tomando.⁶⁰

Neste clima, antes mesmo de Salazar entregar o seu projeto econômico, teve que enfrentar dois grandes problemas; um de cunho pessoal e outro de caráter político. O primeiro, foi a morte de sua mãe, em 17 de novembro de 1926, a maior incentivadora da entrada do filho no Governo. Ainda no seu ano de morte, possivelmente, trocou conversas com o Ministro, onde teriam tratado de assuntos não somente de caráter pessoal, mas sobre as questões administrativas do Estado. O segundo grande problema, que nasce em fevereiro de 1927, foram as revoltas dos republicanos desejosos de restabelecer a República em Portugal. As movimentações rebentaram primeiro em “Porto e depois em Lisboa”. Contudo, o general Carmona, “autointitulado presidente da República”, e o seu Governo resistiram e a revolta foi esmagada”.⁶¹ O historiador Ribeiro de Meneses afirma que os revoltosos queriam, através de suas movimentações, restabelecer a República em Portugal. Entretanto, outros grupos políticos também teriam se manifestado, por questões econômicas do país e infelizes com os rumos que estavam sendo tomados.

Antes de Salazar assumir o cargo, segundo a matéria “Finanças” do *Diário de Lisboa*, publicada no dia 10 de fevereiro de 1928, a situação econômica era de desordem nos impostos,

⁵⁸ MENESES, Filipe Ribeiro de, op.cit., p. 67.

⁵⁹ Ibidem., p. 68.

⁶⁰ TELO, António J., op.cit., p. 787-788.

⁶¹ MENESES, Filipe Ribeiro de, op.cit., p. 70.

a produção fabril estava diminuindo seus números, a moeda estava instável, dentre outros problemas, motivos que acabaram causando revoltas na população e nos setores interessados. O *Diário de Lisboa*, instigando a população e os grupos, perguntando: “Quando é que nós praticaremos uma política financeira que tenha estas bases – moeda estabilizada, orçamento equilibrado e uma justa tributação?”.⁶²

Ao apresentar a situação econômica do país, o editorial exigia que o governo fizesse seu sacrifício para o bem da economia do país. Este sacrifício deveria começar pelo estabelecimento de cortes do próprio governo, diminuindo os seus privilégios e extinguindo a prática de descontar no contribuinte com volumosos impostos. Dizia-se nos artigos do jornal que o Estado deveria assumir como primeira obrigação a supressão “não só das despesas inúteis, mas também reduzir as úteis ao indispensável”, seguindo o mesmo critério que exigia da população, a de “gastar o mínimo para salvar o máximo”. Estes são alguns pontos críticos que o governo do general Carmona se viu obrigado a responder à sociedade. A resposta veio através da “obra financeira de Salazar”, que indicava medidas que deveriam ser aplicadas para sanar os problemas financeiros do país.⁶³

Em 30 de junho de 1927, antes de assumir o posto, Salazar apresentou relatório com alguns números e possíveis medidas financeiras a serem tomadas. O relatório foi visto e avaliado por Sinel de Cordes, Ministro das Finanças inicialmente indicado pelo general Carmona, que o ignorou completamente. Salazar, por sua vez, não deixou de emitir críticas na imprensa à Sinel. Diante da crise econômica, a popularidade do professor de Coimbra passou a aumentar no país, principalmente, com a ditadura militar à deriva.⁶⁴ O cenário ficou ainda mais favorável ao futuro Ministro das Finanças devido às fortes pressões que Sinel de Cordes sofria de todos os lados: da imprensa, que o interpelava constantemente devido a situação do país; das pressões vindas dos grupos políticos; e, de algumas medidas tomadas por ele que foram completamente frustradas. Uma destas, visando manter os investimentos em Portugal, Cordes recorreu aos empréstimos na Sociedade das Nações. No entanto, este órgão internacional impôs diversas condições para realizar esta transação, visto a frágil situação portuguesa. Segundo Meneses, Sinel de Cordes descreveu estas imposições como humilhantes para si e para o

⁶² Finanças. **Diário de Lisboa**. Capa. Cf. “Diário de Lisboa”, nº 2098, Ano 7, sexta, 10 de fevereiro de 1928, CasaComum.org, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_30494> Acesso em: 29 de março de 2019.

⁶³ Idem.

⁶⁴ MENESES, Filipe Ribeiro de, op.cit., p. 71-72.

Governo, decidindo não as aceitar.⁶⁵ O que acabou por apertar ainda mais os nós das finanças do país e da permanência de Sinel no Governo

Do outro lado, Salazar publicava seus artigos nos jornais, onde indicava alternativas à situação financeira do país, mas não somente isto, passou a tratar sobre a necessidade de novo projeto de educação da sociedade:

O problema financeiro demanda sérios cuidados, sobretudo desde que as nossas faculdades de produção começaram a restringir o seu labor. Ninguém julgue que o Estado goza do privilegio de tosar a lã do contribuinte, até o deixar roxo de frio e nú como S. Sebastião. [...] As dificuldades resolviam-se, graças a uma troca de situação.⁶⁶

A posse no Ministério das Finanças e a repercussão

As críticas parecem ter surtido efeito pois, em 27 de abril de 1928, ele se tornou o “Novo Ministro” com apoio e elogio de muitos, pelo que se lê na recepção do seu cargo pelo *Jornal Diário de Lisboa*, na época sob a direção de Joaquim Manso e do Secretário da Redação Álvaro de Andrade:

O sr. dr. Oliveira Salazar dignou-se aceitar a gerencia da pasta das Finanças que, neste momento, é a chave não só da vida financeira, mas de toda vida governativa do país”. Ninguém o acusará de buscar uma satisfação para a sua vaidade, porque raros homens se têm mostrado mais modestos do que ele – talvez pelo facto de ser um espírito culto, especializado nos problemas da sua pasta. Não lhe falta competência, honradez, nem a coragem para resistir a pressões de interesses ou de arruaças. [...] Não peça ao sr. Dr. Oliveira Salazar o milagre da multiplicação dos pães nem tão pouco uma chuva de maná redentor. Limite-se a confiar nele, a dar-lhe o seu aplauso, todas as vezes que o vir exposto às surpresas das encruzilhadas, ao ataque de pinhais. [...] Para amanhã não surja quem acuse o sr. Dr. Oliveira Salazar de ser uma esperança inútil, ousamos recomendar aos verdadeiros portugueses que se acautelem, para que se não sussurre, como no tempo de Oliveira Martins: ‘perdeu-se, porque quis governar com o país’.⁶⁷

⁶⁵ MENESES, Filipe Ribeiro de, op.cit., p. 73-74.

⁶⁶ SALAZAR, António Oliveira. “*Finanças*”. (1928), “*Diário de Lisboa*”, nº 2098, Ano 7, sexta, 10 de fevereiro de 1928, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_30494 (2019-10-26). Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

⁶⁷ Idem.

Salazar gozava de uma certa visibilidade e recepção dos seus discursos na sociedade portuguesa. Desta forma, ele assumiu a pasta das Finanças depois de muitas críticas que publicou contra o governo, em que acusava a ditadura militar de não conseguir restringir os seus gastos. Além disto, também acusou o governo de ser muito generoso em vários ramos da administração estatal, pois era grande o número de funcionários públicos, cada qual donos de altos salários. Além dos gastos com os próprios militares, o que para Oliveira Salazar era cometer “tropeço em cima de tropeço”, como registram as memórias sobre seus discursos.⁶⁸ Enquanto fazia as críticas, Salazar afirmava não estar autorizado a fazer discursos políticos, quando obviamente estava fazendo, como se vê em “Discursos de Oliveira Salazar, Vol. 1 (p.16), particularmente, no caderno *“Os problemas nacionais e a ordem da sua solução”*, comentado e analisado por José Martinho Gaspar.⁶⁹

Ao tratar dos gastos da “ditadura militar”, Oliveira Salazar desagradou alguns. Para lidar com a desconfiança dos militares, a sua grande habilidade fora deixar claro a estes que o seu programa financeiro, para funcionar de maneira eficaz e ágil, era necessário a “continuação da ditadura militar”, endossado por ele com a afirmação de que o governo militar era fundamental para a “execução do único programa”, e que, portanto, asseguraria a permanência destes no poder. Com este discurso, Salazar passou a unir à sua volta a maioria dos oficiais, inclusive, os indecisos, criando uma “relação de dependência mútua” para aquele que viria a ser o regime salazarista.⁷⁰ Para Meneses, estas palavras de Salazar, publicadas em formato de artigos ambiciosos, era um lançar-se de candidatura ao Governo, enquanto crescia o descrédito de Sinel de Cordes no posto de Ministro das Finanças, o que favoreceu a subida de Oliveira Salazar à cadeira do Ministério mais importante em meio à crise econômica.

Dizem os memorialistas portugueses que a ambição de Oliveira Salazar ficava, muitas vezes, oculta pelo seu discurso de “casado com a Pátria”, juntamente com seus discursos sobre as finanças e pelas fórmulas que foram apresentadas, acabaram criando o ambiente necessário para a sua subida ao poder e, mais do que isto, criaram a necessária recepção para um Governo do tipo Salazar. A partir daí ele foi montando seu corpo administrativo com bacharéis em

⁶⁸ MENESES, Filipe Ribeiro de, op.cit., p.74.

⁶⁹ Discursos analisados por José Martinho Gaspar em sua obra. Cf. GASPAR, José Martinho. **Os discursos e o discurso de Salazar**. Lisboa: Prefácio, 2001, p.103.

⁷⁰ TELO, António J., op.cit., p. 788.

Direito e seguiu gozando de plenos poderes para agir, indo muito além do que o cargo de Ministro das Finanças garantia.⁷¹

A posse da pasta veio após as eleições presidenciais realizadas pela ditadura militar, onde o general Carmona recebeu 750 mil votos para permanecer no cargo de Chefe de Estado. Neste novo mandato presidencial, nomeou ao cargo de primeiro-ministro o coronel José Vicente de Freitas que, em entrevista à imprensa, alegou que o Ministério das Finanças deveria ficar com “alguém da mais alta competência e que o país inteiro já o considera como um dos seus maiores valores intelectuais e técnicos em assuntos financeiros”⁷².

A partir daí, Duarte Pacheco, Ministro da Instrução Pública, foi o encarregado de convocar Salazar para o Governo. Segundo o que declarou cardeal Cerejeira anos após o evento, Pacheco teria sido breve: “Consideramo-lo o homem necessário. Disseram-nos que é competente. Aceita vir para Lisboa, para pôr em ordem as finanças do Estado? Do contrário seremos obrigados a devolver o poder aos políticos”.⁷³ Como já sinalizamos neste texto, Salazar não aceitou a pasta de imediato, ficando a cargo do Governo ceder em algumas condições como pré-requisitos para o retorno de Salazar à pasta das finanças. Após a hesitação premeditada e com as exigências observadas pelo Estado, em 27 de abril de 1928, Oliveira Salazar tomou posse do Ministério e partiu para desenvolver o seu projeto, dito por ele como um sacrifício feito a “*Bem da Nação*”.⁷⁴ Lema este que acompanhou o regime salazarista ao longo do século XX.

Da posse como Ministro das Finanças de Portugal até a posse da Presidência do Conselho de Ministros em 1933, tem-se um período de mudanças e ajustes orçamentários no país. Uma das medidas importantes deste período é, sem sobra de dúvidas, o poder de veto exigido por Salazar como um destes pré-requisitos para reassumir a pasta. Com isto, o Ministro das Finanças poderia, como o próprio nome sugere, vetar “qualquer aumento de despesa” que os demais ministérios estabelecessem. Determinação que não foi bem recebida pelos demais ministros. Para eles, o pedido incomum de Salazar recairia numa centralização de poder. Soam estranhas as observações dos ministros, já que o governo tinha perfil de austeridade

⁷¹ NOGUEIRA, Franco. Salazar: A Mocidade e os Princípios 1889-1928. Coimbra: Atlântida Editora, vol. I, 1977, p. 336. *Apud* MENESES, op.cit., p. 81.

⁷² *Idem*.

⁷³ GARNIER, Christine. Férias com Salazar. Companhia Nacional Editora, 1962, p. 107. *Apud* MENESES, op.cit., p. 81.

⁷⁴ MENESES, Filipe Ribeiro de, op.cit., p. 81.

estabelecida, sendo apenas reafirmada por Salazar, cujas medidas davam continuidade ao programa alicerçado na “ditadura militar” e os fortalecia.⁷⁵

O programa de austeridade aplicado em altura de crise aumenta a capacidade do Estado como árbitro supremo e altera a articulação dos seus poderes tradicionais. O Estado passa a ter o poder de decidir a continuação ou desaparecimento de empresas ou agentes económicos, através da cartelização, distribuição de ajudas, aplicação de quotas, condicionamento ou qualquer outro dos múltiplos instrumentos de intervenção, que passam a ser de uso corrente. O Estado torna-se um factor essencial no funcionamento normal da economia, o que representa uma diferente articulação dos seus poderes e aponta para formas novas de manifestação da luta política. Os partidos deixam de estar adaptados à arbitragem dos conflitos muito diferentes gerados por um Estado fortemente intervencionista.⁷⁶

Através desta intervenção estatal austera, o Governo garantiu maior efeito de suas ações e os resultados que esperavam com maior rapidez, buscando “acabar com o déficit orçamental, estabilizar o câmbio, consolidar a dívida, reorganizar o crédito”, necessários para “promover o fomento” da educação e demais atividades de interesse da Nação. No entanto, estas intervenções acabaram por alargar a lista de desgostos com a administração estatal, e boa parcela destes partiram do próprio corpo administrativo do Estado, como ministros e autoridades militares. Os embates criados pela “obra financeira” geraram uma “relação de dependência mútua” que precisou ser gerida com muito cuidado por Oliveira Salazar e pelo general Carmona, Chefe de Estado, que, por diversas vezes, atuou como mediador e conciliador entre o Ministro das Finanças e as demais autoridades políticas e militares. Isto aconteceu porque Salazar era uma peça muito importante neste tabuleiro de xadrez. Falava “como um chefe político” e assim era visto pela maioria. A partir desta força dentro do Governo, estabeleceu quatro ações prioritárias a serem tomadas e estas estavam voltadas a resolver “os problemas financeiros, económicos, social e político” do país.⁷⁷

Apesar de ter sido apelidado pela mídia de “o ditador das finanças”, denominação recorrente nos mais variados grupos sociais, Salazar carimbou a sua competência dentro do Governo e diante da população após a difusão de estatísticas oficiais que apresentavam resultados notáveis nascidos após as aplicações das suas medidas financeiras. Os cortes de gastos e os aumentos de impostos atingiram os funcionários públicos, oficiais do Exército, a

⁷⁵ TELO, António J., op.cit., p. 788.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Ibidem, p. 788-790.

população em geral. Ao final de 12 anos, em 1940, já como Presidente do Conselho, apresentou um superávit orçamentário de 20 milhões de libras esterlinas, mais do que o ministro Sinel de Cordes teria pedido na Sociedade das Nações. Outra vitória para Salazar foi a restauração da confiança de Portugal nos mercados estrangeiros e o armazenamento de boas reservas em ouro, o que garantiu a estabilidade do escudo português, remontando o cenário necessário para atrair de volta o capital lusitano que estava espalhado em mercados internacionais. Esta capacidade “de endireitar a situação financeira recebeu aplausos de muitos”.⁷⁸

Apesar da forte propaganda executada pelo Governo, este e as “suas reformas financeiras” não estavam imunes às críticas, e, até mesmo com a atuação da censura, estas críticas conseguiam ultrapassar as barreiras, tornando-se conhecimento público. Algumas das falas da oposição afirmavam que os números publicados pelo Executivo eram “fictícios” e que o “equilíbrio orçamentário era um embuste perpetrado à nação”. Ao invés dos cortes nos gastos que foram informados, acreditava-se que a despesa estatal havia aumentado, especialmente, “com as Forças Armadas”, e que os empréstimos pedidos seriam para sanar a situação.⁷⁹ Empenhadas neste projeto de Nação portuguesa, a propaganda e a censura do estado ficaram encarregadas de amenizar os ruídos.

Ao observar as estratégias discursivas e caminhos tomados pelo Ministro das Finanças, pode ser visto que o professor de Coimbra demonstrava cada vez mais que não tinha habilidade apenas técnica, mas que apresentava um “novo estilo de política, diferente das tradições do Estado liberal”⁸⁰ e que estava conquistando espaços:

Em 1932, quando passa a chefiar o gabinete, Salazar pode gabar-se de ter conseguido alcançar os muitos ambiciosos objectivos da ‘parte financeira’ da estratégia política [...]. A nova conjuntura internacional, que era difícil de conceber antes de 1929, não permitia pensar em substanciais investimentos ou numa renovação significativa da atrasada estrutura tecnológica portuguesa. Assim, uma parte dos capitais regressou, mas não encontrou no essencial, aplicação produtiva. Serviu para o aumento das reservas de ouro e da liquidez do sistema financeiro.⁸¹

Foi através desta repatriação de capital e da “obra financeira” aliada a um “novo papel do Estado em relação à economia” que Salazar conseguiu consolidar uma ampla unidade em torno de si e dividir ainda mais a “já pulverizada oposição”, além de garantir o “suporte social

⁷⁸ MENESE, Filipe Ribeiro de, op.cit., p. 82-88.

⁷⁹ Ibidem, p. 95.

⁸⁰ TELO, António J., op.cit., p. 795.

⁸¹ Ibidem, p. 797.

que o Estado Novo se baseou nos anos 30”⁸², pois conseguiu repatriar os fundos para e que, mais tarde, ajudariam a financiar os órgãos e projetos do Governo. Aqui podem ser citados: a Mocidade Portuguesa, Mocidade Portuguesa Feminina, a Legião Portuguesa, o Secretariado de Propaganda Nacional e as diversas ações planejadas pelo Estado Novo para se manter no poder e para promover o seu projeto autoritário e de reconstrução social.

1.1 SALAZAR E A CONSTRUÇÃO DO SALAZARISMO

“Nunca pensei em ser governo, nunca o quis também (Oliveira Salazar)”⁸³.

O salazarismo é marcado pelo perfil da pessoa de Oliveira Salazar, que imprime em seu programa de governo muitos dos seus ideias e posicionamentos perante a vida pública. E durou no poder com este perfil de homem sisudo, tímido, calado e católico, negando que estivesse fazendo política. Na política interna, congregou em seu entorno os principais grupos opositores da República e recolocou a Igreja ao lado do Estado, além de promover a intelectualidade de Coimbra a cargos públicos. Criou um forte órgão de propaganda, a SPN; uma polícia política (PVDE/PIDE) para combater os inimigos; e, um novo sistema de educação com uma ala muito ampla militarizada e em defesa dos ideais da nova nação: *Mocidade e Legião Portuguesa*, nos moldes do que se via na Europa na formação da juventude militarizada.

A corporativização dos sindicatos, que passam a ser controlados pelo Estado, ajustou os problemas dos trabalhadores aos moldes do regime. Externamente, reforçou a política imperial portuguesa e os laços com as colônias, procurando extrair poder político e econômico dos espaços ultramarinos. Estas são algumas das características do salazarismo que, apesar de não serem nosso objetivo central, constituem pontos de compreensão do tipo de regime que criou a *Mocidade Portuguesa*.⁸⁴

⁸² TELO, António J., op.cit., p. 798.

⁸³ NOGUEIRA, Franco. **Salazar**: Os Tempos Áureos (1928-1936), vol. II. Coimbra: Atlântida Editora, 1977, p. 179.

⁸⁴ Idem.

Já em 01 de janeiro de 1933, António de Oliveira Salazar compareceu “pela primeira vez como chefe do governo” na reunião com o Presidente Carmona, em Belém.⁸⁵ Tomando posse da Presidência do Conselho de Ministros de Portugal, ele passou a cuidar, pessoalmente e de maneira centralizada, do país. E, apesar de aparentemente não gostar do poder, Franco Nogueira conta que Salazar dedicou-se profundamente à nação e isto definiu a criação da sua imagem perante a população:

Este homem que é governo, não queria ser governo. Foi deputado. Assistiu uma única sessão e nunca mais voltou. Foi ministro; demorou-se cinco dias, foi-se embora e não queria mais voltar. O governo foi-lhe dado, não o conquistou, ao menos à maneira clássica e bem nossa conhecida: não conspirou, não chefou nenhum grupo, não manejou a intriga, não venceu quaisquer adversários pela força organizada ou revolucionária. Não se apoia aparentemente em ninguém e dirige-se amiúde à Nação, entidade bastante abstrata para apoio eficaz. Tem todo o ar de lhe ser indiferente estar ou ir. Em todo o caso, está. Está e há tanto tempo e tão tranquilamente como se ameaçasse nunca mais deixar de estar. Suporta trabalhos do governo, sofre injustiças, os insultos dos desvairados, os despeitos, as raivas dos impotentes. Vai engolindo, de quando em quando, a sua conta de sapos vivos, comida forçada de políticos, segundo pretendia Clemenceau. E está, fica.⁸⁶

Nogueira não deixa claro a data em que este texto passou a circular, mas afirma que ele teria sido criado pelo próprio Presidente do Conselho, sendo repassado obrigatoriamente na *União Nacional*⁸⁷ de maneira a “consolidar a imagem do homem que dizia fazer sacrifícios por não sentir ambições políticas”.⁸⁸ No entanto, este texto deve ser visto com cuidado. Poucas páginas acima neste texto, foram tecidas linhas observando os textos e publicações de Salazar com tom de crítica aos feitos do então ministro Sinel de Cordes. Vimos que, de certo modo, isso acabou por destacar o seu nome, que pouco tempo depois foi chamado para assumir a pasta do Ministério.

A imagem de Oliveira Salazar, portanto, lhe precede e é uma das marcas do salazarismo. Sua história de menino pobre, católico e sereno passaram a constituir a base virtuosa daquele que tornou-se o líder do novo regime. Educado e devoto fiel do catolicismo, Salazar representava a retomada das relações da Igreja com o Estado, depois da Primeira República e

⁸⁵ NOGUEIRA, Franco, op.cit., p. 186.

⁸⁶ Ibidem, p.188.

⁸⁷ A União Nacional foi apresentada pela ditadura militar em 30 de julho de 1930 e caracterizou-se como um movimento político criado para agregar todos os potenciais apoiadores do Governo, e abriu espaço para o surgimento de um novo regime em Portugal. Apesar de afirmar não ser um partido, na prática, a União Nacional atuou como partido único do Governo. Cf. MENESES, op.cit., p.170-171.

⁸⁸ Ibidem, p.188.

da Lei de Separação do Estado das Igrejas. O perfil católico e tradicional orientou o líder do novo regime para uma forte associação da pátria com a família e com Deus. Desde o seminário de Viseu, onde fez o curso de Teologia, ele já publicava artigos em que associava a nação aos desígnios de Deus, como se observa no trecho de um dos seus artigos, conhecido como uma “oração” pela pátria: “Olha, Senhor, [...] os filhos das trevas que parecem vencerem os filhos da luz; olha as desgraças que nos afligem!”⁸⁹ Para ele, a associação com a Igreja era uma possibilidade para a política:

Bem, mas eu nada tenho com as suas opiniões políticas, tanto mais que a religião não é incompatível com forma alguma de governo. A religião está muito superior à política, paira noutras regiões mais altas. Mas repara: eu não quero com isto dizer que a religião não haja de informar e dirigir os atos da política, nem que alguém possa ser católico na igreja e ateu junto à urna.⁹⁰

Em seus artigos, Salazar também propagava a crença de que Portugal tinha um dever divino de povoar a Terra e evangelizar os povos, fato que estaria justificado pela chegada deles nas colônias e, sobretudo, no Brasil. Outro tema encontrado em seus artigos era o combate político e ideológico das ideias republicanas e comunistas presentes no país. Para ele, estes eram o verdadeiro mal, eram “os filhos das trevas” que chegavam para perverter os “filhos da luz”.⁹¹ O antirrepublicanismo e o anticomunismo foram outras marcas do regime salazarista, particularmente, o anticomunismo que acompanhou toda a sua trajetória ao longo do século XX, desde Portugal até as colônias africanas.

E é nestes posicionamentos que ele conduziu a sua vida pública, em especial, acreditando na força e na importância da religião, como guia da agenda política do Estado. O salazarismo foi se construindo, portanto, como um regime de base moral católica, anticomunista e com ambições imperialistas, e carregou isto como se estivesse seguindo uma missão. Próximo a Salazar juntaram-se os conservadores, os bacharéis, os nacionalistas e os católicos, propagando que Portugal estava entrando em uma nova era para o Estado e para a Igreja.

O termo “secularização”⁹² nos ajuda a compreender a forma que as alas mais conservadoras de Portugal enxergavam o movimento republicano.

⁸⁹ MENESES, Filipe Ribeiro de, op.cit., p. 40.

⁹⁰ Ibidem, p. 43.

⁹¹ Ibidem, p. 40.

⁹² MOURA, Carlos André Silva de. *Histórias Cruzadas: Intelectuais no Brasil e em Portugal durante a Restauração Católica (1910-1942)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018. P. 48.

Por secularização compreendemos um processo de longa duração, em que são estabelecidas as normas para se reestruturar o universo religioso e a retirada do controle social do poder eclesiástico. Vista a partir de uma composição global, a secularização colaborou para a ruptura da homogeneidade social estabelecida pelo poder eclesiástico, valorizando, assim, a liberdade individual em meio à sociedade contemporânea.⁹³

Para eles, o período antes do Estado Novo era representado pelo termo “século negro”. Isto porque a “secularização”, processo político e jurídico de separação da Igreja e do Estado foi celebrado e carregado pelos movimentos republicanos. Inclusive, este pensamento culminou na construção e aplicação da *Lei da Separação do Estado das Igrejas em 1911*⁹⁴ quando Portugal esteve sob a tutela dos republicanos. Apesar de não se traduzir em um projeto para “o fim da religião, mas uma adaptação à nova ordem social”, provocou debates sobre os espaços públicos e privados.⁹⁵

a religião transfigurou-se em mais uma prática cultural, concorrendo com outros princípios e com as diversas formas de fazer da sociedade. Os espaços públicos foram, então, esvaziados das referências divinas [...]. A religião, por sua vez, privatizou-se com o deslocamento para a ‘esfera privada das consciências individuais’.⁹⁶

Com o discurso de resgatar o que havia sido perdido sob o “século negro”, Salazar, já à frente do novo Estado e apoiado na sua ideologia e em seus apoiadores, buscou reverter este processo, retirando a religião deste período de adaptação proposto pelos republicanos e promovendo a reunião do poder da Igreja ao lado do poder do Estado. Para isto ser possível, teve que dialogar e trazer apoiadores dos ambientes católicos para a esfera pública.

1.2. O LUGAR DOS CATÓLICOS NO SALAZARISMO

Portugal tem uma tradição histórica e religiosa com o catolicismo. E ter Oliveira Salazar à frente do Governo reforçou e consolidou esta tradição. Trouxe junto ao seu discurso a sua

⁹³ MOURA, C.A.S., op.cit., p.48.

⁹⁴ A Lei da Separação do Estado das Igrejas foi promulgada em 20 de abril de 1911 bem influenciada por legislações estrangeiras. De modo geral, garantia a “plena liberdade de consciência a todos os cidadãos portugueses e estrangeiros residentes em Portugal”, declarava também que a “religião católica deixava de ser a religião do Estado e que todas as igrejas ou confissões religiosas eram igualmente autorizadas”, permitindo o “livre culto de qualquer religião”. Cf. O Portal da História. Disponível em: <<https://bit.ly/2QRILSz>> Acesso em: 06 de junho de 2019; República e Laicidade. Disponível em: <<https://bit.ly/2WQ2yGs>> Acesso em: 06 de junho de 2019.

⁹⁵ MOURA, C.A. S., op.cit., p. 48.

⁹⁶ Idem.

experiência vivida no Centro Católico e como membro do CADC (Centro Acadêmico da Democracia Cristã). Uma tradição política nascida em meados de 1901, em Coimbra, a proposta da “Democracia cristã”, que neste momento esteve mais voltada aos centros urbanos e universitários. Os centros acadêmicos da Democracia Cristã, ainda nos finais da Monarquia, promoveram círculos de estudos sociais que ganharam espaços ao longo dos anos. No entanto, durante os anos republicanos, e com a queda da Monarquia, o seu crescimento veio a ser um pouco retardado:

Eram os C.A.D.C. círculos de estudos, de reflexão e de propaganda, cujo objetivo ‘devia ser o estudo das questões sociais, quer de ordem religiosa ou moral, quer de ordem política, quer de ordem económica’. [...] ‘desenvolve o espírito de fraternidade entre os seus sócios, promove a difusão das doutrinas sociais católicas por meio de conferências e do estudo em comum, favorece a boa imprensa, propaga as boas leituras, auxilia as instituições de caridade. [...] É, pela sua natureza e pelos seus fins, uma escola prática de acção social católica’.⁹⁷

Estes círculos de debates e de estudos para o movimento “democrata-cristão” e de “recatolização”⁹⁸ tiveram grande influência na formação do pensamento de Oliveira Salazar e do próprio Estado Novo. Desta forma, Salazar e os vários intelectuais e doutrinadores da democracia cristã, contribuíram para a construção do perfil do regime. Pois, conforme nos diz o historiador Manuel Braga da Cruz, “o salazarismo foi também, de certa maneira e em certa medida, a expressão portuguesa de um ‘nacionalismo católico’, a seu modo e a seu tempo, um democrata-cristão”.⁹⁹

O CADC agregava vários intelectuais conservadores e da direita nacionalista, entre portugueses e brasileiros. Entre os congressistas que pregavam a doutrina do Estado forte e tradicional estava Plínio Salgado, político e ex-chefe da Ação Integralista Brasileira, exilado no país de 1939 a 1946.¹⁰⁰ Segundo a professora historiadora Giselda Brito Silva, Plínio Salgado escolheu Portugal por já ter contatos estabelecidos com os membros do Integralismo Lusitano e por simpatizar abertamente com o regime salazarista.¹⁰¹ No país, ele contribuiu com o

⁹⁷ CRUZ, Manuel Braga da. As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (II). *Análise Social*, vol. XIV (55), 1978 - 3.º, p.548-549.

⁹⁸ MOURA, C.A.S., op.cit., p. 27.

⁹⁹ CRUZ, Manuel Braga da. As Origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (I). *Análise Social*, vol. XIV (54), 1978-2, 265-278.

¹⁰⁰ SILVA, Giselda Brito. *Integralismo e Estado Novo: Diálogos e Confrontos*. Recife, PE: Editora Universitária da UFRPE, 2017.

¹⁰¹ SILVA, Giselda B. A circulação de Plínio Salgado entre o Brasil e Portugal nos tempos da Segunda Guerra. In: Cunha-Rocha, Silvério; Marujo, Maria N; Teixeira, Cláudia; Martins, Marco; Rodrigues, Paulo; Borges, Maria R. (Org.). *Tópicos transatlânticos: a emergência da lusofonia num mundo plural*. 1. ed. Évora: Universidade de

salazarismo, através de palestras e conferências para os jovens estudantes do CADC, de Mocidade e de Legião Portuguesa. Também neste lugar, Plínio Salgado atuou em defesa da relação do Estado com a Igreja Católica

com a publicação da edição portuguesa de sua obra *A Vida de Jesus*, em fins de 1943, ele começa a ter ampla visibilidade na sociedade portuguesa. Seu principal contato entre os católicos foi o Padre Moreira das Neves, que o recomendou ao Cardeal Cerejeira. Aprovado, por esse último, ele se aproxima dos intelectuais do regime, dos jovens da Mocidade Portuguesa, da Legião, das faculdades e escolas de várias cidades. Torna-se um dos doutrinadores do regime, construindo seus discursos com temas da relação do nacionalismo com o catolicismo. Com isso, Plínio Salgado se tornou um dos doutrinadores estrangeiros mais conhecidos do regime salazarista dos últimos anos da segunda guerra.¹⁰²

Plínio Salgado era um brasileiro em terras portuguesas que assumiu declaradamente uma posição em defesa do Estado Novo salazarista, assumindo posições da democracia cristã, com as quais retornou para o Brasil, com o fim da Segunda Guerra. Ao longo do exílio ele fez vários elogios a Salazar e ao regime através de cartas endereçadas a sua filha, afirmando estar compreendendo melhor a relação da política com os intelectuais e com a Igreja. Segundo Giselda Brito Silva, ele estaria referindo-se ao “projeto político de Salazar” que conseguiu integrar as dimensões político-acadêmicas e religiosa, onde a fé no cristianismo católico assumia um ordenamento da sociedade.¹⁰³ A partir de suas conferências, foi se tornando mais conhecido entre os intelectuais católicos, entre os integralistas lusitanos e também entre a juventude de Mocidade e Legião, participando ativamente na doutrinação da juventude portuguesa no âmbito das determinações dos doutrinadores salazaristas.¹⁰⁴

Estes diálogos, patrocinados pelos centros e círculos católicos, espalharam o projeto de *recatolização* ao longo do salazarismo, como nos dizem as pesquisas do professor Carlos André Silva de Moura, em seu livro *Histórias Cruzadas*.¹⁰⁵ O Estado Novo, para os democratas-cristãos, não deveria atuar para a “liberdade, a igualdade e a fraternidade humana” fora do Cristianismo. Por este motivo, os democratas-cristãos acreditavam que não deveriam ser

Évora, 2012, v. 1, p. 120-140. Artigo disponível no site Academia. Cf. <<https://bit.ly/2LPOBBT>> Acesso em: 06 de outubro de 2019.

¹⁰² Ibidem, p. 2.

¹⁰³ SILVA, Giselda Brito. A Direita Exilada: o caso de Plínio Salgado e a experiência vivida no salazarismo nos tempos da Segunda Guerra. In: SCHURSTER, Karl. *et al. Velhas e Novas Direitas: a atualidade de uma polêmica*. Recife, PE: Editora da Universidade de Pernambuco, 2014, p. 244.

¹⁰⁴ SILVA, Giselda Brito. A Direita Exilada, op.cit., p. 250-251.

¹⁰⁵ MOURA, C. A. S., op.cit., p. 48.

puramente “tolerados” pelos políticos portugueses, mas deveriam fazer parte desta classe para então poder lutar pela sua causa, propagando que “a religião não era inimiga do progresso, mas sim um ingrediente essencial da moralidade, ordem e civilização”. Sobre isto, Salazar escreveu:

O Cristianismo soa a sua forma mais perfeita e completa não se opõe às liberdades públicas ou às instituições modernas. E se entre a democracia e a Igreja existe um mal-entendido gravíssimo, a nós, democratas-cristãos, compete exatamente destruí-lo.¹⁰⁶

É importante perceber que os católicos entraram nesta briga pública e política por espaços e leis que os garantissem frente ao “processo de secularização e laicização”, bem como do “socialismo” e do “movimento operário, que estavam desenvolvendo-se em Portugal, tomando espaços antes ocupados por valores tradicionais e católicos:

O «partido católico», ou a organização política dos católicos, que fora o eixo em torno do qual se produziram quase todas as polémicas teóricas e organizativas do e no mundo católico, como instrumento privilegiado de resolução da «questão religiosa», passa a dar o lugar à «acção democrática cristã» ou «acção social católica», com a qual se passa a pretender enfrentar a «questão social» nascente, evitando que a esta seja dada uma resposta socialista, tal como antes se pretendia combater a resposta maçónico-liberal à primeira.¹⁰⁷

De acordo com a gravidade do momento, os católicos acharam necessário se organizar em partidos, grupos e círculos para apresentar uma alternativa à resposta socialista. Desta forma, a “democracia cristã” teria nascido como “resposta à democracia socialista”. Para muitos, a “democracia cristã” representou um artifício da própria Igreja Católica para conseguir se manter em meio ao mar revolto das sociedades modernas, tendo como destaque a batalha contra o “operariado”. Esta luta esteve presente também nos anos estadonovistas, em Portugal, e como alicerce da grande parte das ações do Estado Novo.

A luta contra a alternativa socialista fez parte do projeto do regime, particularmente, enfocando a Educação Nacional, a Propaganda Nacional e a organização de Mocidade Portuguesa, Mocidade Portuguesa Feminina e Legião Portuguesa. De certa maneira, a *democracia cristã* estava alicerçada na *Encíclica Rerum Novarum* promulgada pelo Papa Leão XIII que já tratava de temas como *Propriedade Particular, Família, Estado, Socialismo,*

¹⁰⁶ MENESES, Filipe Ribeiro de, op.cit., p. 49.

¹⁰⁷ CRUZ, Manuel Braga da. “As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (II)”. *Análise Social*, vol. XIV (55), 1978 - 3.º, p. 525.

Comunismo e outros. Este texto, ao tratar destes temas, estabeleceu definições e meios alternativos, que aos olhos da própria instituição religiosa, deveriam ser seguidas pelos católicos e pela sociedade portuguesa.

Sobre o socialismo, por exemplo, a *Encíclica* afirma:

Os Socialistas (...) instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para - os Municípios ou para o Estado. Mediante esta transladação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Pelo contrário, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social.¹⁰⁸

A Igreja católica assumiu, no salazarismo, uma posição ostensiva e combatente do socialismo, tido no regime (Estado e Igreja) como uma ideologia nefasta e antinatural. Esta posição antissocialista se fez presente durante os anos que antecederam o Estado Novo e durante a sua existência. Os Centros católicos foram, portanto, uma das bases do salazarismo, estimulando campanhas de maior “regeneração religiosa, moral, política e económica da sociedade portuguesa”.¹⁰⁹ Para seus integrantes, era fundamental entrar na política e ter um de seus membros no alto escalão do Governo, representando uma peça chave neste combate ao socialismo. Assim sendo, Oliveira Salazar contou com os membros do laicato católico e da própria hierarquia eclesiástica neste projeto.

A partir de 1945, a relação do Estado com a Igreja firmou-se com a implementação da Concordata e os Acordos Missionários, ainda que sob novas tensões frente a postura autoritária do Estado, o que significa que, apesar de declara-se como Estado de ideologia e base católica conservadora, o salazarismo teve alguns embates com a Igreja, que eram mediados pelo Cardeal Cerejeira¹¹⁰. Ao longo do salazarismo, portanto, a Igreja fez suas cobranças ao regime em temas

¹⁰⁸ **Encíclica Rerum Novarum** promulgada pelo Papa Leão XIII, apensada no site do Vaticano. Cf. <<https://bit.ly/1kW5vPo>> Acesso em: 06 de outubro de 2019.

¹⁰⁹ CRUZ, Manuel Braga da. As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (II). **Análise Social**, vol. XIV (55), 1978 - 3.º, p.551.

¹¹⁰ Manuel Gonçalves Cerejeira, o Cardeal Cerejeira, nasceu em Lousado em 1888. Em 1911 já tinha se ordenado presbítero da Igreja Católica. Na Universidade de Coimbra conheceu António de Oliveira Salazar e tornaram-se amigos, passando a publicar textos no jornal acadêmico *O Imparcial*. Ainda chegou a assumir de maneira provisória cadeira de professor de História Medieval da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Em 18

que julgava relevante para o catolicismo.¹¹¹ Contudo, chegavam sempre a acordos. Assim é que, as propostas de “re Cristianização” da sociedade “seguiam as determinações da Sé romana”, sempre procurando se adequar à realidade de cada país, como foi o caso de Portugal, onde a Igreja Católica enfrentou o anticlericalismo da Primeira República, que limitou as suas atividades, e algumas querelas no salazarismo sem perder seu lugar de prestígio.¹¹²

Para uma religião que esteve presente na região por pelo menos trezentos anos, e que influenciou profundamente as suas bases e diretrizes, bem como as questões éticas, sociais e as decisões políticas da sociedade portuguesa; além de conservar as suas crenças, valores e costumes tradicionais; participando diretamente da criação da identidade nacional; o fenômeno da “secularização” não foi bem visto. A retomada de posição com o Estado salazarista traria novas expectativas. Contudo, “a reaproximação entre as instituições aconteceu de forma gradual, até o seu restabelecimento através da assinatura da Concordata em 1940”, já sob o Estado Novo.¹¹³

Outros fatores também corroboraram na consolidaram da posição da Igreja com relação ao salazarismo. De acordo com os autores Carlos André e Steffen Dix, as aparições de Fátima, que tiveram um impacto profundo ao logo do salazarismo, representa um destes fatores que auxiliaram a Igreja na recatolização da sociedade. Neste sentido, como já estava sendo consolidada uma aliança entre a esfera política e a religiosa, as aparições foram utilizadas politicamente, dando à construção desta “nova” sociedade. A atuação dos “intelectuais católicos” foi um marco na utilização deste fenômeno, ajudando a “criar uma identidade com a nacionalidade e uma centralidade no catolicismo português”.¹¹⁴ Conforme nos diz o estudioso da Igreja no salazarismo, Simpson Duncan:

Os eventos entre maio e outubro de 1917 foram importantes para a reafirmação da presença da Igreja Católica no mundo rural, mas principalmente para o restabelecimento ideológico da instituição na região. O culto a Nossa Senhora de

de novembro de 1929 tornou-se, através do Papa Pio XI, Patriarca de Lisboa, e foi muito atuante pastoralmente e politicamente. Como amigo pessoal de Salazar, debateu no gabinete do Presidente do Conselho sobre questões políticas, sobre os interesses da Igreja e da união do Estado e da Igreja. Um dos frutos desta ligação foi a Concordata com a Santa Sé que veio para apaziguar os ânimos. Cf. <<http://www.fccerejeira.org/fundacao/biografia-do-cardeal-cerejeira>> Acesso em: 20 de maio de 2020; MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar: Biografia Definitiva**. Lisboa: Leya, 2011.

¹¹¹ As relações da Igreja com o Estado podem ser melhor conhecidas pelos estudos de Duncan Simpson em seu livro. Cf. SIMPSON, Duncan. **A Igreja católica e o Estado Novo Salazarista**. Lisboa: ICS, 2014.

¹¹² MOURA, Carlos André Silva de, op.cit., p. 39.

¹¹³ Ibidem, p. 55.

¹¹⁴ Ibidem, p. 247.

Fátima contribuiu para a retomada das conversões ao catolicismo, com características nacionalistas e antiliberais, com críticas ao laicismo e ao anticlericalismo republicano.¹¹⁵

Mais à frente no texto, o autor afirma que o fenômeno das aparições em Fátima e sua legitimação enquanto culto contribuiu para o “fortalecimento da ‘renascença católica’”, ajudando a superar os anos republicanos, bem como ajudou a fortalecer o Estado Novo salazarista.¹¹⁶ Em consonância com este pensamento, Steffen Dix acredita no “papel importante de Fátima na recristianização de Portugal”.

Este fenômeno acabou

combinando as fortes predileções nacionais por Nossa Senhora, em certo sentido de predestinação de Portugal (...), o fenômeno de Fátima desenvolveu nos anos seguintes uma matriz identitária e uma dinâmica própria, transformando o catolicismo popular português numa espécie de religiosidade nacional.¹¹⁷

Para Carlos André da Silva Moura, “o culto mariano foi fundamental para a reafirmação da identidade católica em Portugal” e ajudou a resolver as questões que envolviam o Estado e a Igreja. Percebendo a força deste movimento, o próprio Oliveira Salazar passou a incentivar as práticas, que o ajudavam discursivamente na sacralização do regime salazarista. Isto pode ser visto nas tantas matérias jornalísticas que noticiaram diversas celebrações religiosas, nas quais sempre contavam com a presença do general Carmona, de Oliveira Salazar, dos ministros, políticos e *tutti quanti*. O Secretariado de Propaganda Nacional trabalhou fortemente nesta questão, além do fato de que as Mocidade Portuguesa, Mocidade Portuguesa Feminina, Legião Portuguesa, Organização das Mães pela Educação Nacional, e tantos outros grupos, também participavam destas celebrações, das ações caritativas e das peregrinações à Fátima. Em conjunto com o Cardeal Cerejeira, Salazar trabalhou para salvar moralmente e espiritualmente o país. A união destas duas importantes figuras para a história de Portugal contemporâneo, de certo modo, marcou o país e os direcionamentos do Estado Novo. E, por consequência e repercussão, na criação e funcionalidade dos órgãos de educação da juventude salazarista, cujo currículo se deu com base na doutrina católica e nacionalista.¹¹⁸

¹¹⁵ SIMPSON, Duncan. A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista. Lisboa: Edições 70, 2014, p. 35. Apud: MOURA, Carlos André Silva de, op.cit., p. 250.

¹¹⁶ Ibidem, p. 262.

¹¹⁷ DIX, Steffen. As esferas seculares e religiosas na sociedade portuguesa. **Análise Social**, vol. XLV (194), 2010, p. 16.

¹¹⁸ MOURA, Carlos André Silva de, op.cit., p. 262-263.

1.3. O ESTADO NOVO E O CORPORATIVISMO

Entre 1926 e 1930, a ditadura militar falhou sucessivos projectos de institucionalização e foi alvo de várias tentativas de golpe de Estado, quer da oposição pró-democrática (o mais forte dos quais a 7 de fevereiro de 1927), quer da extrema-direita, tentavam a sorte, a última escorada em jovens militares que constituíam como que um poder paralelo nos quartéis, movimento agravado com nomeação de muitos para postos da administração local. Em nível governamental, no entanto, um núcleo mais coeso de generais conservadores, organizados em volta do general Carmona, foi progressivamente consolidando a ordem autoritária. Foi nesse ambiente que Salazar, na sequência de uma crise financeira importante foi nomeado ministro das Finanças, negociando amplos poderes sobre os outros ministros.¹¹⁹

Desta forma, o Estado Novo nasceu em meio a golpes e contragolpes militares. Em 1930 a União Nacional, movimento político-ideológico que se dizia contra os partidos políticos, visava agregar forças civis que creditaram espaço político-ideológico ao novo regime. As instituições do Estado Novo, definidas pela Constituição de 1933, representam um “republicanismo conservador”, congelou o veio liberal e reforçou a “dimensão autoritária e corporativa”, onde as garantias eram mantidas e eliminadas sob a nova orientação da direita autoritária ancorada em instituições poderosas, como a Igreja e as forças armadas.¹²⁰

De modo geral, o *corporativismo* pode ser pensado como uma estrutura “organicista” que o Estado Novo construiu em torno de si como projeto de governo e de país que se propunha a implantar.¹²¹ O projeto de administração corporativo que se propagou com o novo regime, tinha como ponto central a institucionalização do governo sob o controle de Oliveira Salazar enquanto Presidente da União Nacional e responsável pelo controle da Câmara, da escolha dos deputados para o parlamento, das instituições de controle social e político.

António Costa Pinto destaca que, “teoricamente os membros da câmara corporativa deveriam ser designados pelas corporações, mas na realidade seria Salazar quem nomearia a grande maioria”.¹²² Desta forma, o corporativismo se materializou nas práticas políticas de um regime que substituiu o liberalismo por uma organização política sob o controle de um Estado

¹¹⁹ PINTO, António Costa. *O Estado Novo Português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XIX*. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Orgs.). **O Corporativismo em Português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Lisboa: ICS-UL, 2007, p.27.

¹²⁰ Ibidem, p.31.

¹²¹ Ibidem, p.37.

¹²² PINTO; MARTINHO, op.cit., p.32.

regulador, em que se “desprezava a democracia representativa e parlamentar”. No caso de Portugal, portanto, temos um corporativismo católico, autoritário e conservador, que preservou a ditadura militar da situação anterior e a reforçou com uma polícia política de controle político e social, amparada num tribunal jurídico sob as orientações do Presidente do Conselho.

O Estado corporativo se consolidou, ainda, com a centralização e controle de acesso aos quadros da administrativa pública por definição de Salazar, que dava preferência aos pertencentes às Faculdades de Direito do país, para controle dos mecanismos judiciários, particularmente, preocupados com os crimes políticos e a oposição clandestina. Salazar criou, portanto, um tribunal especial de militares e magistrados que exercia o trabalho de polícia política sob aos opositores do regime. Outra ação do Estado corporativista, em 1936, foi a criação da *Mocidade Portuguesa e Legião Portuguesa*, além de outras organizações de juventude e de mulheres, como *Mocidade Portuguesa Feminina* e outras, sob o controle do ministério da educação, com forte redefinição no modelo cultural oficial do país.¹²³

Nesta parte do texto, é importante compreender o tipo de Estado Novo que se implanta com a Constituição de 1933, texto base do novo regime, e que substituiu as instituições anteriores por *instituições corporativas*, transferindo, de maneira brusca, a soberania do povo para a autoridade do Estado, além de estabelecer a reorganização do ambiente político e da estrutura econômica do país sob as determinações de um chefe nacional. É através de um projeto corporativista que Salazar buscou uma alternativa para a crise financeira, mais particularmente ao combate dos *sindicatos de orientação marxista*.¹²⁴

Francisco Carlos Palomanes, estudioso do corporativismo português no Brasil, analisa os antecedentes e desdobramentos da *Legislação Corporativa*.¹²⁵ Segundo ele, a proposta não foi recebida positivamente por todos os seguimentos da sociedade portuguesa, principalmente, pelos sindicatos que teriam que ser reestruturados e se readaptar às normas, visto que o Governo “buscava extirpar a luta de classe” e, por isso, colocaram-se na oposição ao Governo, com “a publicação do decreto-lei nº 23.050”.¹²⁶

Pelo corporativismo, o Estado organizou a transição das inúmeras associações de classe para o modelo de sindicatos nacionais. Nestes casos, as associações de classe que tivessem

¹²³ PINTO, António Costa, op.cit., p. 32-33.

¹²⁴ MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **A Bem da Nação**: o sindicalismo português entre a tradição e a modernidade (1933-1947). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, op.cit., p. 43.

optado por não aderir à nova ordem corporativa ou que não tivessem sequer feito assembleias para deliberar sobre o tema, deveriam ter seus bens liquidados. Nesse momento, o Estado entrou como um organizador da nova ordem, no sentido de, ao eliminar materialmente as antigas associações de classe, garantiria a existência dos sindicatos nacionais como representantes exclusivos dos trabalhadores urbanos.¹²⁷ Neste sentido, o Estado Novo passaria a controlar também as decisões da classe trabalhadora. A meta era extinguir a sociedade de classes, a “Bem da Nação”. Mas os planos não funcionaram completamente. Ouve resistência, mas a resistência não veio apenas dos trabalhadores. Palomanes conta que “a segunda maior dificuldade” do Estado, ao implantar o corporativismo, “incidia sobre a resistência patronal em colaborar com os organismos do Estado corporativo, não só criando empecilhos ao desenvolvimento da nova estrutura sindical, como também perseguindo os dirigentes dos sindicatos nacionais”.¹²⁸ O Estado, contudo, procedeu impondo-se pela linha autoritária.

Sobre isso, Meneses escreveu que “o nacionalismo era necessário como meio que permitiria manter a sociedade portuguesa unida em face das dificuldades. Era igualmente parte do processo por meio do qual se poderia ultrapassar a luta de classes”.¹²⁹ Mas Meneses, assim como outros autores, não acreditam no projeto corporativista e nacionalista de Salazar. Para ele, “o corporativismo e o nacionalismo era, na prática, meras concessões aos tempos, uma moda – mas o sucesso da sua implementação não era o cerne da política”.¹³⁰

E continua:

O corporativismo português era, em última análise, caro e desprovido de conteúdo. Inicialmente importante, também ele evoluiu, depois de obstáculos muito reais serem colocados no seu caminho, de forma que assegurasse o objetivo último de Salazar – a sua própria sobrevivência política.¹³¹

Apesar do discurso pessoal e estatal, Meneses enxerga o Estado Novo “apolítico”, isto porque só estaria preocupado com a “sua própria sobrevivência”, vez por outra “confundida com o interesse nacional e com a preservação da ordem e da obediência”. Facilmente observado na centralização do processo decisório em poucas mãos. O poder do Estado era sistematicamente reforçado, fossem pela vigilância das instituições e da sociedade, fossem pela

¹²⁷ PINTO, António Costa, op.cit., p. 75.

¹²⁸ Ibidem, p. 79.

¹²⁹ MENESES, Filipe Ribeiro de, op.cit., p. 123.

¹³⁰ Ibidem, p. 125.

¹³¹ Ibidem.

criação de órgãos, como o caso da Mocidade Portuguesa e Legião, como veremos ao longo deste trabalho.

Inicialmente, para manter firme o projeto de nação frente às resistências, Oliveira Salazar defendia o Estado forte, centralizador e autoritário. Ele mesmo antes de subir à Presidência do Conselho de Ministros portugueses centralizou pastas dos ministérios em suas mãos. Pois, enquanto Ministro das Finanças acreditava que o reordenamento fiscal do país nasceria dos cortes de gastos, corte de regalias de funcionários e congelamento ou redução de repasses estatais. Para isso, pediu como condição para voltar ao Governo que os ministérios estivessem submissos ao Ministério das Finanças. Estas exigências envolviam a liberação e corte de verbas, sanções de projetos e outros controles na linha corporativista.

Os discursos do corporativismo, portanto, fundamentou-se em relações naturais entre os homens: parentesco (família), residência (município) e na profissão (associação, corporação). Salazar assim denominou de “o ideal de nação organizada”, onde o Estado deveria se confundir com a Nação. Tratava-se da base do Estado integral, onde os interesses individuais estão subordinados aos interesses do coletivo. A economia, de certa forma, era gerida pelas corporações, restando ao Estado guardar “os interesses superiores da nação” fosse com relação à concorrência, abuso da classe trabalhadora, ou em questões que envolvessem a produção de determinados produtos.¹³²

Em suma, o Estado Novo corporativista se colocou como a “reorganização político-administrativa”, mas também moral da Nação portuguesa, além de controlador da luta de classe. Impôs um novo padrão social, econômico, político e religioso. Esta imposição foi tanto na ação direta dos órgãos estatais ou pelo “exercício directo e massivo da violência física”.¹³³ Nos seus discursos, Salazar referiu-se diversas vezes aos problemas enfrentados, mas não deixou de referir-se à educação como arma para a formação dos portugueses e de garantia de uma igualdade de oportunidades para a promoção social. A educação também ocupou-se de formar os cidadãos na ideologia, que consagrava a família, a tradição, a pátria e o catolicismo como elementos identitários do povo português.

O Estado Novo salazarista estabeleceu e destacou os problemas da sociedade portuguesa da primeira metade do século XX e, ao mesmo tempo, apresentou-se como meio mais eficaz de

¹³² MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, op.cit.

¹³³ MELO, Daniel. **Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)**. Lisboa. Edição: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001, p. 24.

combate aos males que atacavam a Nação e ao seu povo.¹³⁴ Para isto, destacou a educação e o aparelho de propaganda, como capazes e necessários para formar as mentalidades. O Secretariado de Propaganda Nacional, presidido por António Ferro, desenvolveu, ocupou este cargo e contribuiu para a construção de uma verdade estadonovista e salazarista.

¹³⁴ MELO, Daniel. **Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)**. Col. Estudos e Investigações, Imprensa de Ciências Sociais, 2001, p. 24-42.

2. CAPÍTULO II: A POLÍTICA CULTURAL DA EDUCAÇÃO NACIONAL SALAZARISTA E “A SAGRADA OFICINA DAS ALMAS”

Para este segundo capítulo, procuramos destacar as especificidades do sistema educacional do Estado Novo salazarista visando compreender a política educativa do regime para a juventude portuguesa adquirir o perfil de “juventude salazarista”. Para isto, buscamos, nesta parte do trabalho, explicitar como a *Educação Nacional* portuguesa foi reestruturada para formar o “homem novo” português, dentro dos pilares políticos e religiosos defendidos para os jovens como projeto de redefinição dos caminhos ideológicos para a sociedade portuguesa. A meta era ensinar os jovens a terem amor e respeito ao Chefe do novo regime, assim como quebrar as ideologias liberais implantadas pela República, pois eram consideradas nocivas e destruidoras dos valores tradicionais, da base familiar e religiosa.

2.1 - O QUE TEM DE “NOVO” NA EDUCAÇÃO DO ESTADO NOVO?

A historiografia deste período mostra que o governo salazarista reestruturou a educação. Esta que seria oferecida em cadeia nacional, acabou estabelecendo novos padrões, pois era de interesse da administração estatal criar o ambiente propício à construção do “homem novo” português. Em Portugal, utilizar a educação como braço-direito na edificação e legitimação de regimes políticos não foi uma estratégia utilizada apenas pelo Governo Salazar. Ao que pôde ser levantado até o presente momento nas pesquisas que foram realizadas, este era o *modus operandi* de muitos regimes autoritários e ditatoriais ao longo da Europa, sobretudo, no início do século XX. Assim também atuou a Primeira República portuguesa na formação de jovens voltados para a construção das bases de consolidação do regime, visto que o movimento

republicano lutou para implementar a República em processo de desconstrução da Monarquia.¹³⁵

Rômulo Carvalho ao tratar da I República, afirma que a proposta de Educação Nacional do Estado Novo, aos moldes de uma educação doutrinária para fins nacionais, tem raízes nas experiências passadas do próprio país. Quando dizemos ‘raízes’, não estamos afirmando que o mesmo modelo foi aplicado em ambos os períodos. Afirmção como esta é muito perigosa e nos colocaria, minimamente, num campo pantanoso. Todavia, é possível enxergar uma política educativa portuguesa atrelada a projetos de nação anteriormente ao que foi proposto pelo Estado Novo.

O projeto de Revolução Nacional, dá-se justamente na íntima relação do Estado com a Igreja, sendo este um dos elementos mais fortes da “novidade” do projeto educativo dos jovens do Estado Novo salazarista. Portanto, o que tem de novo na educação do Estado Novo é, principalmente, a retomada de fortes alianças com a Igreja Católica e a implantação de uma formação militarizada, que veremos mais profundamente no próximo capítulo.

No caso da influência da Igreja Católica, base da cultura religiosa portuguesa, é importante destacar seu trabalho dianteiro pela nova causa nacional, considerando-se também que o projeto a auxiliava em suas causas próprias. Desta forma, a Igreja fez parte do discurso ideológico do regime e passou a ocupar territórios na esfera pública e administrativa, além de participar ativamente na construção dos currículos escolares e na formação dos jovens portugueses dentro e fora das escolas.¹³⁶

O Estado Novo recolocou a Igreja no cenário nacional. Esta instituição religiosa que havia sido prejudicada pela Primeira República, no período de 1910 a 1926, que, por reiteradas vezes, afirmou a laicidade de estado e que a religião não tinha espaço nas suas decisões políticas e ideológicas. Para a Igreja, essas práticas acabaram retirando dela o poder de educação da população que detinha de tempos anteriores. Na verdade, o processo aconteceu de maneira inversa, os republicanos, de maneira orquestrada, aplicaram-se em esvaziar o Estado da presença da fé religiosa e católica, enquanto que o Estado Novo a fortaleceu.

O movimento de secularização da República também pode ser entendido como “um processo natural da sociedade” que passou a substituir os debates sobre o sagrado por debates

¹³⁵ CARVALHO, Rômulo. **História do Ensino de Portugal:** desde a Fundação da Nacionalidade até o Fim do Regime Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, p. 664.

¹³⁶ Idem.

não religiosos na esfera pública.¹³⁷ A partir daí, a religião e os debates religiosos voltaram-se à esfera particular, independente da confissão do cidadão. Podendo ser visto com maior clareza a partir da leitura da *Lei da Separação das Igrejas do Estado*¹³⁸.

No que tange a educação, o governo republicano após 1910 estabeleceu que “a religião fosse banida da escola”.¹³⁹ Para eles, os pais e responsáveis é que deveriam dar a educação religiosa à criança e no recanto do lar, porque o Estado, respeitando a liberdade de todos e de perfil liberal, nada teria com isso.¹⁴⁰

E continua:

A moral das escolas, depois que a República se fundou, só tem por base os preceitos que regulam a justiça entre os homens e a dignidade dos cidadãos. Varreu-se da pedagogia nacional todo o turbilhão de mistérios, de milagres e de fantasmas que regulavam, até então, o destino mental das crianças. A escola vai ser neutra. Nem a favor de Deus, nem contra Deus. Dela se banirão todas as religiões, menos a religião do dever, que será o culto eterno desta nova igreja cívica do Povo.¹⁴¹

Às escolas nacionais coube ter por base temas que viessem a dialogar com as temáticas nacionalistas e a regular a justiça entre os homens e a dignidade dos cidadãos, de acordo com a proposta liberal. Desta forma, na I República, o Estado varreu qualquer ligação com Deus de suas escolas, estabelecendo que a escola nacionalista republicana era neutra, “Nem a favor de Deus, nem contra Deus” e que a única religião que desejavam em suas escolas era “a religião do dever”. Este passou a ser o alicerce fundamental da educação e do Governo republicano, o do culto apenas da igreja cívica que estavam construindo.¹⁴²

Para além de um mero jogo de palavras no discurso do Estado, pode-se enxergar na República uma forma de reprogramação e/ou doutrinação da sociedade, que deveria passar a venerar e entrar na luta da Pátria republicana. Derrubaram a monarquia para dar espaço a um tipo de nacionalismo. Fica mais evidente quando recaímos sobre textos políticos,

¹³⁷ MOURA, Carlos André Silva de. **Histórias Cruzadas**: Intelectuais no Brasil e em Portugal durante a Restauração Católica (1910-1942). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, p. 51-52.

¹³⁸ LEI DA SEPARAÇÃO DO ESTADO DAS IGREJAS. Cf. site República e Laicidade. Disponível em: <<https://bit.ly/2WQ2yGs>> Acesso em: 05 de outubro de 2019. Cf. também s estudos de: MOURA, Carlos André Silva de. **Histórias Cruzadas**: Intelectuais no Brasil e em Portugal durante a Restauração Católica (1910-1942). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, p. 51-52.

¹³⁹ CARVALHO, Romulo. Op.cit., p.675.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Idem.

administrativos e sobre as leis da República. No trecho retirado do *Decreto-Lei n.º 22.241*, da *Constituição Política da República Portuguesa*, podemos compreender melhor esta relação:

§ 3.º O ensino ministrado pelo Estado é independente de qualquer culto religioso, não o devendo, porém, hostilizar, e visa, além do revigoramento físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes cívicas e morais.¹⁴³

O ensino estava alicerçado em virtudes cívicas e morais, mas isento do ensino religioso. Neste caso, o Estado Novo assemelhasse à I República, pois, de acordo com a notícia da promulgação da Constituição de 1933 que saiu no jornal *Diário de Lisboa*, onde são encontradas partes referentes ao ensino e as novas diretrizes, prerrogativas estabelecidas pelo Presidente do Conselho, sobre a organização do Estado.¹⁴⁴

No novo texto Constitucional de 1933, prescreveu-se que o “Estado é independente de qualquer culto religioso” e que o ensino teria que formar o carácter do cidadão dentro do valor profissional e de todas as virtudes cívicas e morais”. Contudo, em 11 de abril de 1936, os discursos mudaram, frente aos novos acordos celebrados entre Estado com a Igreja:

Em todas as escolas públicas do ensino primário infantil e elementar existirá, por detrás e acima da cadeira do professor, um crucifixo, como símbolo da educação cristã determinada pela Constituição. O crucifixo será adquirido e colocado pela forma que o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, determinar.¹⁴⁵

Para além destas mudanças, o *Decreto-Lei n.º 1.941*, que remodelou o Ministério da Instrução Pública, instituindo o novo Ministério da Educação Nacional, também acrescentou à Constituição a reformulação da política cultural e educativa da juventude portuguesa, oficializando a fé católica na nova ordem política e social. O Estado Novo implantou um novo sistema educativo que preocupava-se com política e com a econômica. A educação do Estado Novo acreditava na necessidade de habilitar os cidadãos para fundamentar a dignificação do

¹⁴³ Cf. DIÁRIO DO GOVERNO. Decreto-Lei n.º 22.241, 22 de fevereiro de 1933. **Constituição Política da República Portuguesa**. Título IX, Da educação, ensino e cultura nacional, Art. 43º, p. 230. Disponível em: <<https://bit.ly/33CuIod>> Acesso em: 21 de janeiro de 2019.

¹⁴⁴ A Futura Constituição. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1933. Cf. "Diário de Lisboa", nº 3693, Ano 12, Quinta, 23 de fevereiro de 1933, CasaComum.org, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_28853> Acesso em: 23 de agosto de 2019.

¹⁴⁵ Cf. DIÁRIO DO GOVERNO. Decreto-Lei n.º 1:941, 11 de abril de 1936. **Remodelação do Ministério da Instrução Pública**. Base XIII, p. 413. Disponível em: <<https://dre.pt/application/file/690288>> Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

“homem novo” português com base no fim da educação enciclopedista e na introdução de uma educação nacionalista:

Como a elaboração da reforma do ensino primário iria ser demorada, e como havia urgência no critério do Ministro, em resolver alguns casos pontuais com ela relacionados, foi publicado em decreto-lei, com data de 24 de novembro de 1936, com a indicação do currículo do ensino primário obrigatório, para que entrasse imediatamente em vigor. Esse currículo, de acordo com o pensamento do Estado Novo já largamente difundido, seria reduzido ao mínimo: ‘Língua portuguesa (leitura, redacção e efeitos pátrios), aritmética e sistema métrico, Moral, Educação Física, Canto Coral’ (art.º 1.º).¹⁴⁶

[...]

É a razão do presente decreto-lei assente na ideia de que o ensino primário elementar trairia a sua missão se continuasse a sobrepor um estéril enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde moral e física da criança, ao ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar, e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal.¹⁴⁷

O novo currículo apresentado por meio do *Decreto-Lei de 24 de novembro de 1936*, mesmo ano de fundação da Mocidade Portuguesa, foi reduzido ao mínimo para seguir com a proposta de habilitar os homens ao trabalho, à pátria e à cultura religiosa nacionalista, tornando-se a base de Mocidade Portuguesa. A justificativa dada pelo Ministério para a reformulação do sistema era a de que os temas educacionais eram de extrema urgência para o novo Governo e que não havia tempo para divagações, por isso propôs modificações bruscas na tentativa de resolver os problemas e pendências do ensino de Portugal que acreditavam terem sido criados pela República liberal. Neste novo regime não coube um ensino cheio de “enciclopedismo racionalista”. Segundo os seus defensores, os excessos racionalistas seriam fatais para a saúde moral e física da criança, bem como para a formação cristã e virtuosa que recebiam.¹⁴⁸

O novo projeto de educação do Estado Novo contou com os discursos dos deputados reformistas na Câmara. Em sua maioria, os parlamentares defendiam que o currículo deveria ser reduzido ao mínimo e focado para garantir uma boa formação nacionalista. Além das transformações curriculares, acreditavam que seria necessário reformar ou reeducar os

¹⁴⁶ O autor retirou este trecho da obra “Portugal Renovado” de Carneiro Pacheco que foi publicada em Lisboa em 1940. Cf. CARVALHO, R. op.cit., p.761.

¹⁴⁷ Cf. Carneiro Pacheco, **Portugal Renovado**, Lisboa, 1940. Apud: CARVALHO, R. op.cit., p.761.

¹⁴⁸ Idem.

responsáveis direto pela formação dos jovens, os professores¹⁴⁹. Aqueles “muito doutos” eram repudiados e vistos como possíveis problemas para a projeto nacional. Acreditavam que estes professores poderiam trabalhar o senso crítico dos jovens, voltando-os contra o Governo. Estes também poderiam atrapalhar o alcance da meta do governo que era de estabelecer uma educação doutrinária, que destruísse as “falsas doutrinas” do comunismo e do liberalismo. Daí o enfoque na educação, que se utilizou da censura e do cerco aos professores que estivessem na contramão da nova doutrina. Neste sentido, os professores passaram a ser cobrados para desenvolver suas atividades em conformidade com os valores do Estado e da Nação, deixando as elucubrações e o pensamento crítico de lado.¹⁵⁰

A exemplo do que foi dito, o deputado Teixeira de Abreu defendeu, na sessão do dia 26 de março de 1938, que “fazer o ensino primário por meio de agentes altamente intelectualizados tem inconvenientes gravíssimos. [...] Preferível seria que se fosse bom e simples, mas, quando não se possa ser bom, ao menos que não seja muito douto”.¹⁵¹ Para eles, o fundamental mesmo seria que fossem bem alinhados com a ideologia dominante, os demais atributos necessário para o desenrolar de uma boa prática docente passaram a ser meros formalismos até dispensáveis. O reflexo deste discurso pôde ser visto de maneira prática nas seleções para professores que foram realizadas, onde não exigiam formação específica. Outro fator a ser observado é que a formação não era pedida, mas era ofertado aos novos professores cursos e capacitações para que estivessem cada vez mais alinhados e preparados para aplicar os conteúdos estabelecidos. Ainda segundo o texto, alguns deputados que se pronunciaram nesta linha seguiram o entendimento do padre Correia Pinto e seu pronunciamento durante a cerimônia que precedeu a abertura do I Congresso da União Nacional.¹⁵²

O padre Correia, considerado “orador sagrado de grande prestígio”, conhecido também por suas atividades político-religiosas, afirmou que tinha um grande respeito pelos professores da instrução primária, mas que alimentava um grande medo destes.¹⁵³ Para ele, todos deveriam ter cuidado com estes agentes educacionais, principalmente, quando fossem muito instruídos. Tais afirmações ocorreram justamente no início dos debates acerca do currículo mínimo escolar, onde reafirmou-se que a instrução infantil deveria ser de obrigação primeira dos pais,

¹⁴⁹ Além da nomenclatura tradicional “professor” utilizada para designar os responsáveis pelo ensino, na documentação também é encontrado “agentes educacionais”. No texto ainda utilizamos o termo “profissionais da educação” como sinônimo.

¹⁵⁰ CARVALHO, Rómulo, op. cit., p.761.

¹⁵¹ Ibidem, p.765.

¹⁵² Ibidem.

¹⁵³ Ibidem, p. 764.

no ceio do lar, o que corroborou com o entendimento da importância da família na formação dos jovens e dos cidadãos portugueses. O tema também esteve muito presente nos discursos do Estado Novo, sendo reforçado com a atuação do OMEN e da Mocidade Portuguesa.¹⁵⁴

Os professores que contribuíram com o regime passaram a ser mais valorizados, mas receberam novas funções. Subiram profissionalmente, adquirindo novo status social, tiveram aumento nos vencimentos, passaram a receber diversos convites para participarem de congressos, publicações de artigos, das sessões e discussões da casa legislativa, onde eram requisitados a proferirem discursos acerca dos temas do regime. Em seus trabalhos, por outro lado, os professores passaram a ser muito cobrados e vigiados. Considerados ocupantes de cargo de grande responsabilidade, um dos pilares mais importantes na formação das próximas gerações portuguesas, a figura do professor se tornou alvo de controle e acompanhamento do regime.

Maria das Graças Ataíde, ao tratar do interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães, mostra como esta também foi uma característica do Estado Novo brasileiro, em relação aos professores, considerados agentes necessários para construção do Estado Novo e “veículos de construção da ordem e da desordem na sociedade”.¹⁵⁵ Também neste regime, alguns professores foram exonerados e vítimas de “aposentadorias forçadas. Os que resistiram se transformaram em “instrumentos de punição e armas de combate contra aqueles que eram apontados como representantes da pedagogia da desordem”.¹⁵⁶ De acordo com a autora, havia grande ligação entre o Estado Novo brasileiro e o português, indicando circularidade da ideologia do regime salazarista no Brasil.¹⁵⁷

No salazarismo, o Estado reiterava a importância do profissional da educação para alcançar os seus objetivos. Por isso passou a cobrar mais destes professores. Aqueles que não estavam alinhados, sofreram perseguições. Alguns professores chegaram a sofrer “processo disciplinar por motivos políticos”¹⁵⁸ a exemplo do professor primário Adolfo António de

¹⁵⁴ CARVALHO, Rómulo, op.cit., p.764.

¹⁵⁵ ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. Estado Novo: Projeto Político Pedagógico e a Construção do Saber. **Revista Brasileira de História**. vol. 18, n. 36, São Paulo, 1998. Cf. <<https://bit.ly/2ZyXV0B>> Acesso em: 27 de agosto de 2019.

¹⁵⁶ ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. Estado Novo: Projeto Político Pedagógico e a Construção do Saber. **Revista Brasileira de História**. vol. 18, n. 36, São Paulo, 1998. Cf. <<https://bit.ly/2ZyXV0B>> Acesso em: 27 de agosto de 2019

¹⁵⁷ ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A Construção da Verdade Autoritária**. São Paulo: Editora USP, 2001.

¹⁵⁸ Cf. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Gabinete do Ministro. Lisboa, 25 de janeiro de 1939. Disponível em: <<https://bit.ly/2Bbhr9Q>> Acesso em: 28 de agosto de 2019.

Oliveira. Apesar de o documento consultado não entrar em detalhes sobre os motivos que levaram ao processo do professor, mas há forte indício de perseguição política, provavelmente, por acreditarem que o professor não estava seguindo a “cartilha do Governo”.

2.2. O ESTADO NOVO E A EDUCAÇÃO NACIONAL: DA FORMAÇÃO COMPLEMENTAR À CONSTRUÇÃO DO “HOMEM NOVO” PORTUGUÊS

Reconhece-se indispensável que todos os portugueses possuam o mínimo de formação que lhes dê capacidade para as lutas da vida, em que não hão de ser parasitas nem escravos, mas úteis a eles mesmos e à colectividade: o que pressupõe e torna legítimo impor a todos a aquisição de um grau elementar de cultura, como é preceito constitucional.¹⁵⁹

O tipo de educação pretendida pelo Estado determinava que os jovens deveriam ter o “mínimo de formação para conseguir tocar a vida e de ser útil à coletividade”. O Governo passou a aplicar verbas vultuosas na reforma e construção de novas escolas, nos cursos de formação dos professores, na produção de material didático e tudo mais que envolvesse esta área. O Estado Novo salazarista entendia que o caminho para a reestruturação da sociedade passava pela educação. Desta forma, houve elevação dos gastos com a educação, mas só isto não foi suficiente para diminuir o índice de analfabetismo no país que ainda era alto em algumas cidades portuguesas.

Por outro lado, o regime focou em um currículo mínimo, embebidos em pilares ditos essenciais. O “mínimo de formação” significava saber ler, escrever e contar, e compreender as questões essenciais de cunho nacionalista. A formação deveria ser útil a “eles mesmos e à colectividade”, ajudando o sujeito em particular e à Nação como um todo, caracterizando a *Política Cultural* da Educação Nacional salazarista. E a Mocidade Portuguesa participou

¹⁵⁹ ASSEMBLEIA NACIONAL – Diário das Sessões – Diário n.º 165, 05 – 03 – 1938, p. 422 – 436. In: CAMPOS, Ana Maria Ferreira. “Novos rumos da educação do Estado Novo: influência da abertura da economia portuguesa no pós-II Guerra Mundial no sistema de ensino português.” Encontro APHES, Coimbra, 2011, p. 1-17.

ativamente esta formação da juventude portuguesa, idealizada pelo projeto nacionalista de restauração da ordem e das tradições, sob uma estética militarizada.

Era crucial que os portugueses tivessem o mínimo de educação para serem úteis à coletividade e ao *corporativismo português*.¹⁶⁰ Educar para a nova cidadania significava suprimir a luta de classes e o individualismo liberal, ideologias consideradas danosas ao país pelos salazaristas. Neste sentido, a educação, em linhas gerais, deveria mergulhar nos mitos fundadores da nacionalidade e da essência portuguesa, doutrinando e formando o homem novo, que deveria ser “formado politicamente”.¹⁶¹ Este processo é também chamado por Simon Kuin de “sociabilização política”¹⁶², que seria formar os jovens em moldes político e socialmente aceitáveis por esta nova ordem estabelecida pelo Estado Novo.

Neste lugar, a doutrina do Estado Novo orientou os caminhos da Educação Nacional, e procurou evitar a propaganda e as ideias marxistas também traduzidas por eles como o “mal do mundo”. Estas também eram propagandeadas e consideradas heresias contra a fé católica:¹⁶³

O comunismo tende à subversão de tudo e na sua fúria destruidora não distingue o erro e a verdade, o bem e o mal, a justiça e a injustiça. Pouco se lhe dá da história e das experiências seculares da humanidade, da vida e dignidade da inteligência, dos puríssimos afectos da família, da honra e pudor da mulher, da existência e grandeza das nações, contanto que da sua falsa concepção de humanidade tenha podido arrancar a escravidão do homem e a sua máxima objecção.¹⁶⁴

Como maior arma na luta contra esta ideologia e em prol do seu projeto de Política Cultural, as escolas e a educação portuguesa foram refeitas nas seguintes bases:

Nós não compreenderíamos – nós não poderíamos consentir – que a escola portuguesa fosse neutra neste pleito e ultrapassaria todos os limites que, velada ou claramente, por actos positivos ou por omissão dos seus deveres, ela trabalhasse contra Portugal e ajudasse os inimigos da nossa civilização. Por mais longe que vá a nossa tolerância perante as divergências doutrinárias que em muitos pontos dividem os homens, nós somos obrigados a dizer que não reconhecemos liberdade contra a Nação, contra o bem comum, contra a família, contra a moral. Queremos, pelo contrário, que a família

¹⁶⁰ MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar: Biografia Definitiva**. Leya: São Paulo, 2011, p.125-128.

¹⁶¹ MOURA, Horácio. **Reflexões sobre os discursos de Salazar**. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1968, p.260.

¹⁶² KUIN, Simon. A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude. **Análise Social**, vol. XXVIII (122), 1993 (3º), p. 555-588.

¹⁶³ CARVALHO, Rómulo, op.cit., p. 723-724.

¹⁶⁴ Discursos, volume citado, p. 308-309. *Discurso proferido em 28 de janeiro de 1934*. Apud: CARVALHO, R. op.cit., p.724.

e a escola imprimam nas almas em formação, de modo que não mais se apaguem, aqueles altos e nobres sentimentos que distinguem a nossa civilização e profundo amor à sua Pátria, como o dos que a fizeram e pelos séculos fora a engrandeceram.¹⁶⁵

Os discursos de Salazar sobre a educação no Estado Novo afirmavam que a educação deveria ser uma arma no combate às ideologias ditas maléficas. Neste sentido, não poderia ser, de forma alguma, uma educação neutra. Qualquer coisa que fosse danoso ao Estado e à Nação, aos valores católicos e morais, não seriam tolerados, de acordo com os discursos de Oliveira Salazar. O Estado deveria ser uma “ditadura calma e generosa”, ao perfil do professor-ditador:

O Estado Novo português [...] não pode fugir, nem pensa fugir, a certas limitações de ordem moral que julga indispensável manter, como balizas, à sua acção reformadora. [...] a violência, processo directo e constante da ditadura fascista, não é aplicável, por exemplo, ao nosso meio, não se adapta à brandura dos nossos costumes. A ditadura portuguesa tem de ser calma, generosa, um tudo nada transigente, vagarosa até. Ela perderá em tempo mas ganhará em eficácia e solidez: uma Ditadura de direito sem dar grandes asas ao poder pessoas.¹⁶⁶

O Estado Novo foi uma ditadura orquestrada por um Professor. Mas o fato de ser professor e acadêmico não garantiu a brandura do regime, nem mesmo a lei garantiu. Houve a censura e a repressão contra os inimigos do Governo. Para Salazar, a censura não deveria ser escondida, mas explícita para todos saberem e tomarem cuidado. Inclusive, as matérias que eram censuradas eram publicadas com as tarjas explicitando a censura. Método que foi escolhido seguindo a mesma tônica do processo judicial contra um professor que foi exonerado do cargo por questões políticas, servindo de exemplo aos demais. Isto porque, como já explicitado, a educação não poderia ser neutra, tinha as suas regras e os seus parâmetros que deveriam ser seguidos e que todos deveriam prestar contas.

Em sessão da Assembleia Nacional, Luiz Moreira de Almeida saldou e declarou louvores a Carneiro Pacheco, Ministro da Educação Nacional, pela educação que implementava no país, sem neutralidade. Segundo ele, “a neutralidade política da escola não é apenas uma utopia, mas também uma ficção mentirosa”. Não havendo lógica, segundo ele, de o Estado se fazer de uma ideologia, alicerçar-se nela e o ensino deste mesmo Estado não o defender. Ainda nas palavras de Luiz Moreira, “O Estado deve impôr aos mestres e à juventude a sua ideologia,

¹⁶⁵ Discursos, volume citado, p. 308-309. *Discurso proferido em 28 de janeiro de 1934*. Apud: CARVALHO, R. op.cit., p.724.

¹⁶⁶ CRUZ, Manuel Braga da. **O Partido e o Estado no Salazarismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 50.

e o dinamismo da sua vontade. A atitude do Estado Novo não pode ser meramente defensiva em face dos seus inimigos, cumprindo-lhe ter a coragem de tomar a ofensiva para vencer”.¹⁶⁷

O Estado tolerava as divergências doutrinárias que por vezes dividiam as pessoas, no entanto, não reconhecia nada que viesse a se opor à Nação, ao bem comum, à família e à moral. Não havia liberdade para a oposição se viessem a afrontar estas instituições. O “Estado Novo não pode ser meramente defensiva em face dos inimigos”, frente à oposição deveriam ser implementadas as práticas de combate e repressão político-ideológica. Além da pressão da censura e da repressão, havia a pressão moral, que era sempre endossada pelos discursos do líder e de seus ministros. Em entrevista dada pelo Presidente do Conselho a António Ferro, Salazar afirmou que todos deveriam concordar com o programa do Governo, fazendo isto estariam realizando um ato patriótico, tal e qual como um dever por ser português.

Nada obstante, permitia a fala da oposição e afirmava até que estes poderiam ser vistos como dignos “confessando a sua discordância”, pois “são livres de proclamá-las”.¹⁶⁸ Neste caso, se declarar opositor e discordar abertamente das determinações do Governo, a grosso modo, facilitaria a atuação do próprio Estado e de seus órgãos, com a máquina de propaganda e de repressão. Ao que parece, podiam declarar suas posições, “mas, no que respeita a actuação política efectiva, levá-lo-emos pelo melhor modo possível a que não nos incomodem demasiadamente”, afirmou Salazar.¹⁶⁹

Apesar da permissividade à oposição de se declarar enquanto tal e de discordar das posições do Governo, a estratégia escolhida pelo Chefe do Governo e sua base foi a de formar uma “mentalidade nova” de maneira que evitassem ao máximo problemas que envolvessem os valores da Pátria.¹⁷⁰ Apesar do discurso estadonovista de reorganizar e restaurar a sociedade a partir da educação, promovendo diversas reformas e emendando leis que modificaram os caminhos da instrução fornecida pelo Governo à população, as modificações e reformas não vieram apenas com a chegada de Oliveira Salazar, mas desde o início do “levantamento militar”.

¹⁶⁷ NA ASSEMBLEIA NACIONAL. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1936. P.5. "Diário de Lisboa", nº 4752, Ano 15, segunda, 10 de fevereiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27578> Acesso em: 15 de outubro de 2019.

¹⁶⁸ NOGUEIRA, Franco. **Salazar: Os Tempos Áureos (1928-1936)**, vol. II. Coimbra: Atlântida Editora, 1977, p.173.

¹⁶⁹ Ibidem, p.173.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 189.

Segundo Carvalho, após onze dias da queda do Governo republicano, os militares proibiram a “coeducação no ensino primário elementar”, os novos dirigentes consideravam um problema grave a existência de meninos e meninas nas mesmas salas de aulas. Além do mais, foi aconselhado que em “centros populacionais com mais de 9500 habitantes” a existência de “duas escolas, uma masculina e outra feminina”.¹⁷¹ Após as medidas tomadas com relação à coeducação, após o 28 de maio, o Governo realizou a primeira reforma do ensino primário no dia 17 de maio de 1927.

Para o ensino herdado da I República, a divisão era feita em três níveis: “o ensino infantil, facultativo, dos 4 aos 7 anos, o ensino primário geral, obrigatório, dos 7 aos 12 anos, formado por cinco classes, e o ensino primário superior, dos 12 aos 15, formado por três classes”.¹⁷² Com a publicação reformista de 1927, a escolaridade foi reduzida em dois anos: o ensino infantil não foi alterado, o ensino primário geral passou a se chamar elementar, continuou a ser obrigatório e foi reduzido em um ano, dos 7 aos 11, já o ensino primário superior passou a ser chamado de complementar, teve um ano reduzido, passando a ser dos 11 aos 13 anos. O enfoque do ensino elementar foram as matérias de caráter nacionalista que tomaram a dianteira, como exemplo: “Coreografia de Portugal e Colónias, História de Portugal e Educação Cívica”.¹⁷³

Em 26 de outubro de 1928 e 13 de abril de 1929 foram estabelecidas outras modificações no sistema educacional português. Uma que reduziu o currículo e outra que reduziu para três anos o ensino elementar, ficando o 4.º ano para o ensino complementar. Estas modificações foram direcionando ao que viria a ser publicado em 22 de março de 1930. Com este decreto, o ensino primário elementar passou a ser dividido em dois graus, o primeiro é constituído pelas três primeiras classes e passou a realizar um exame ao final deste período, e tendo a sua aprovação confirmada, o aluno recebia seu termo do ensino obrigatório. Apesar dessas modificações em busca de reorganizar e melhorar a educação fornecida no país, uma outra questão estava aliada a isto, que seria a formação dos professores.¹⁷⁴

Em Portugal, desde a I República, a título de comparação, foram criadas as “Escolas Normais Superiores” que eram destinadas a formar “os professores daquelas escolas complementares”. Apesar de desejarem “um professorado [...] que sabe e que trabalha, [...] que

¹⁷¹ CARVALHO, op.cit., p.729.

¹⁷² Idem.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ Idem.

vive uma alta vida espiritual e, devido a isto, fosse capaz de transformar a mocidade por tal maneira que fosse capaz de cooperar poderosamente no milagre de reerguer Portugal até ombro a ombro com os povos mais civilizados e prósperos”, estas escolas, segundo o Governo, não estavam respondendo à altura as necessidades. Assim, em 12 de abril de 1928, determinaram o fechamento das Escolas Normais Superiores, mas voltaram atrás da decisão em 21 de agosto do mesmo ano, devido os diversos protestos. Ainda assim, estas escolas foram substituídas em 19 de julho de 1930 pelas “Escolas do Magistério Primário”, destinadas à preparação dos professores primários do ensino elementar e do ensino infantil. A forma de ingresso ficava por conta do exame de admissão e com exigência que os candidatos tivessem a formação no 2.º grau do ensino elementar.¹⁷⁵

Durante este período, a direção do Ministério da Instrução Pública era de Cordeiro Ramos que, com o passar dos anos no exercício do cargo, foi endurecendo sua postura e atuação. Como exemplo disto, a publicação feita em 12 de fevereiro de 1932 tornou-se um dispositivo legal que passou a reprimir qualquer crítica dos professores feita a seus “superiores hierárquicos”, os reitores de universidades e dos liceus, bem como os diretores das escolas, que trabalhavam como “comissários do Estado”¹⁷⁶, que eram responsáveis pelas respectivas nomeações. Em 30 de março de 1933, os comissários do Estado passaram a orientar pedagogicamente, inspecionar as instituições educacionais e a executar serviços disciplinares:

A nenhum funcionário dependente da Direcção-Geral do Ensino Primário é permitida a discussão pública, oral ou por escrito, de assuntos de serviço, devendo a infração ser punida com suspensão de exercício e vencimento por trinta dias, e demissão no caso de reincidência.¹⁷⁷

Tratava-se de silenciar vozes discordantes. Esta foi uma das estratégias utilizadas no controle dos professores. A eles cabia transmitir aos alunos “limitados conhecimentos”, o que fosse necessário apenas para alfabetizá-los:

A redução do tempo de escolaridade obrigatória de cinco para três anos e a declaração expressa, e até aplaudida por intelectuais da época, de que a cultura suficiente a fornecer às crianças rurais era o saber ler, escrever e contar, conduziam à conclusão de que não se justificava haver grandes preocupações com a preparação científica e pedagógica dos professores primários. Para transmitir às crianças tão limitados

¹⁷⁵ CARVALHO, op.cit., p.731-732.

¹⁷⁶ Ibidem, p.734-735.

¹⁷⁷ Ibidem, p.735.

conhecimentos não seria difícil arranjar quem prestasse tal serviço, sem que se lhe exigisse qualquer preparação específica, e com pequena remuneração.¹⁷⁸

Para o Estado, esta medida seria positiva por duas questões, a primeira por se traduzir em uma redução dos gastos do Governo e outra por reduzir a elevada taxa de analfabetismo da população que, como já dito, era altíssima desde a I República. Fica visível que não havia preocupação com a qualidade da educação fornecida, apenas com os gastos e com a redução das taxas de analfabetismo. Dentro desta proposta de ensino voltada especificamente para a redução do número de analfabetos, o Ministro Cordeiro Ramos em 30 de novembro de 1931 apresentou à Nação o que chamou de “Postos de Ensino”.¹⁷⁹

De acordo com os trechos discursivos destacados por Carvalho, “os postos de ensino criados pelo decreto ficariam sendo mais um instrumento da iniciativa da Ditadura em prol da diminuição do número dos iletrados, ou seja, da resolução do chamado problema do analfabetismo”.¹⁸⁰ Nestes postos, os ‘mestres’ foram designados de ‘regentes escolares’ e seriam escolhidos pelo Ministro da Instrução Pública entre pessoas sem exigência de habilitação para a função. Na verdade, a única exigência do Ministério para o exercício desta função dentro dos postos de ensino seria a comprovação de “idoneidade moral e intelectual”.¹⁸¹ Não fica claro como esta idoneidade seria avaliada. Mas, sabe-se que foram gerados problemas, porque em 28 de agosto de 1935, publicou-se novo Decreto, através do qual se passou a exigir “um exame de aptidão aos candidatos à regência”.¹⁸²

No ensino primário elementar acrescentou-se aos conteúdos escolares as “regras de educação moral e cívica”. Contudo, apesar destes conteúdos terem sido aplicados sob o governo do Ministério da Educação Nacional, na pessoa de Carneiro Pacheco, os primeiros passos foram dados com Cordeiro Ramos. O decreto de 19 de março de 1932 destacou frases de conteúdo moral que deveriam ser incluídas nos livros adotados pelas escolas, mais tarde colocadas nas bibliotecas públicas e nas paredes das salas de aulas, para que os alunos estivessem, a todo momento, em contato com a nova moral do regime salazarista. Dentre as frases, estavam: “Na família o chefe é o Pai, na escola o chefe é o Mestre, no Estado o chefe é o Governo”, “A tua

¹⁷⁸ CARVALHO, op.cit., p.736.

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² Idem.

Pátria é a mais linda de todas as Pátrias: merece todos os teus sacrifícios”; “Se tu soubesses o que custa mandar, gostarias mais de obedecer toda a vida”.¹⁸³

Além disso, ensinava-se a crer na pátria e a trabalhar pela pátria. Com relação à educação nacionalista do Estado Novo, a edição de 2 de dezembro de 1931, publicada no *Diário de Lisboa*, trouxe em seu corpo editorial dois textos de autores diferentes, mas que nos ajudam a compreender melhor a política cultural do salazarismo. O primeiro foi de João de Barros, já conhecido por este trabalho, e o outro de Barrès¹⁸⁴. Para João de Barros, era necessário aos portugueses abandonar a “crença passiva” e realizar “uma boa obra, um útil e ótimo serviço patriótico”, devendo os portugueses agir pela Nação.¹⁸⁵

Para Maurice Barrès:

Para fazer uma Pátria, são necessários um cemitério e uma escola. A escola para os vivos e o cemitério para os mortos, bem entendido. Os primeiros são a nação no desejo de ser forte e justo, os segundos a prova provada do triunfo ou da derrota das aspirações nacionais, conforme o respeito que lhes tributa a posteridade. Saber viver para saber morrer, eis o lema sagrado.¹⁸⁶

A educação deveria servir para a construção da sociedade e da Pátria forte que era almejada, e para combater o analfabetismo que envergonhava a pátria:

Entre nós, há uma obra a fazer – abrir a escola para todos, sem exceção, e colocar os cemitérios em condições de não ser perturbada a paz das sepulturas, porque alguém se lembra de obrigar os mortos nas questões que dividem os vivos. Acabe-se com o analfabetismo que nos envergonha, mas reduza-se ao mínimo o atrevimento dos que, sob o pretexto de que sabem muito, põem os antepassados a falar por conta e risco da sua falsa ciência.¹⁸⁷

¹⁸³ CARVALHO, op.cit., p. 738.

¹⁸⁴ Auguste-Maurice Barrès (1862-1923) foi escritor e político francês, uma das figuras mais importantes quando se trata do nacionalismo francês ao qual foi designado como pai.

¹⁸⁵ JOÃO DE BARROS. Boa Herança. **Diário de Lisboa**. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 3254, Ano 11, quarta, 2 de dezembro de 1931, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_29699> Acesso em: 17 de outubro de 2019.

¹⁸⁶ PALAVRAS DE BARRÈS. **Diário de Lisboa**. Lisboa, dez. 1931. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 3254, Ano 11, quarta, 2 de dezembro de 1931, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_29699> Acesso em: 17 de outubro de 2019.

¹⁸⁷ PALAVRAS DE BARRÈS. **Diário de Lisboa**. Lisboa, dez. 1931. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 3254, Ano 11, quarta, 2 de dezembro de 1931, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_29699> Acesso em: 17 de outubro de 2019.

Já Barrès acreditava que era necessário abrir escolas e oferecer vagas a todos, sem exceção, desde que a educação que fosse fornecida não estivesse cheia de “falsa ciência”, mas que remetesse sempre aos valores dos antepassados. E este tipo de pensamento esteve presente ao longo do projeto de educação do Estado Novo, bem como durante o período de 28 de maio de 1926 até 1933. A exemplo disto estão as reformas do ensino liceal que foram anteriores as do ensino primário. Em 22 de janeiro de 1927, “os Cursos Complementares” passaram a “ter a duração de dois anos, e em 26 de agosto de 1930 os dois Ciclos do Curso Geral” passaram a ter dois anos o primeiro e três anos o segundo, e uma outra reforma dos liceus aconteceria em 1936, com a publicação do *Decreto 27.084*, conforme noticiou o *Diário de Lisboa*¹⁸⁸.

A ideia de instrução mínima defendida pelos representantes do Estado, reduziram a instrução liceal, as matérias ensinadas e passaram a dificultar o acesso e reduzir o número de vagas dos liceus. Outro fator importante neste caso foi a extinção do Liceu da Horta, assim como outros estabelecimentos de ensino. Com a entrada de Cordeiro Ramos, e suas medidas mais duras, decretou-se que fossem interrompidas as

funções de todos os reitores e vice-reitores em serviço nos Liceus, informando que, a partir daí, as nomeações para tais cargos passariam a ser feitas por livre escolha do Governo e deveriam recair sobre os professores efectivos do ensino secundário oficial. Os escolhidos seriam obrigados a aceitar o cargo, que teria a duração de cinco anos.¹⁸⁹

Seguindo esta determinação, “o Governo escolhia os reitores e os reitores escolhiam os professores”, este seria o modelo ideal para eles, mas além de livremente poder escolher e nomear para os cargos de reitoria e diretoria, o decreto ainda previa que o Ministro da Instrução Pública poderia aplicar quaisquer das penalidades estabelecidas contra os professores e “por simples despacho”. As sanções negativas poderiam ser aplicadas a qualquer “professor do ensino secundário que pela sua acção adentro do instituto de ensino em que professa, ou no meio social da respectiva zona pedagógica, prejudicar a direcção dos serviços escolares ou o aproveitamento pedagógico dos alunos”.¹⁹⁰ Com isso, afirmava-se a vigilância e censura aos professores.

¹⁸⁸ A FOLHA. *Diário de Lisboa*. Lisboa, out. 1936. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4996, Ano 16, Quarta, 14 de outubro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27987> Acesso em: 25 de outubro de 2019.

¹⁸⁹ CARVALHO, Rómulo, op.cit., p.740-741.

¹⁹⁰ Ibidem, p.742-744.

As novas determinações ultrapassaram a barreira do ambiente de trabalho e acabou invadindo a vida privada do profissional da educação. As sanções negativas poderiam ser aplicadas a partir da vivência dos professores “na rua, no café [...] no meio social”. Mas a “ação disciplinar” do Ministério atingia também os alunos dos liceus, das Universidade, dos Institutos [...], em suma, todos os que dependiam do Ministério da Instrução Pública”. As punições, portanto, também atingiam os alunos. Um aluno poderia ser suspenso por até três anos das atividades escolares ou permanentemente se cometesse uma infração. Eram consideradas infrações: “acto ou omissão contrária aos deveres dos alunos, designadamente a prática de actos de manifesta hostilidade contra o Poder Executivo”. Estas práticas e tantas outras normas estabelecidas para execução das disciplinas, assim como os seus conteúdos foram retificados em documento publicado depois de 18 de dezembro de 1931, a partir da promulgação do *Estatuto do Ensino Secundário*.¹⁹¹

Com o tempo, o Estado Novo foi se fortalecendo e tomando medidas mais austeras de censura, vigilância e ação repressiva no campo da educação. A Alemanha com Hitler, a Itália com Mussolini e, principalmente, a Espanha de Franco contra o bolchevismo, a propaganda que disseminava o medo do comunismo e de todas as ideias subversivas, contribuíram bastante para a legitimidade da ação repressora em Portugal.¹⁹² Os acontecimentos internos e externos levavam ao endurecimento do Governo, que, aos poucos, foi deixando de pôr ordem apenas sobre a vida econômica do país e voltando-se, principalmente, para o controle da circulação de ideias que viessem a prejudicar o novo projeto de Nação. Um dos espaços de maior controle da circulação destas ideias eram as escolas, dizia-se que

mais do que nunca seria necessário olhar para a Escola, afastando dela todos os elementos perigosos instalados no seio do professorado, e aliciar as crianças e os adolescentes com palavras inflamadas de exaltação patriótica e religiosa que fizesse, de cada um, inexpugnável pano de muralha contra as investidas do inimigo traidor e ateu.¹⁹³

Lembrando que a preocupação com as escolas fazia parte dos planos de propagação e legitimação da Revolução Nacional proposta por Oliveira Salazar, na linha de construção do “homem novo” português, em 18 de janeiro de 1936 Salazar encontrou o professor António Carneiro Pacheco, da Faculdade de Direito de Lisboa, indicado para o cargo de Ministro da

¹⁹¹ CARVALHO, Rómulo, op.cit., p.742-744.

¹⁹² Ibidem, p.753.

¹⁹³ Ibidem.

Instrução Pública. Este encontro resultou na publicação da Lei de 11 de abril de 1936, intitulada “Remodelação do Ministério da Instrução Pública”. Além de modificar a designação de Ministério da Instrução Pública para Ministério da Educação Nacional, a Lei também traçou o perfil de Educação portuguesa. Tudo isto sob a tutela do Ministro, neste caso, Carneiro Pacheco, que seria o “executor implacável da doutrina política de Salazar”.¹⁹⁴

Meses antes da divulgação da lei, o *Diário de Lisboa* havia publicado falas de Carneiro Pacheco, já como Ministro da Educação Nacional, afirmando que “a restauração nacional, se em diversos domínios, como no das finanças, da economia, da Armada, etc., já vai adiantada, nos domínios do espirito encontra-se ainda num grande atraso”. No campo da economia, Portugal aos poucos conseguia se erguer, no entanto, destacando falas de Salazar, lembrava a necessidade de “medidas mais enérgicas na Educação para formar os jovens de maneira mais eficiente para que pudessem ser úteis à Nação”.¹⁹⁵

Pegando trechos da fala do Ministro, eles acreditavam haver um déficit na formação física e mental, sobretudo, na mocidade portuguesa:

Sofremos um grande ‘déficit’ de mentalidades, cujos sintomas são muito graves. Registra-se, sobretudo, na mocidade portuguesa, uma insuficiência de preparação para a luta pela vida. Insuficiência de preparação física e moral. A mocidade quando se dedica à educação física, fá-lo, geralmente duma maneira desregrada. E a instrução sem educação moral faz com que ela desconheça algumas idéas fundamentais indispensáveis.¹⁹⁶

O Governo acusava o regime anterior qualificando-o de promotor do “século negro liberal da I República laica e anticlerical”. Desta forma, o governo foi apontando a diferença entre o novo governo e o anterior, estabelecendo que havia “nós e eles”; a incompetência do governo anterior e de seu projeto de educação e os novos planos de educação. O *Diário de Lisboa*, jornal autorizado e controlado pela censura no Estado Novo, seguiu transmitindo estas mensagens do governo, difundindo temas e intelectuais, promovendo debates próprios do discurso estadonovista.

¹⁹⁴ CARVALHO, Rómulo, op.cit., p.753-754.

¹⁹⁵ O NOVO GÓVERNO: Os ministros receberam cumprimentos. *Diário de Lisboa*. Capa. Cf. “Diário de Lisboa”, nº 4732, Ano 15, segunda, 20 de janeiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26937> Acesso em: 18 de outubro de 2019.

¹⁹⁶ O NOVO GÓVERNO. 20 de janeiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26937> Acesso em: 18 de outubro de 2019.

De acordo com Eugênio Bucci (2003), “a realidade não antecede o discurso. Ao contrário, a realidade é um discurso que se articula em signos linguísticos jornalísticos, sobretudo em signos visuais”¹⁹⁷, compreende-se que quando o Ministro afirmava que determinado tema, no caso a Educação, precisa melhorar, mesmo que a proposta oferecida fosse pouco divergente da que era criticada, ele contava com os jornais como elemento discursivo circulando como realidade.¹⁹⁸

Numa matéria intitulada “O Novo Governo”, o *Diário de Lisboa* trouxe discursos de Carneiro Pacheco citando outros tantos problemas enfrentados pela educação ou pela falta de uma educação de qualidade e direcionada. Na matéria, o Ministro também destacou a necessidade da introdução de uma educação moral e física, pois, os jovens estavam “definindo”, os livros eram “uma tragédia” permitindo que a mesma matéria fosse ensinada de formas diferentes a depender do professor e do estabelecimento de ensino, o que, aos olhos dele, quebrava com o direcionamento e com a necessidade de que todos fossem formados da mesma forma.¹⁹⁹ Afirmou ainda que “o Estado Novo não pode deixar de intervir nesta questão” e “leu o parágrafo 3.º do artigo 43 da Constituição”:

O ensino ministrado pelo Estado visa, além do revigoramento físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, a formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes morais e cívicas, orientadas aquelas pelos princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais do País.²⁰⁰

A publicação também era uma convocação aos pais e tutores para colaborarem com a Escola, era uma “chamada à realidade da vida portuguesa”. Afirmou-se que só assim poderiam criar a “elite” de homens preparados para atuarem neste movimento revolucionário. E entre eles, a “mocidade portuguesa” seria organizada “física, moral e mentalmente, com espírito nacional, de amor ao trabalho e de consciência cívica”.²⁰¹

E concluiu que:

É costume dizer-se: ‘Venho render a guarda!’

Eu digo: ‘Venho tomar a ofensiva: a ofensiva da educação nacional.’

¹⁹⁷ GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no Jornalismo**: Discorrer, Disciplinar, Controlar. São Paulo: Hacker Editores. Edusp, 2003, p.10.

¹⁹⁸ Ibidem, p.11.

¹⁹⁹ Ibidem.

²⁰⁰ “O NOVO GÓVERNO”. *Diário de Lisboa*, 20 de janeiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26937> Acesso em: 18 de outubro de 2019.

²⁰¹ Idem.

Diz-se também, muitas vezes, nestes actos, que não se vai fazer política. Eu afirmo que venho fazer política: a política do espirito.²⁰²

Dentro destes novos parâmetros, foram estabelecidas quatorze bases na nova lei da educação. De maneira a facilitar a identificação destas bases que passaram a nortear a Educação Nacional em Portugal, foi produzido um subitem que trata, especificamente, destes parâmetros estabelecidos pelo *Decreto-Lei n.º 1.941*, de 11 de abril de 1936. Neste item, alguns trechos do Decreto-lei n. 1.941, através do qual se institucionalizou a nova educação do Estado Novo, foram trabalhados.

2.2.1. - Decreto-Lei n.º 1.941: Remodelação do Ministério da Instrução Pública

Na nova Lei da Educação Nacional, algumas lacunas chamam mais atenção do que outras. Neste item, destacamos alguns trechos representativos do que viemos falando sobre o que foi produzido de novo para a educação do Estado Novo. Na Base I, intitulada “O Ministério da Instrução Pública passa a denominar-se Ministério da Educação Nacional”, foi estabelecida a mudança de designação do Ministério da Instrução Pública para Ministério da Educação Nacional. Pelo texto, é perceptível a busca por “privilegiar a educação [...] em detrimento da instrução”.²⁰³ Na prática, estas mudanças não alteraram muita coisa na educação em si.

Outra questão que voltou à cena foi a proposta de ensino mínimo, “ler, escrever e contar”, acrescentando-se apenas as questões e conteúdos de cunho nacionalistas e cristão.²⁰⁴ “Aprender a ler devia ser acompanhado de perto por uma educação moral, através de uma seleção cuidadosa da matéria de leitura das crianças”. O ensino continuou sem foco em grandes conhecimentos e abstrações reflexivas, e na vida prática tornou-se “cada vez menos acadêmico e mais moralista e abertamente político”.²⁰⁵

Na Base II, foi instituída a “Junta Nacional da Educação para o estudo de todos os problemas que interessam à formação do carácter, ao ensino e à cultura, a qual terá as seguintes

²⁰² “O NOVO GÓVERNO”. Diário de Lisboa..., op.cit., p.4.

²⁰³ PORTUGAL. Ministério da Instrução Pública. Decreto-Lei n.º 1.941 de 11 de abril de 1936. Remodelação do Ministério da Instrução Pública. **Diário do Governo**. I Série, n.º 84, 11 de abr. 1936, p.411.

²⁰⁴ CARVALHO, Rómulo, op.cit., p.753-754.

²⁰⁵ MENESES, Filipe Ribeiro de, op.cit., p.196.

secções”. Nela, foram instituídas os novos níveis educacionais e as disciplinas a serem lecionadas:

- 1.ª Educação moral e física,
 - 2.ª Ensino primário,
 - 3.ª Ensino secundário,
 - 4.ª Ensino superior,
 - 5.ª Ensino técnico,
 - 6.ª Belas Artes,
 - 7.ª Investigação científica e relações culturais.
- [...] ²⁰⁶

A “Junta Nacional da Educação” ficou responsável pelo “estudo de todos os problemas” relacionados com educação portuguesa; responsável pela formação do caráter e da “nova” sociedade. Pelo órgão, a questão moral e física entranhou-se nos diversos níveis da educação, do ensino primário ao ensino técnico. Discutiu-se também a intensão de criar o “Secretariado de Belas Artes” para estimular as produções literárias, assim como despertar o interesse dos jovens portugueses por estas áreas. ²⁰⁷

Pela Base III, foi criado o “Conselho Permanente da Acção Educativa”, reforçando-se a hierarquia já existente, assim como estabeleceu penalidades para os infratores das prerrogativas deste projeto de educação. ²⁰⁸ A Base IV, estabeleceu as “funções da Junta Nacional da Educação, incluindo a organização e controle das competições desportivas e congressos internacionais; organização dos espetáculos públicos”. ²⁰⁹ Pela Base V, determinou-se a “seleção do professorado de qualquer grau de ensino ter-se-ão em conta, sem prejuízo da necessária preparação científica, as exigências da sua essencial cooperação na função educativa e na formação do espírito nacional”. ²¹⁰ Nesta base, a lei especificou que os professores que viessem a ser selecionados para lecionar em qualquer grau de instrução deveriam ter um preparo específico e estar alinhado com a ideologia do Governo, cooperando para o projeto de formação do “espírito nacional” e das mentalidades. A Base VI, estabeleceu a criação de cursos

²⁰⁶ PORTUGAL. Ministério da Instrução Pública. Decreto-Lei n.º 1.941 de 11 de abril de 1936. Remodelação do Ministério da Instrução Pública. **Diário do Governo**. I Série, n.º 84, 11 de abr. 1936, p. 411-412.

²⁰⁷ POLÍTICA DO ESPÍRITO – Ante-projecto para a constituição do Secretariado de Belas Artes. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1937. P.15. Cf. "Diário de Lisboa", n.º 5125, Ano 16, sexta, 26 de fevereiro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27691> Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

²⁰⁸ PORTUGAL. Ministério da Instrução Pública. Decreto-Lei n.º 1.941 de 11 de abril de 1936. Remodelação do Ministério da Instrução Pública. **Diário do Governo**. I Série, n.º 84, 11 de abr. 1936, p.411-412.

²⁰⁹ PORTUGAL. Ministério da Instrução Pública. Decreto-Lei n.º 1.941 de 11 de abril de 1936. Remodelação do Ministério da Instrução Pública. **Diário do Governo**. I Série, n.º 84, 11 de abr. 1936, p.411-412.

²¹⁰ Idem.

obrigatórios de organização corporativa para todos os candidatos e alunos, adaptados ao grau do respectivo ensino.²¹¹

A base VI completa a V, no sentido de garantir que os professores tivessem bases científicas para desenvolver o seu ofício. Nestes centros de formação de professores, eles deveriam receber instrução sobre os temas nacionais e patrióticos, bem como aprender em relação às normas específicas de como trabalhar estes conteúdos com os alunos. Segundo Meneses, o Governo passou a prestar “mais atenção às opiniões políticas dos professores”²¹², fator principal e determinante na seleção destes profissionais, no sentido de melhor atingir os resultados desejados. Além disto, “em 1935, foram introduzidos exames de admissão ao ensino secundário”²¹³, esta novidade pôde estar diretamente ligada ao fato de que “os liceus tinham se tornado centros de propaganda anti-regime”²¹⁴. Acontecimento que desagradava ao Governo e que “tinha que acabar”, além de despertar um maior “cuidado com a admissão de professores e alunos”.²¹⁵

Pela estabelecido na Base VII, deveriam ser concedidas bolsas de estudos pecuniários aos estudantes pobres que apresentassem uma elevada capacidade moral e intelectual, que fosse rigorosamente comprovada. Além da prometer prêmios nacionais para os melhores estudantes, que atuassem em visitas aos monumentos históricos e viagens às colónias portuguesa.²¹⁶ O texto em si não especifica como seria comprovada a “elevada capacidade moral e intelectual” do aluno. No entanto, entendemos que estes alunos deveriam ser submetidos por alguma espécie de avaliação dos docentes e/ou por meio de exames propostos pelo Estado Novo e pelas instituições de ensino. Além das bolsas de estudos, foram instituídos prêmios para contemplar os melhores estudantes portugueses.

A Base VIII é definida para controlar os acessos à educação:

Na reforma do ensino prevenir-se-á a superpopulação dos liceus e Universidades pela oportuna repartição dos alunos, segundo as suas aptidões, entre o ensino liceal e o ensino técnico profissional, e pela atribuição de uma finalidade autónoma àquele, sem

²¹¹ PORTUGAL. Ministério da Instrução Pública. Decreto-Lei n.º 1.941 de 11 de abril de 1936. Remodelação do Ministério da Instrução Pública. **Diário do Governo**. I Série, n.º 84, 11 de abr. 1936, p.412.

²¹² MENESES, Filipe Ribeiro de, op.cit., p.196-197.

²¹³ Idem.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ PORTUGAL. Ministério da Instrução Pública. Decreto-Lei n.º 1.941 de 11 de abril de 1936. Remodelação do Ministério da Instrução Pública. **Diário do Governo**. I Série, n.º 84, 11 de abr. 1936, p.411-412.

prejuízo da sua função preparatória para os cursos superiores. O exame de admissão a qualquer grau de ensino será fundamentalmente uma prova de aptidão.²¹⁷

Pelo documento, é perceptível que o Ministério estabeleceu controle do acesso à educação, selecionando os melhores estudantes para os estabelecimentos de ensino através de exames de aptidão. Além desta medida, reduziu o número de vagas disponíveis. Justificava-se que o motivo era para se garantir uma instrução de qualidade, apesar da vasta propaganda de que o Governo havia liberado vultuosas verbas para reformar os estabelecimentos de ensino já existentes e para a construção de novos centros. Outros temas ligados à educação como o aumento dos vencimentos dos professores, o investimento em novos livros didáticos alinhados à ideologia do regime, circularam no país.

Já a mudança nos quadros das disciplinas e nos programas foi definida pela Base IX, que determinou a revisão dos

quadros das disciplinas e respectivos programas em todos os graus do ensino, por forma que no início do ano lectivo de 1936-1937 se encontre posto no lugar próprio o que se verifique estar deslocado, e suprimido tudo o que seja inútil ou pedagogicamente dispensável.²¹⁸

Esta parte do novo projeto investiu fortemente no alinhamento à ideologia salazarista, estabelecendo a nova estética militarizada das escolas, a supressão de temas que não fossem de interesse nacional ou que representassem oposição à nova ideologia. Introduziu-se a formação física, assim como formação moral dos alunos, além da formação pré-militar. A disciplina de História foi uma das revisitadas. Na disciplina, incluíram-se temas e releituras de outros temas mais coerentes com a História que investia na construção do nacionalismo. Ainda por determinação do Ministro da Educação Pública, a área de História sofreria atualizações revisionistas propostas pela 'Academia Portuguesa de História'.²¹⁹

A Base X estabeleceu o mesmo material didático para todo país, de modo a controlar os conteúdos das disciplinas abaixo indicadas:

²¹⁷ PORTUGAL. Ministério da Instrução Pública. Decreto-Lei n.º 1.941 de 11 de abril de 1936. Remodelação do Ministério da Instrução Pública. **Diário do Governo**. I Série, n.º 84, 11 de abr. 1936, p.411-412.

²¹⁸ Idem, p.412.

²¹⁹ Cf. "**Diário de Lisboa**", n.º 5279, Ano 17, Sábado, 31 de Julho de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27456> Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

Nos estabelecimentos de ensino de todo o País, com exclusão do superior, haverá um único compêndio para cada ano ou classe das disciplinas de História de Portugal, História Geral e Filosofia, bem como, em cumprimento do § 3.º do artigo 43.º da Constituição Política, um único compêndio de educação moral e cívica, em relação com o respectivo grau de ensino. Quanto às restantes disciplinas, será proibido o uso de mais do que um livro em casa ano ou classe, dentro do mesmo estabelecimento de ensino.²²⁰

A meta era unificar e equalizar a formação dos jovens, fosse pela formação unificada dada aos professores, fosse pela unificação dos conteúdos das disciplinas ou mesmo pelos livros de leitura e das matérias a serem trabalhadas. Também houve a reformulação da História de Portugal, focando em questões patrióticas e nacionais, bem como a inclusão de um compêndio para “educação moral e cívica”. O Estado Novo propôs, portanto, “uma História, uma Filosofia e uma Educação Moral e Cívica”, sob compêndios únicos, dentro das diretrizes do “catecismo da sua doutrina”.²²¹

A Base XI prescreveu a especificidade da Mocidade Portuguesa e a sua estética militarizada e física, aproximando-se do perfil da juventude hitlerista e outras da Europa fascista. Pela base, declarou-se que:

Será dada à mocidade portuguesa uma organização nacional e pré-militar que estimule o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria e a coloque em condições de poder concorrer eficazmente para a sua defesa. Providências especiais serão tomadas em relação aos filhos de portugueses residentes no estrangeiro, no sentido de se estimular o cumprimento do dever para com o país hospitaleiro e o amor à Pátria-Mãe. Aos alunos portugueses de qualquer grau de ensino que tenham feito estudos no estrangeiro e venham para Portugal será facultado o ingresso no plano de estudos portugueses, na altura que competir à sua preparação cultural, aferida por um exame *ad hoc*, que fixará o grau de equivalência.²²²

Nesta parte do texto, propagou-se que a nação portuguesa tinha um inimigo que “espreitava nas fronteiras”, o comunismo, e que este se caracterizava como “um perigo iminente para a [...] integridade nacional”.²²³ Em países como Itália e Alemanha, tinham sido criadas

²²⁰ PORTUGAL. Ministério da Instrução Pública. Decreto-Lei n.º 1.941 de 11 de abril de 1936. Remodelação do Ministério da Instrução Pública. **Diário do Governo**. I Série, n.º 84, 11 de abr. 1936, p.412.

²²¹ CARVALHO, Rómulo, op.cit., p.754-755.

²²² PORTUGAL. Ministério da Instrução Pública. Decreto-Lei n.º 1.941 de 11 de abril de 1936. Remodelação do Ministério da Instrução Pública. **Diário do Governo**. I Série, n.º 84, 11 de abr. 1936, p.412.

²²³ CARVALHO, Rómulo, op.cit., p.754-755.

juventudes armadas para lutar junto aos seus Governos e seus líderes contra este “inimigo”. Baseada nestes exemplos, o Estado Novo investe, portanto, numa formação “fardada e armada” que trabalharia para garantir a “defesa da Pátria”.²²⁴ Assim, neste contexto, nasceu a *Mocidade Portuguesa*, órgão que trabalharia para a formação integral da juventude. Eles deveriam amar a pátria e a defender com toda sua força, de acordo com as determinações.

E a Base XII introduziu a formação cívica com o ensino do hino nacional e outros cantos nacionais que exaltavam o amor à pátria:

Em todos os estabelecimentos de ensino, com exclusão do superior, tanto oficiais como particulares, será obrigatório o canto coral, como elemento da educação e de coesão nacional, e em cada centro universitário será organizado um orfeão académico de frequência facultativa. Será editada oficialmente a harmonização do hino nacional, tendo-se em conta a diferente idade dos alunos que frequentam os diversos graus do ensino. Organizar-se-á uma pequena colecção de cânticos nacionais, exaltando as glórias portuguesas, a dignidade do trabalho e o amor à Pátria, os quais serão frequentemente executados e constituirão a base de um programa, sempre pronto, para as festas escolares, assim como para as grandes expressões do sentimento nacional. Será feita a seleção dos cânticos regionais educativos, no sentido de se manter a tradição da província portuguesa.²²⁵

Os cânticos nacionais exaltavam “as glórias portuguesas, a dignidade do trabalho e o amor à Pátria”²²⁶. Estas práticas deveriam ser constantes, de modo que eles estivessem preparados para os eventos escolares e para as comemorações nacionais. Além de toda a postura que uma juventude fardada e militarizada precisava ter para os desfiles e para a sua atuação no cotidiano do país. Em contraposição a esta educação belicista, mas de maneira a complementar a formação integral dos jovens, a *Base XIII* veio para alicerçar a educação religiosa dos jovens portugueses que, ao final dos anos escolares e da formação pré-militar recebida na *Mocidade Portuguesa*, estariam estruturados dentro da cartilha de valores pátrios e religiosos:

Base XIII

Em todas as escolas públicas do ensino primário infantil e elementar existirá, por detrás e acima da cadeira do professor, um crucifixo, como símbolo da educação cristã

²²⁴ CARVALHO, Rómulo, op.cit., p.755.

²²⁵ PORTUGAL. Ministério da Instrução Pública. Decreto-Lei n.º 1.941 de 11 de abril de 1936. Remodelação do Ministério da Instrução Pública. **Diário do Governo**. I Série, n.º 84, 11 de abr. 1936, p.413.

²²⁶ Idem.

determinada pela Constituição. O crucifixo será adquirido e colocado pela forma que o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, determinar.²²⁷

Os valores deveriam ser ensinados através dos compêndios e livros didáticos, bem como de maneira mais concreta nas práticas religiosas, nos objetos e, visualmente, na arquitetura dos espaços públicos. Foi o caso das salas de aulas que deveriam ter um crucifixo por “de trás e acima da cadeira do professor”, como “símbolo da educação cristã”, de maneira a representar que o poder de Deus estava acima de todos.²²⁸ A exemplo disto, no dia 14 de março de 1937 foi inaugurado o primeiro crucifixo em uma escola primária. Segundo a matéria, a “sessão solene” ocorreu numa escola no Largo do Contador Mór, às 15 horas. A solenidade foi “para a inauguração oficial dum crucifixo numa das aulas” e teve como convidados o ministro da Educação Nacional e o Patriarca de Lisboa. Apesar do convite, ambos os líderes não compareceram ao evento devido outras atividades que não foram informadas. Carneiro Pacheco não compareceu, mas mandou, em seu nome, António Leal para presidir a sessão. Além dele, a ocasião contou com a presença do “diretor geral da Instrução Primária, cônego Sequeira Móra” e o “inspector escolar sr. Manuel Bernardes”.²²⁹

Como de praxe em eventos com autoridades, foram proferidos discursos aos presentes. Neste caso, António Leal afirmou que a educação na “escola era nacionalista e cristã” e aproveitou para forjar elogios à obra de Oliveira Salazar. Ao final da sessão, fez-se o “apelo às crianças para não faltarem à escola e à catequese”, pois estes representavam os dois pilares fundamentais da formação do “homem novo” português. Para o representante do Ministro, o crucifixo era “a grande bandeira duma civilização que enobrece a pessoa humana, contra o comunismo, aviltador da pessoa”.²³⁰

Para Maria Filomena, a colocação do crucifixo nas salas de aula representou o símbolo da educação cristã, mas, de maneira prática, teve como intenção exorcizar a influência demoníaca da foice e do martelo.²³¹ Este evento não contou com a participação de Carneiro

²²⁷ PORTUGAL. Ministério da Instrução Pública. Decreto-Lei n.º 1.941 de 11 de abril de 1936. Remodelação do Ministério da Instrução Pública. **Diário do Governo**. I Série, n.º 84, 11 de abr. 1936, p.413.

²²⁸ INAUGUROU-SE ESTA TARDE o primeiro crucifixo numa escola primaria de Lisboa. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mar. 1937. P.4. Cf. "Diário de Lisboa", n.º 5141, Ano 16, Domingo, 14 de Março de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27726> Acesso em: 28 de Outubro de 2019.

²²⁹ Idem.

²³⁰ MÓNICA, Maria Filomena. Notas para a análise do ensino primário durante os primeiros anos do salazarismo. **Análise Social**. p.485-488. Cf. site da revista *Análise Social*. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/>> Acesso em: 22 de outubro de 2019.

²³¹ Idem.

Pacheco, que costumeiramente estava presente em eventos deste tipo. Mas este não era um costume próprio do Ministro, mas o próprio Oliveira Salazar e tantas outras autoridades costumavam frequentar as escolas, os centros de formação, os liceus, e participavam dos eventos cívicos em datas comemorativas da Pátria e de tantos outros. A matéria do dia 15 de abril de 1937 mostrou a visita do Ministro da Educação Nacional ao liceu para, junto ao reitor, acompanhar os trabalhos desta entidade de ensino. Na ocasião, o Ministro ainda visitou o Museu Municipal e outras instituições.²³²

No dia 20 de junho do mesmo ano, o Chefe de Estado visitou o Alentejo onde foi recebido de maneira calorosa pelo povo. De acordo com a notícia, o evento contou com autoridades locais e com um desfile em honra do Presidente da República. O general Carmona aproveitou o momento e dirigiu-se ao povo, afirmando: “É preciso que todos os portugueses estejam cada vez mais unidos para a grandeza material e moral da nacionalidade”²³³. Os eventos públicos eram de fato atos políticos em prol do Estado Novo e de seu projeto, e este não foi diferente. Apesar de o Governo chamar sempre sua população à luta, muitas vezes de forma alarmista, o ano é 1937 e o contexto mundial e, sobretudo, europeu era complicado. Já era cogitado o advento de uma nova guerra e em 1939 o pior aconteceu.²³⁴

Ainda neste episódio, o Chefe de Estado participou da inauguração do Liceu de Fialho de Almeida que contou com uma sessão solene, banquete e baile de inauguração. Estes são alguns exemplos das práticas corriqueiras das autoridades estadonovistas que buscavam sempre comparecer aos eventos de modo a fazer a propaganda do Estado Novo, a propagar a boa imagem para os cidadãos que aplaudiam o novo governo e também de aproximar-se da população.²³⁵

E, por fim, temos a Base XIV, onde se estabeleceu que a Lei estava posta quase na sua integridade, sendo obrigação e responsabilidade do Ministério da Educação Nacional emitir os “diplomas necessários para a completa execução” desta.²³⁶ Este documento apenas estabeleceu

²³² MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL. **Diário de Lisboa**. Lisboa, abr. 1937. P.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5173, Ano 17, Quinta, 15 de abril de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27221> Acesso em: 28 de outubro de 2019.

²³³ FOI INAUGURADO HOJE pelo Chefe de Estado o Liceu de Fialho de Almeida. **Diário de Lisboa**. Lisboa, jun. 1937. P.8. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5238, Ano 17, domingo, 20 de junho de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27145> Acesso em: 28 de outubro de 2019.

²³⁴ Idem.

²³⁵ Idem.

²³⁶ FOI INAUGURADO HOJE pelo Chefe de Estado o Liceu de Fialho de Almeida. **Diário de Lisboa**. Lisboa, jun. 1937. P.8. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5238, Ano 17, domingo, 20 de junho de 1937, Fundação Mário Soares /

pontos fundamentais acerca da estruturação do Ministério da Educação Nacional e das suas competências, bem como deveria prosseguir a educação do país. Porém, é importante frisar que ela não foi exclusiva, e, ao longo do processo, pediu complementações, como foi o caso do “Regulamento da Organização Nacional Mocidade Portuguesa” que foi publicado meses depois, em “4 de Dezembro de 1936”.²³⁷

No próximo capítulo trataremos melhor desta questão, envolvendo as divagações acerca do Decreto-Lei de *Remodelação do Ministério da Instrução Pública*, apresentado pelo Estado Novo no corpo social. Para o momento, vamos seguir para “*A ofensiva da Educação Nacional*”.

2.2.2. “A ofensiva da Educação Nacional”

Este esforço, que tende a elevar o nível do Governo e da administração pública, por um lado, e da produção económica, por outro, à maior altura intelectual e moral a que pudermos ascender, representa a primeira grande exigência do País em relação à escola. Nós não compreenderíamos – nós não poderíamos admitir – que a escola, divorciada da Nação, não estivesse ao serviço da Nação, e não compreendesse o altíssimo papel que lhe cabe nesta hora de ressurgimento, na investigação e no ensino, a educar os portugueses para bem compreender e bem saberem trabalhar. E é pouco ainda.²³⁸

Neste discurso, “A Escola, a Vida e a Nação”, Salazar mostra que confiava à escola o preparo da juventude portuguesa para que ela fosse formada com “espírito forte”²³⁹ para ser útil na luta que a Nação enfrentava. Era necessário “educar-lhe a vontade para que seja recta, esclarecida e firme”²⁴⁰. Segundo Maria Filomena, o Estado Novo tinha ideias claras no que respeita aos objetivos da escola primária. Para ele, a educação deveria “tornar a grande massa de indivíduos normais, ou quase normais, em unidades úteis ao convívio social” e evitar “que degenerassem em pesos mortos, em causas de entorpecimento ou embaraço para o progresso geral”.²⁴¹

DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27145> Acesso em: 28 de outubro de 2019.

²³⁷ Idem.

²³⁸ MOURA, Horácio, op.cit., p.48.

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ MÓNICA, Mario Filomena, op.cit., p.485.

Ainda segundo a autora:

a escola primária deveria, a partir de então, ser afirmativa, e não céptica, activa, e não verbalista, educadora da vontade e propulsora do esforço ao serviço do interesse pelo bem comum, colectivista, e não individualista, verdadeira, isto é, ligada às realidades. Todos estes princípios se destinavam a inculcar nos alunos as ideias de pátria, família e amor pelo cantinho natal, representavam um ataque ao conhecimento ‘livresco’, promotor de ‘desadaptação e os consequentes desânimo e descontentamento – fatais geradores da decadência’.²⁴²

A juventude deveria ser preparada para “as agruras da adversidade”. Além disso, deveria prepará-los para combater “a subversão” e os subversivos que foram elencados e apresentados pelo Estado. Neste sentido, afirmasse que a Escola portuguesa não poderia ser neutra, seja por causa dos perigos internos e externos a Portugal ou pelo simples fato de que o Estado Novo tinha a sua ideologia política voltada para um sentido, e, na sua visão, a Escola não poderia estar voltada para outro. A educação estava para orientar a todos e estes deveriam seguir o mesmo caminho em prol da Nação e de seus valores tradicionais.²⁴³

Estes valores eram apresentados por diversos meios, e a matéria publicada em 23 de novembro de 1936 pelo *Diário de Lisboa* apresentou a parceria entre o Secretariado de Propaganda Nacional com o Ministério da Educação Nacional. Segundo o texto jornalístico, o evento da SPN contou com a presença de seu líder, António Ferro, e com a presença de Duarte Figueiredo, representando o Ministro da Educação Nacional. Na ocasião, inaugurou-se a exposição de esculturas que viriam auxiliar no ensino escolar.²⁴⁴ Este tipo de prática tornou-se recorrente durante o Regime. Assim como a exposição, foram ministradas palestras e conferências; construídas exposições, livros didáticos e literários; além do cinema que se tornou forte em anos salazaristas.

Maria Filomena Mónica, em seu artigo “Notas para a análise do ensino primário durante os primeiros anos do salazarismo”, afirma que Salazar ao chamar a escola de “a Sagrada Oficina das Almas”, estaria reafirmando que ela jamais poderia ser neutra. Para a autora, “a escola salazarista estava consciente do seu papel político”²⁴⁵ e seus membros eram cobrados quando

²⁴² MÓNICA, Maria Filomena, op.cit., p.486.

²⁴³ MOURA, Horácio, op.cit., p.48-49.

²⁴⁴ SECRETARIADO DE PROPAGANDA NACIONAL. *Diário de Lisboa*. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5036, Ano 16, segunda, 23 de novembro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26944> Acesso em: 25 de outubro de 2019.

²⁴⁵ MÓNICA, Maria Filomena, op.cit., p. 479.

não desenvolviam o seu papel. Algo interessante, também retirado da sua leitura, é o entendimento de que

a escola desempenha um papel fundamental na transmissão de traços ‘não cognitivos’ da personalidade. As características pessoais que a escola gera e na base das quais selecciona os indivíduos para o acesso a graus mais elevados de ensino, afectam de forma particular o sucesso económico. Aquelas características vão desde a aceitação da autoridade, da disciplina, da motivação para o trabalho até a interiorização de normas de trabalho. Em grande parte adquiridas na escola, todas elas contribuem para que os indivíduos aceitem activamente a legitimidade e a estabilidade do sistema social prevalecente.²⁴⁶

A autora chamou de “processo da reprodução”²⁴⁷ as práticas realizadas pela escola portuguesa após a Lei de reformulação do Ministério da Educação Nacional e os seus impactos e normativas para a Educação do país. Ainda segundo ela, a escola foi a grande responsável pela execução deste processo que reproduziu valores do Estado Novo.

No mesmo dia da Sessão da Câmara (26 de Março de 1938), o *Diário de Lisboa* publicou texto de Dias Ferreira na sua primeira página. O texto que foi intitulado de “Novos Rumos”²⁴⁸, Ferreira afirmou que o país, aos poucos, estava se reestruturando devido as medidas tomadas pelo Governo salazarista. Ele comprovou a sua afirmação apontando três diferentes ações tomadas e os seus respectivos efeitos positivos. A primeira ação tratou da “economia regrada”, passando a equilibrar os recursos naturais e a produção para o consumo; a segunda atitude que foi tomada abordou as “finanças sólidas”, devido a organização das despesas e das receitas, e, como terceira medida, apontou a Educação, ao que chamou de “disciplina das inteligências”

com um ensinamento apropriado às realidades nacionais, e a perfeita consciência dos deveres cívicos, asseguram ao país a estabilidade de princípios, o espírito de sacrifício e o estímulo para o trabalho que dignificam a sua opinião e fortalecem a sua autoridade perante os estranhos.²⁴⁹

De acordo com o texto, o país estava voltando a crescer graças as medidas tomadas pelo Executivo. As ações do Governo que estavam, ao que nos apontou o artigo jornalísticos,

²⁴⁶ MÓNICA, Maria Filomena, op.cit., p. 479.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ FERREIRA, Dias. Novos Rumos. **Diário de Lisboa**. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5511, Ano 17, Sábado, 26 de março de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26565> Acesso em: 22 de outubro de 2019.

²⁴⁹ Idem.

reordenando o país tiveram a educação da população como lacuna importante deste processo. O que de certa maneira acaba legitimando e endossando o discurso do Governo. Neste sentido, a administração estatal passou a estabelecer critérios mais rígidos no tocante à educação. A nova legislação remodelou o Ministério e deu novos direcionamentos para a Educação Nacional; acabou refazendo o “currículo do ensino primário obrigatório”, reformulando os conteúdos e as disciplinas que deveriam ser lecionadas. Mas artigos como estes acabaram por ser utilizados como argumento para medidas mais profundas.

“A tese salazarista: ‘Pouco e bem’”²⁵⁰ foi representada na nova proposta de educação que, inicialmente, focou em reduzir ao mínimo: “Língua portuguesa (leitura, redacção e feitos pátrios), aritmética e sistema métrico, Moral, Educação Física, Canto Coral”. Um sistema educacional simplificado e objetivo, voltado para as questões nacionais e patrióticas, sem “enciclopedismo estéril racionalista” que, para eles, seria danoso à “saúde moral e física da criança”, sendo muito mais interessante “ao ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar, e ao exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal”.²⁵¹

Maria Filomena Mónica afirma que o “currículo incluía: Português, História, Ciências, Trabalhos Manuais, Educação Moral e Cívica, Aritmética, além de alguns outros assuntos que assumiram um papel menos central (Higiene, Desenho, Ginástica e Canto Coral)”²⁵² Sobre a disciplina História, a autora coloca que uma das grandes preocupações do Estado Novo

consistia na definição de consciência histórica. A partir de 1926, o passado histórico nacional foi sistematicamente usado como meio de transmitir modelos de comportamento desejável e como forma de inculcar os ‘valores fundamentais’ encarnados em heróis do passado, cuidadosamente selecionados.²⁵³

Na intenção de

transformar as crianças do ensino primário em ‘verdadeiros portugueses’, adoptou-se na escola primária uma versão simplista da filosofia da história proposta pelo Estado Novo, ou seja, uma interpretação idealista da história que fosse, ao mesmo tempo, ‘clara, firme e precisa’.²⁵⁴

²⁵⁰ MÓNICA, Maria Filomena, op.cit., p. 488.

²⁵¹ CARVALHO, Rómulo, op.cit., p. 761.

²⁵² MÓNICA, Maria Filomena, op.cit., p. 488-491.

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ Idem.

Um outro exemplo desta questão pode ser visualizado na matéria “Educar” publicada na edição de 18 de janeiro de 1937. O texto começa afirmando que “quando se visita e observa um país novo – acredita-se melhor no poder e na eficácia da educação”. Este tipo de frase também corroborou com o discurso estatal acerca da educação. Foi por meio desta acreditaram ser possível construir uma nova sociedade mais forte e coesa, preparada para as intempéries sociais, políticas etc. Segundo a publicação, a escola deveria “preparar, adestrar” e “guiar gerações jovens”. No entanto, esta não era uma tarefa fácil e que exigiria “fé na importância e no significado desse generoso e difícil esforço”. Era necessário também confiar profundamente nesta instituição e no seu ofício de “aperfeiçoamento e melhoria da vida moral, intelectual, social do homem e da humanidade”.²⁵⁵

Na coluna “Da hora que passa” do dia 29 de janeiro de 1937, o *Diário de Lisboa* publicou texto de Augusto Santa Rita que dedicou-se a falar sobre a falta de boas produções científicas e literárias nacionais, se comparadas a outras obras de peso que foram citadas por ele. Além desta afirmação, discorreu sobre a necessidade de financiar trabalhos para ampla divulgação, que pudessem ser lidos e debatidos no seio do lar familiar ou nos cafés, divulgando o conhecimento e valores pátrios. Na matéria intitulada “Política do Espírito”, o autor convocou o SPN a produzir este tipo de literatura, propondo concursos e “premios pecuniarios”, assim como estabelecer “bolsas de estudos” para interessados no projeto.²⁵⁶ As ideias propostas por Augusto Santa Rita foram ratificadas alguns dias depois que seu texto foi publicado pelo jornal.

Em acordo com as proposições feitas por Augusto Santa Rita, o texto “A proposito da política do espírito” de Luiz Forjaz Trigueiros, afirmou que era grande a decadência da produção literária de Portugal. No entanto, segundo Trigueiros, a decadência das produções portuguesas não estava diretamente ligada a falta delas, pois estas eram numerosas e todas as semanas as livrarias se enchiam de livros novos. O maior problema, para ele, estava no afastamento dos escritores portugueses “da hora actual”. Os autores portugueses estavam mais

²⁵⁵ BARROS, João de. Educar. **Diário de Lisboa**. Lisboa, jan. 1937. Cf. “Diário de Lisboa”, nº 5088, Ano 16, segunda, 18 de janeiro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_2716> Acesso em: 28 de outubro de 2019.

²⁵⁶ SANTA RITA, Augusto. Política do Espírito. **Diário de Lisboa**. Lisboa, jan. 1937. Cf. “Diário de Lisboa”, nº 5099, Ano 16, sexta, 29 de janeiro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27437> Acesso em: 28 de outubro de 2019.

preocupados em criar “bonecos” e personagens sem sentido do que olhar a vida atual de frente e enfrentá-la.²⁵⁷

Na leitura do texto não fica exatamente claro o porquê das afirmações de Trigueiro, o porquê dos autores portugueses não se voltarem para obras que retratassem a vida como ela é. O que nos faz pensar que um dos motivos dessa omissão se deu devido a própria censura do Estado Novo ou por medo de serem censurados e sofrerem sanções negativas. Embora isso ocorresse, os textos convocam o Estado e seus órgãos para pensarem e financiarem autores e estudiosos em obras que enaltescessem o Estado Novo e sua Revolução Nacional.

Em 26 de Fevereiro de 1937, Augusto Santa Rita voltou às páginas do *Diário de Lisboa* com um texto em que sugeria a criação do Secretariado Nacional das Belas Letras e das Belas Artes para cuidar justamente das questões voltadas à produção artística e literária do país por meio de incentivos do Estado. O desenvolvimento literário, artístico e cultural tornou-se política pública. Neste texto, o autor estabeleceu a estrutura e as competências deste possível órgão nacional.²⁵⁸

Para ele, o Secretariado deveria:

- a) - Fomentar, por todas as formas acessíveis, estimulantes e praticas, a actividade e o desenvolvimento literarios, proporcionando o necessario ambiente favoravel a essa actividade e desenvolvimento, e despertando o interesse, entusiasmo e bom acolhimento das ‘élites’ e até mesmo das classes populares [...]
- b) - Promover o intercambio intelectual, troca internacional de livros, de criticas e impressões [...], viagens de estudo, de conferencias e palestras no país [...]
- c) - Criar a Secção Editorial dos novos, elegendo uma comissão consultora, que se pronunciaria, periodicamente, sobre o valor das obras manuscritas, apresentadas à respectiva secção, facilitando, assim, a expansão pelo livro das vocações incipientes [...]
- d) - Chamar à nova entidade oficial das iniciativas já hoje em plena execução, como sejam o estabelecimento de prêmios pecuniarios e bolsas de estudo, desviando-as de organismos onde a sua actuação menos se justifica por suas designações de índole diversa.

²⁵⁷ TRIGUEIROS, Luiz Forjaz. A propósito da política do espírito. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1937. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5111, Ano 16, sexta, 12 de fevereiro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27489> Acesso em: 28 de outubro de 2019.

²⁵⁸ SANTA RITA, Augusto. Política do Espírito: Ante-projecto para a constituição do Secretariado de Belas Artes. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1937. P. 15. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5125, Ano 16, Sexta, 26 de fevereiro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27691> Acesso em: 28 de outubro de 2019.

[...] ²⁵⁹

Apesar de tratar-se apenas de uma sugestão, é fato que este foi o sentido percorrido pelo Governo que passou a preocupar-se com as produções literárias, assim como ocorreu com as propagandas, os cursos que eram oferecidos, as palestras e conferências, a formação e atividades da própria Mocidade Portuguesa, o cinema e a “Cultura Popular”²⁶⁰ de modo geral.

Na sessão de debates na Câmara acerca da Educação, no dia 26 de março de 1938²⁶¹, o deputado Teixeira de Abreu acompanhou a maioria, defendendo que a educação primária deveria focar no mínimo possível.

Para ele:

Os ensinamentos de coisas abstractas e absolutamente em desacordo com o meio em que viva dá como resultado exemplos que todos nós conhecemos, na aldeia: rapaz que fique distinto na instrução primária é um rapaz perdido para a família. Eu posso citar um caso de uma família da minha terra, tradicionalmente consagrada ao ofício de serralheiro, mas em que houve um rapaz que conseguiu ficar distinto na instrução primária. Pois esse rapaz teve de ir para o Brasil depois de ter cometido dos desfalques.²⁶²

Ao que falou o Deputado, a educação quando muito abstrata e muito científica, constrói jovens muito “distintos” que acabam não dando continuidade às tradições familiares e seus ofícios, perdem espaços nas suas aldeias. Nesta esteira, Teixeira de Abreu acompanhou o padre Correia Pinto no tocante aos professores que, segundo eles, “não convinha que soubessem muito”. O Padre que afirmou ter “um grande respeito”, colocou que temia os “professores de instrução primária” quando muito instruídos.²⁶³ Assim, o deputado Teixeira de Abreu continua: “fazer o ensino primário por meio de agentes altamente intelectualizados tem inconvenientes gravíssimos [...] preferível seria que se fosse bom e simples, mas, quando não se possa ser bom, ao menos que não seja muito douto”.²⁶⁴

²⁵⁹ SANTA RITA, Augusto. Política do Espírito: Ante-projecto para a constituição do Secretariado de Belas Artes. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1937. P. 15. Cf. “Diário de Lisboa”, nº 5125, Ano 16, Sexta, 26 de fevereiro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27691> Acesso em: 28 de outubro de 2019.

²⁶⁰ MELO, Daniel, op.cit.

²⁶¹ CARVALHO, Rómulo, op.cit., p.765.

²⁶² Idem.

²⁶³ Ibidem, p.764.

²⁶⁴ Ibidem, p.765.

A Lei acabou seguindo estes posicionamentos da Sessão de 26 de março de 1938. Entendeu que para uma boa desenvoltura deste sistema educacional era necessário um bom número de “agentes educacionais” e numerosas escolas, espalhadas por toda a Nação. Porém, não se exigiu tanto destes agentes neste primeiro momento, estes “postos escolares” deveriam ser “regidos por quem possua idoneidade comprovada, na falta de um diploma tantas vezes só decorativo”. Nesta esteira, percebesse que era de maior valor o professor que fosse alinhado com o Governo e com as virtudes elencadas por este, do que aquele profissional de formação mais científica. “Exige-se, naturalmente, comportamento moral irrepreensível para os agentes do ensino primário e será demitido todo aquele que ‘dê escândalo público permanente ou assuma atitude contrária à ordem social estabelecida pela Constituição de 1933’.”²⁶⁵

Além disto, Carvalho chama atenção para uma medida que soa absurda, mas que foi votada em caráter de urgência. O projeto que entrou em vigor no dia 24 de novembro de 1936 estabeleceu, no seu *artigo 9.º*, que “o casamento das professoras não poderá realizar-se sem autorização do Ministério da Educação Nacional, que só deverá concedê-la nos termos: 1.º - ter o pretendente bom comportamento moral e civil, 2.º - ter o pretendente vencimentos ou rendimentos, documentalmente comprovados, em harmonia com os vencimentos da professora”.²⁶⁶ Mais uma vez, com estes decretos, o Estado assumiu um caráter paternalista, adentrando até mesmo na esfera particular de seus governados, e o que antes era costume das famílias de escolherem os melhores pretendentes para suas filhas, o Estado tomou para si, pelo menos, no tocante às professoras.

O deputado Querubim Guimarães, na mesma sessão, foi mais além com o seu argumento. Ele começou citando o exemplo dos Estados Unidos que era considerado uma “hipercivilização” por ter, em 1936, a grande parte da sua população alfabetizada, em detrimento de índices de violência altíssimos. Ele que questionou se deveria ter uma “obrigatoriedade do ensino” no país, trouxe em seu argumento três momentos históricos distintos de Portugal (reconquista, descobrimentos e restauração) e questionou:

A massa de homens que então foi mobilizada era composta de letrados ou de analfabetos? Os companheiros do Gama sabiam ler e escrever? [...] tenho um certo temor deste fetichismo do alfabeto, que fez a época dos enciclopedistas da revolução francesa, ao fulminar a pseudo-ignorância da treva medieval.²⁶⁷

²⁶⁵ CARVALHO, Rómulo, op.cit., p 762.

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ Ibidem, p.765.

Apesar de ter sido um argumento que de certa forma endossou a questão da educação mínima, não foi de todo aceito. Salazar acreditava que o projeto deveria ser sem muita profundidade intelectual, mas que combatesse o analfabetismo, e que os jovens estivessem preparados também para desenvolver diversas funções, dentre elas administrar e exercer cargos públicos, já que seriam o futuro da Nação portuguesa. A Lei promulgada é o maior exemplo disto, e estabeleceu a obrigatoriedade do ensino primário, assim como a reformulação dos conteúdos, o modelo de formação de professores, a construção de livros didáticos e de leitura alinhados.²⁶⁸

De acordo com Carvalho:

Para assegurar o êxito da política de ensino que o Estado Novo se propunha executar, tornava-se imprescindível o fabrico de um livro de leitura da escola primária que fosse incentivador da mentalidade nacionalista e cristã para a qual toda a atividade pedagógica era dirigida, e que servisse de robusto alicerce à construção ideológica que sobre ela se faria assentar.²⁶⁹

Com base nisto, o “decreto-lei de 24 de novembro de 1936” estabeleceu que os livros didáticos fossem substituídos por um “livro único do ensino primário elementar” aprovado mediante “concurso público entre ‘escritores portugueses’”. Dentre as exigências para esta aprovação, pediu-se que os candidatos deixassem bem explícitos o seu “nacionalismo e espírito cristão”. O concurso foi aberto, mas nenhum dos originais recebidos foram aceitos pelo Governo, pois, de acordo com as informações, nenhum “se julgou digno de ser aprovado”. A partir daí foi escolhida uma “comissão de técnicos” de “reconhecido mérito pedagógico, literário e artístico” que ficou responsável por fabricar este texto.

Os responsáveis pelo empreendimento foram buscar a inspiração para a feitura dos livros de texto aos livros escolares italianos destinados ao mesmo grau de ensino e realizados, em Itália, de acordo com as exigências ideológicas do regime fascista de Mussolini [...].²⁷⁰

Nestas inspirações, encontraram a necessidade de exaltar a pessoa do líder e “os ensinamentos da doutrina cristã”. Sobre isto, o autor ainda frisa que as crianças usavam os livros e soletravam os nomes de Salazar e Carmona e, ao “erguer os olhos para a parede da sala de aula” encontravam ladeando o “crucifixo [...] os retratos de Carmona e de Salazar que tinha

²⁶⁸ CARVALHO, Rómulo, op.cit, p.766.

²⁶⁹ Idem.

²⁷⁰ Ibidem, p.767.

sido mandados colocar, nessa disposição, nas paredes das escolas”. Nesta sequência, qualquer livro didático passou a apresentar dezenas de “páginas dedicadas a religião católica”. Por vezes, estes livros assemelhavam-se aos catecismos utilizados nas igrejas, com “ilustrações sugestivas e frases adequadas aos interesses da Ditadura”. Frases como “é Deus quem nos manda respeitar os superiores e obedecer às autoridades” eram comuns de aparecer nestes impressos, ajudando a reforçar a ideia do líder e a ideologia.²⁷¹

Independentemente destas imposições, “as conquistas do clero a partir da aprovação da Constituição de 1933 não foram suficientes para descartar a necessidade de uma concordata que revogasse as propostas laicistas da lei de separação entre o Estado e a Igreja”. Para os católicos, os decretos estabeleciam mudanças pontuais, mas não sanava todo o problema. Segundo Moura, “a Constituição de 1933 mantinha o regime de separação dos poderes civil e religioso com a reafirmação das relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé”.²⁷²

Devido “à ‘cristianização’ da educação e, mais tarde, à Concordata, Salazar criou as condições para que a Igreja pudesse agir livremente pelo país afora no campo social, moral e cultural”, a Concordata garantiu “relações positivas entre a Igreja e o Estado” e este ato de Salazar, que visou “resolver a ‘questão religiosa’”, estabeleceu um “preço e uma condição implícita: a de colaboração, ativa ou passiva, com o Estado Novo”.²⁷³

Além do ensino primário, o ministro Carneiro Pacheco reformou o “ensino liceal”, que seguiu o mesmo modelo estabelecido para o primário. Este foi integrado “na missão educativa da Família e do Estado para o desenvolvimento harmónico da personalidade moral, intelectual e física dos portugueses, nos termos da Constituição”.²⁷⁴ No entanto, foi retirado uma de suas finalidades. Tradicionalmente, o ensino liceal preparava os jovens para o “ensino superior”. A partir da simplificação do currículo escolar, dentro destas mudanças, também foi estabelecida a extinção do “Curso Geral e Curso Complementar”, passando exclusivamente para três ciclos iguais para todos:

O 1.º Ciclo, essencialmente prático e descritivo, constituído pelos três primeiros anos, o 2.º Ciclo, teórico e experimental, por mais três anos, o 4.º, o 5.º e o 6.º, e o 3.º Ciclo,

²⁷¹ CARVALHO, Rómulo, op.cit., p.768.

²⁷² MOURA, Carlos André Silva de, op.cit., p.321.

²⁷³ MENESES, Filipe Ribeiro de, op.cit., p.200.

²⁷⁴ CARVALHO, p.774.

de um só ano, o 7.º, que ‘visará a sistematização mental e a síntese de todos os conhecimentos adquiridos, em volta de novos centros de estudos’.²⁷⁵

De acordo com os ciclos que eram oferecidos nas instituições, recebiam designações diferenciadas, se neles eram ministrados o “curso completo ou só o 1.º e o 2.º ciclos”, poderiam ser Liceus Nacionais ou Liceus Provinciais. Outra mudança estabelecida pela reforma do Ministério da Educação Nacional recaiu sobre a escolha do ensino em ser por disciplinas em detrimento das classes. Para eles, seguindo este caminho, os resultados seriam mais satisfatórios. Isto porque alguns alunos tinham deficiências em algumas matérias e este problema acabava sendo levado adiante devido professores benevolentes que beneficiavam estes alunos encobrendo esta formação deficitária. Foi estabelecido também que os liceus garantissem a formação das meninas diferenciadas dos meninos, com “actividades particulares ‘visando a missão natural da mulher’”.²⁷⁶

Nesta formação específica, foi estabelecido “um curso de educação familiar” ao qual o Ministério enxergava ser de grande importância. Dentro deste curso ficaram definidas sessões de “Culinária, Educação Física e Canto Coral” e “as alunas aprenderiam nas aulas a confeccionar roupa branca, vestidos, chapéus, bordados, flores” dentre outros produtos. Em outras sessões foram ofertados estudos da “Língua e Literatura Portuguesas, Moral, Economia, Direito”. A única formação comum a todos eram as disciplinas de Organização Política e Administração da Nação”.²⁷⁷

Como seguia o modelo das escolas primárias, os liceus também passaram a se alinhar à ideologia política do Estado Novo português. Carneiro Pacheco preocupou-se, em particular, que o ensino cuidasse do culto dos heróis, da exaltação patriótica, da prática das virtudes cristãs. Estes foram objetivos fundamentais e quase exclusivos da sua doutrina pedagógica assinalados em toda a sua atuação, desde a mudança do nome do ministério que geria, até a simplificação exagerada dos currículos escolares, pois, no seu ideário, toda a instrução era objeto de pouca valia em confronto com a educação que às escolas competia praticar.²⁷⁸

Preocupações sempre alinhadas à ideologia do Regime e do próprio Salazar que enxergava no Ministro a figura ideal para o desenvolvimento do seu projeto para a educação.

²⁷⁵ CARVALHO, Rómulo, op.cit., p.774.

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ Ibidem, p.775.

²⁷⁸ Ibidem, p.775-776.

Garantiu, por assim dizer, o seu passaporte de permanência na pasta da Educação Nacional por quatro anos e meio, onde estabeleceu o “‘Deus, Pátria e Família’ como lema de toda a sua atuação frente ao Ministério. Foi justamente sobre este lema que procurou estruturar solidamente a Escola portuguesa.²⁷⁹

Tendo ele deixado o cargo, dois outros ministros ocuparam a vaga. Ambos eram professores catedráticos de Faculdades de Direito; Mário de Figueiredo, da Universidade de Coimbra e Caeiro da Mata, da de Lisboa. “Salvo pequenas alterações, o ensino foi correndo segundo as directrizes já firmadas, durante os seis anos e meio de regência total dos dois novos ministros”, período que ultrapassa o recorte temporal estabelecido para este trabalho. A falta de modificações mais profundas estiveram ligadas diretamente ao momento difícil que o mundo passava sob a II Guerra Mundial. O “tempo era mais de expectativa, de vigilância das instituições, de defesa dos princípios, e não propício a inovações pedagógicas”.²⁸⁰

Mário de Figueiredo, durante a sua gestão do Ministério, reviu algumas questões já definidas por Pacheco, como foi o caso da “distinção entre Curso Geral e Curso Complementar” nos liceus. A revisão ocorreu porque pretendia realizar uma nova reforma no ensino liceal. Devido aos problemas políticos internacionais, conseguiu apenas mexer no 7.º do ensino liceal, voltando o seu foco ao preparo para os cursos superiores. Outra medida que modificou definições de Carneiro Pacheco foi a reabertura das “Escolas do Magistério Primário” que formavam os professores primários. Estas que tiveram as suas atividades encerradas ainda em 1936, voltaram a funcionar em 1942, mas com algumas modificações. Acabou, ainda, decretando algumas mudanças com relação à Mocidade Portuguesa, ensino técnico e universitário.²⁸¹

Durante a administração de Caeiro da Mata, o Ministro se ocupou do ensino universitário, do ensino liceal e, principalmente, trouxe ao debate a questão da “coeducação”, tema que já tinha sido deixado de lado. Por mais oneroso que fosse, o ensino era ministrado, em separado, para meninos e meninas, inclusive, com a separação de prédios para a formação masculina e para a formação feminina. Quando não ocorria desta forma, nos mesmos estabelecimentos de ensino estudavam os meninos e as meninas, mas em turnos diferentes. A obrigatoriedade não recaiu tão pesadamente sobre as escolas públicas, a não ser nos liceus. Já

²⁷⁹ CARVALHO, Rómulo, op.cit., p.775-776.

²⁸⁰ Idem.

²⁸¹ Ibidem, p.778-780.

no ensino particular, “só se permitiu a coeducação”. Esta medida aqueceu os humores. O então Director-Geral do Ensino Liceal, o professor Riley da Mota, enviou uma circular aos Liceus, solicitando dos professores, respostas a um inquérito dele sobre a coeducação. Esta medida chegou ao Ministério da Educação Nacional que acabou enviando uma “nota oficiosa para a Imprensa informando o país de que não pensava rever a sua atitude quanto à coeducação”.²⁸²

Por parte da Igreja, o jornal *Novidades* publicou resposta de Pio XI à pergunta do Director-Geral, se deveria ou não existir a coeducação. A resposta que foi retirada da encíclica *Divini illius magister*, afirmava que “O Criador ordenou e dispôs a convivência perfeita dos dois sexos somente na unidade do matrimónio”. Este mesmo jornal continuou a atacar a determinação do Ministro e, três dias após sua resposta, publicou artigo intitulado “*A coeducação ou o assalto da escola pelo processo soviético*”.²⁸³ A visão da Igreja acabou prevalecendo, já que em Portugal a divisão entre masculino e feminino estabeleceu-se inclusive na Mocidade Portuguesa, subdividindo-as em alas e com formação específica para cada uma destas.

²⁸² CARVALHO, Rómulo, op.cit., p.782.

²⁸³ Idem.

3. CAPÍTULO III – ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DE MOCIDADE PORTUGUESA, COMO “ALMA DA PÁTRIA A GERMINAR”

O Estado Novo tinha uma política de juventude, através da qual implementou a produção de uma cultura que moldasse o comportamento social e político aceitáveis dos jovens pelo novo regime. Foi nesta direção que Oliveira Salazar enxergou a escola, como sendo a “sagrada oficina das almas”.²⁸⁴ E foi com esta concepção que a Mocidade Portuguesa foi criada em 1936, a partir do *Decreto-Lei n.º 26.611*²⁸⁵, de 19 de maio de 1936, apoiado no *Decreto-Lei n.º 1.941*²⁸⁶, de 11 de abril de 1936. Pelo decreto, o Ministério da Educação Nacional ficou responsável por todas as questões que envolvessem a Educação da juventude portuguesa. Embora o órgão estivesse legitimado pelo regime, diversas polémicas desabrocharam entre grupos políticos, dentro e fora do Governo. O que levou Salazar a trabalhar no convencimento das elites políticas portuguesas, no sentido de atrair seus apoios para a fundação deste grupo paramilitar formado por jovens portugueses.

Para melhor compreender esta instituição e os objetivos de sua criação, vamos destacar nesta parte do trabalho três momentos centrais: a) o da criação da Mocidade Portuguesa; b) o da formação dos seus componentes; e, c) o de sua atuação na sociedade, no âmbito do salazarismo. No item “*Mocidade Portuguesa: discursos, fundação e organização deste órgão de juventude*”, deste capítulo, discutiremos as razões apontadas pelo regime para a criação de Mocidade Portuguesa. Conforme procuraremos destacar, não havia um consenso sobre a criação desta milícia juvenil. As discussões envolveram vários grupos: a União Nacional (UN), os militares, políticos e o próprio Salazar. Cada um visando os seus próprios interesses. Muito embora alguns destes grupos estivessem a serviço do governo, como foi o caso da União

²⁸⁴ KUIN, Simon. A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude. *Revista Análise Social*, vol. XXVIII (122), 1993 (3.º), p.555-588. p.555.

²⁸⁵ PORTUGAL. Decreto-Lei nº 26:611, 19 de maio de 1936. Regimento da Junta Nacional de Educação. *Diário do Governo*. Disponível em: <<https://dre.pt/application/file/362664>> Acesso em: 22 de janeiro de 2019.

²⁸⁶ DIÁRIO DO GOVERNO. Decreto-Lei n.º 1:941, 11 de abril de 1936. *Remodelação do Ministério da Instrução Pública*. Base XIII, p. 413. Disponível em: <<https://dre.pt/application/file/690288>> Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

Nacional, houve grande debate sobre a criação da Mocidade; sobre o tipo de educação a ser promovida para os jovens, em conformidade com o novo regime; e proposta de atuação na sociedade.

Um dos grupos centrais do debate foi a Igreja Católica portuguesa, representada por grupos leigos e pela sua hierarquia clerical. Neste caso, podemos acreditar que muitos buscavam realmente um bem comum, uma sociedade mais interessante para se viver, mas tantos outros lutaram em favor de interesses próprios e almejando uma parcela de participação na nova instituição. A Igreja pleiteava o retorno de sua participação no campo da educação e a reintrodução da instrução cristã nos currículos, além da introdução de adereços relacionados à fé católica, tais como: o crucifixo nas paredes das escolas; a participação dos jovens em eventos católicos; a instituição dos formadores morais nas escolas; etc.

No item intitulado “*’Estudar com Dúvida, Realizar com Fé’: a formação da Mocidade Portuguesa*”, veremos a proposta implementada pelo Estado Novo para a educação e formação dos futuros ‘jovens salazaristas’, particularmente, o tipo de instrução que deveria ser ofertada à juventude “aquartelada” no âmbito da Mocidade Portuguesa; o conteúdo disciplinar em torno de temas nacionais; e a instrução pré-militar.

Conforme veremos, a instrução dentro do órgão era dividida em cursos de formação militar, entre os quais destacamos: Caça I e II; Metralhadora I e II; dentre outros que seguem a mesma tônica de preparação militar. A proposta de formação dentro da política cultural do regime também oferecia cursos de formação musical que englobavam hinos patrióticos, como o Hino da Bandeira, o Hino da Mocidade Portuguesa e tantos outros; instrução para produção literária, cinematográfica e outras produções dentro das temáticas do novo nacionalismo. Além, obviamente, da instrução cristã e católica, considerando-se que o catolicismo era a religião oficial de Portugal e um dos pilares na construção do “homem novo”.

O terceiro item, “*’Por Salazar! Por Salazar!’: a atuação da juventude ao bem da Nação*”, tratará da atuação dos jovens da Mocidade Portuguesa no cotidiano da sociedade. No período, Oliveira Salazar previa uma possível participação de Portugal na Segunda Guerra. Neste sentido, demonstrava grande preocupação com a formação militar dos jovens estudantes da Mocidade, que deveriam ser preparados para defender a Nação e os seus valores, dentro e fora de Portugal, dizia Marcelo Caetano.²⁸⁷ Esta preocupação orientou a formação da Mocidade para o perfil de uma milícia, juntamente com a formação para atividades sociais e religiosas. No

²⁸⁷ CAETANO, Marcello. **Minhas memórias de Salazar**. Rio de Janeiro – RJ. Record, 1977.

perfil dos alunos também deveria entrar a formação para expedições às colônias portuguesas em África, através de uma educação colonial.

3.1. MOCIDADE PORTUGUESA: DISCURSOS, FUNDAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Portugal, historicamente, possui forte tradição de transformações do sistema educacional ligadas ao perfil dos governos. Nos tempos da Primeira República, conforme já destacamos, a educação era considerada a chave das transformações sociais e políticas, formando os professores e os alunos de acordo com as orientações políticas da República. Portanto, cada governo inseriu a educação no formato de sua ideologia, construindo um modelo educacional interligado aos projetos de nação. O Estado Novo não fugiu desta postura e a fortaleceu, dentro das determinações da reconstrução da formação da “alma do homem novo”.²⁸⁸

Com o Estado Novo, dizia-se que a missão da educação seria a criação de “uma nova elite, tecnicamente capaz de colaborar com a tarefa de regenerar o país e imbuída de um espírito nacionalista”²⁸⁹

que garantisse a devoção ao país e a obediência à sua liderança. A falta de elites habilitadas para gerir o Governo, as Forças Armadas, a administração colonial e a organização corporativa era não raras vezes referida como motivo do ritmo lento da reforma. Salazar chamava Portugal de ‘país de paupérrimas elites’.²⁹⁰

O recém-empossado ministro Carneiro Pacheco, em seu pronunciamento de posse, afirmou que “a Escola seria chamada à realidade da vida portuguesa, para poder criar homens que formem uma ‘élite’ no meio em que vivem”. O Ministro reafirmou que os jovens portugueses tinham uma formação deficitária e que teriam muito trabalho para reorientar a Educação do país. Para o Presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, era preciso

²⁸⁸ ROSAS, Fernando. “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”. *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, p.1031.

²⁸⁹ MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar**: Biografia Definitiva. São Paulo: Leya, 2011, p.170.

²⁹⁰ Idem.

criar uma elite política com habilidades técnicas para a “desenvoltura saudável da Revolução Nacional”.²⁹¹

O tema da “revolução nacional” era central nas entrevistas dadas por Oliveira Salazar à António Ferro. Para ele, a revolução passava pela “conquista do Estado, mas não era fator suficiente de renovação, nem por si só poderia garantir a estabilidade e o futuro da obra realizada. Essa haveria de firmar-se na ‘reforma da educação’, pois só pela educação alinhada conseguiriam a tão almejada ‘renovação das almas’”. Esta seria, na análise de Fernando Rosas, “a ideia mais forte e mais presente que atravessa, qual grande trave mestra, o conjunto dos diálogos com António Ferro. Aliás, uma das suas mais antigas e arraigadas convicções como político”. Para Salazar, “as revoluções só se realizariam verdadeiramente ‘quando a mentalidade dos povos, pacientemente educada, se transforma de facto’”.²⁹²

Também nos discursos em torno da construção da *União Nacional*, apresentada como “antipartido”²⁹³ do governo, destinada a agregar forças civis que apoiavam o novo regime, o tema da renovação pela educação estava presente. Em 30 de julho de 1930, o Governo português apresentou a *União Nacional* como um movimento de modificações na sociedade portuguesa, negando ser um partido político. Neste sentido, aglutinou apoiadores, religiosos, partidos e movimentos políticos, a fim de dar uma nova roupagem ao regime no âmbito da União Nacional. O projeto era um convite à participação mais ativa dos seus membros, que deveriam estar à serviço do Governo.

Formada a União Nacional

em 1933 uma nova Constituição proclamou Portugal uma ‘República unitária e corporativa’. [...] Restou uma Ditadura férrea do ‘Presidente do Conselho’, uma Assembleia Nacional ocupada pela União Nacional, em eleições não competitivas e de acesso limitado. Para evitar qualquer fuga de poderes, mesmo que por parte da Câmara dominada exclusivamente pelo partido governamental, consagrou-se a autonomia quase total do executivo. Na Presidência da República manteve-se o general Carmona, garantia dos interesses militares. Os serviços de censura eliminaram

²⁹¹ A ASSEMBLEIA NACIONAL RECORDOU O 7 DE FEVEREIRO e ocupou-se da reforma do Ministério da Instrução. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1936. p.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4749, Ano 15, sexta, 7 de fevereiro de 1936, Fundação Mário Soares/DRR – DocumentosRuellaRamos. Disponível em: <<https://bit.ly/2WqAGWX>> Acesso em: 29 de outubro de 2019.

²⁹² FERRO, António. **Entrevistas a Salazar**. Prefácio de Fernando Rosas. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2007, p. 43.

²⁹³ PINTO, António Costa (Coord.). **Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Dom Quixote, 2004. p.33.

qualquer ideia de conflito e viraram-se tanto para a oposição como, inicialmente, para a minoria fascista que teimava em desafiar o novo regime.²⁹⁴

Este seria o perfil central do que conhecemos por Salazarismo. Suas instituições política foram, portanto, definidas na Constituição de 1933. Uma Constituição que representava um compromisso com o republicanismo conservador, que congelou os princípios liberais e reforçou a dimensão autoritária e corporativa.²⁹⁵ É neste ambiente, que, em 1936, Salazar “autoriza a criação de uma milícia, a Legião Portuguesa, e criou também organizações de juventude e de mulheres, na dependência do Ministério da Educação”.²⁹⁶

O grupo de apoiadores deste novo Governo, membros da União Nacional, apoiaram a criação da Mocidade Portuguesa e atuaram para que saísse do papel. Como órgão do Estado Novo, a União Nacional passou a manobrar as decisões no espaço legislativo, conforme se percebe pelo relatório de José Luís Supico, de março de 1935, segundo o qual

a União Nacional teria como sua função principal ‘realizar a completa integração do povo português nos princípios gerais que constituem a base da ideologia política, social e nacional do Estado Novo, nacionalista e corporativo; e despertar sentimentos de elevado nacionalismo e apaixonada ambição de grandeza pátria e Fé nos seus destinos’.²⁹⁷

Com a Organização Nacional da Mocidade Portuguesa, no âmbito do Ministério da Educação, também se instituiu o Regimento da Junta Nacional da Educação, responsável por estudar os “problemas relativos à formação do carácter, ao ensino e à cultura do cidadão português, a par do desenvolvimento integral da sua capacidade física”. O órgão “deveria abranger toda a juventude escolar ou não, dos sete aos 17 anos, sendo a participação obrigatória para os alunos da escola primária e do 1.º Ciclo do Liceu”. Também ficou estabelecido que o tempo livre dos jovens deveriam ser utilizados para formação nacionalista.²⁹⁸

Os alunos ao largarem das escolas não retornariam de imediato para suas casas, pois os membros da Mocidade deveriam se apresentar nos centros de formação logo após as aulas.

²⁹⁴ PINTO, António Costa (Coord.). **Portugal Contemporâneo...**, op.cit., p.34-35.

²⁹⁵ Ibidem, p. 34.

²⁹⁶ Ibidem, p.35.

²⁹⁷ AOS CO PC 4ª, carta, Lisboa, julho de 1935, José Luís Supico a todas as comissões municipais da União Nacional. *Apud*: MENESES, Filipe Ribeiro de. op.cit., 2011, p.173.

²⁹⁸ HORTA, José Silverio Baia. **A mobilização da juventude da Itália (1922-1945), em Portugal (1936-1974) e no Brasil (1937-1945)**. UFAM, p.9. Disponível em: <<https://bit.ly/39qnmao>> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

Nestes centros, as atividades eram variadas, com temas nacionalistas, pré-militares e instrução social, política e religiosa, conforme veremos adiante.

Para ajustar as novas instituições, o Governo reordenou a administração central e os órgãos administrativos. Uma das modificações foi a mudança da nomenclatura e das competências que seriam desenvolvidas pelo Ministério da Instrução Pública, que passou a se chamar Ministério da Educação Nacional. No dia 20 de janeiro de 1936, o ministro Carneiro Pacheco tomou posse do cargo e, em discurso, declarou que estaria no ministério para realizar a “política do espírito” e, confiante do projeto que anunciava, afirmou que teria a satisfação de proclamar quando a obra estivesse realizada. Carneiro Pacheco chamou os pais, tutores e educadores para conhecer e colaborar com o novo projeto. Neste momento, afirmou-se que a escola “seria chamada à realidade portuguesa, para poder criar homens que formem uma elite no meio em que viviam”.²⁹⁹

No dia 11 de fevereiro de 1936, o *Diário de Lisboa* informou sobre a aprovação da “nova designação” do Ministério da Educação. Segundo a matéria, a Assembleia Nacional teria aprovado o novo projeto do “Ministério da Educação Nacional” que viria a tomar o lugar do Ministério da Instrução Pública. Na ocasião, a base que determinou a mudança do nome “foi aprovada por unanimidade”.³⁰⁰ No projeto continha a proposta para a fundação da Mocidade Portuguesa como órgão de juventude. Todavia, a aprovação do Decreto-Lei da Mocidade só veio dois meses após a instituição do novo ministério, mas cuidou de aprovar o perfil militar da organização juvenil. Isso em razão de o projeto de Mocidade já ter sido esboçado nos estatutos da União Nacional anunciando que “o Estado devia ‘promover, proteger e ajudar’ organizações destinadas a preparar a juventude do país para as suas responsabilidades militares”. Além desta pressão política, outros fatores influenciaram a criação da Mocidade Portuguesa, tais como o medo da falta de controle social, como enxergavam na Espanha.³⁰¹

²⁹⁹ O MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA passará a denominar-se Ministério da Educação Nacional? **Diário de Lisboa**. Lisboa, jan. 1936. p.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4732, Ano 15, segunda, 20 de janeiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <<https://bit.ly/2C17Tik>> Acesso em: 30 de outubro de 2019.

³⁰⁰ FOI APROVADA HOJE a nova designação de “Ministério da Educação Nacional”. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1936. p.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4753, Ano 15, terça, 11 de fevereiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27582> Acesso em: 30 de outubro de 2019.

³⁰¹ MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar, Biografia definitiva**. São Paulo, Leya, 2011, p.175.

Após diversas discussões a respeito da criação de Mocidade, coube a Carneiro Pacheco, então Ministro da Educação Nacional, criar o modelo que correspondesse à ideologia política do Estado Novo português.

Pela a *Lei n.º 1.941*, instituiu-se que:

será dada à mocidade portuguesa uma organização nacional e pré-militar, [...] responsável por estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria [...] em condições de poder concorrer eficazmente para a sua defesa e de tudo que envolvesse o país.³⁰²

Nas discussões da Assembleia Nacional, o Governo propôs organizar a Mocidade Portuguesa de modo a formar as novas gerações no “robustecimento e elevação de Portugal”, sempre regados ao “espírito de disciplina e energia, [...] do esforço físico ou moral que prestem praticamente na defesa da Nação”. Desta forma, determinava-se que “a Camara Corporativa julga de toda a oportunidade a iniciativa governamental que tende a ligar a inteligência, o coração e a vontade, a força e a acção de todas as novas gerações nacionais, no pleno esforço do engrandecimento patrio”.³⁰³

Em 07 de fevereiro de 1936, portanto, o *Diário de Lisboa* publicou trechos dos debates da Assembleia Nacional, destacando a fala do sr. Conego Correia Pinto que fez críticas ao sistema laico da República, em tom de apoio às novas determinações do Estado Novo, quanto à formação da juventude portuguesa que deveria se desviar da “barbárie e da aventura da República”³⁰⁴.

Não quero ir para a barbarie; não quero ir para a perdição. Quero continuar a ser civilizado e a viver na civilização. Uma civilização é uma moral, uma doutrina, uma cultura, uma história, uma experiencia, um ambiente, uma comunidade. E não podemos embarcar nos riscos duma aventura em que podemos jogar tudo por nada.³⁰⁵

³⁰² PORTUGAL. Lei n.º 1.941, 11 de abril de 1936. **Ministério da Instrução Pública**. Base XI, p.287.

³⁰³ A CAMARA CORPORATIVA deu parecer favorável à proposta do ministério da instrução. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1936. p.5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4747, Ano 15, quarta, 5 de fevereiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_2754> Acesso em: 02 de novembro de 2019.

³⁰⁴ A “ASSEMBLEIA NACIONAL” RECORDOU O 7 DE FEVEREIRO e ocupou-se da reforma do Ministério da Instrução. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1936. p.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4749, Ano 15, sexta, 7 de fevereiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27558> Acesso em: 02 de outubro de 2019.

³⁰⁵ Idem.

Na fala acalorada do religioso é perceptível o seu posicionamento contrário à doutrina do governo republicano laico anterior ao Estado Novo, assim como a pregação contra o inimigo eleito no século XX por governos autoritários de direita extrema, identificados no projeto do comunismo. O Conego ainda afirmou que “a instrução, desacompanhada da educação, leva ao caos”.³⁰⁶ Para ele, e outros representantes da Igreja Católica, a educação deveria estar empenhada em formar o caráter dos homens e mulheres, que cuidariam do futuro. Sendo urgente, em suas concepções, formar a mocidade do presente, que já estaria muito aquém da de outrora. Para os religiosos, a nova juventude deveria ser “forte, disciplinada e generosa, capaz de amar a sua terra e os seus semelhantes”.³⁰⁷

Pelos discursos católicos, alguns localizados na fala do Cônego citado, os exemplos de escolas laicas da França e da Espanha mostravam a necessidade de “acertar o passo com o mundo civilizado”, que para ele seria aquele com disciplina, amor a Deus e à Pátria. Os modelos a serem seguidos estariam nos países em que “existe Cristo na escola”. Neste trecho de sua fala, o Cônego destacou a Inglaterra, a Itália e o Canadá, onde o ensino religioso era obrigatório.³⁰⁸ Lembrando aqui que os discursos católicos ganharam nova dinâmica de circularidade e sentido no regime salazarista. Salazar era ex-líder do Centro Católico e mantinha alianças muito próximas com a Igreja Católica e com a Santa Sé, intermediadas pelo Cardeal Cerejeira.

Portanto, o momento representava o retorno das relações da Igreja com o Estado, estando o tema do ensino religioso obrigatório nas escolas portuguesas entre as prioridades do regime. O próprio Salazar teve formação religiosa em sua juventude, considerando a experiência positiva e parte de seu caráter e personalidade. Para compreender melhor o perfil de Oliveira Salazar e, portanto, também o perfil do Chefe do salazarismo, é importante considerar que

Oliveira Salazar foi educado num meio católico tradicionalista e faria o fundamental da sua formação intelectual e política antes da I Guerra Mundial. Frequentou um seminário, mas abandonou o seu caminho eclesiástico para ir estudar direito na

³⁰⁶ A “ASSEMBLEIA NACIONAL” RECORDOU O 7 DE FEVEREIRO e ocupou-se da reforma do Ministério da Instrução. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1936. p.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4749, Ano 15, sexta, 7 de fevereiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27558> Acesso em: 02 de outubro de 2019.

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ Ibidem.

Universidade de Coimbra [...] seria dirigente da mais conhecida associação estudantil católica de Coimbra, o CADC (Centro Acadêmico da Democracia Cristã).³⁰⁹

O perfil do Chefe do novo regime seria a base de orientação para o novo Ministério da Educação e, conseqüentemente, definidor das mudanças na educação dos jovens portugueses. Pela *Lei n.º 1.941*, publicada pelo ‘*Diário do Governo* no dia 19 de maio de 1936’³¹⁰ e pelo *Decreto-Lei n.º 26.611*, o governo tornou pública as mudanças no Ministério da Educação Nacional, modificando as suas competências. No texto foram dispostas algumas das bases que fundamentaram a Mocidade Portuguesa:

É instituída, em cumprimento da base XI da lei n.º 1941, a organização nacional denominada Mocidade Portuguesa (M.P.), que abrangerá toda a juventude, escolar ou não, e se destina a estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar.³¹¹

O Regulamento da Organização Nacional Mocidade Portuguesa, que data de 4 de dezembro de 1936, postulou em seu Art. 5.º, que “todos os portugueses deveriam participar deste órgão ‘obrigatoriamente’”. Além disto, a lei de 11 de abril do mesmo ano, instituiu que a “Mocidade Portuguesa cultivará nos seus filiados a educação cristã tradicional [...] e em caso algum admitirá nas suas fileiras um indivíduo sem religião”.³¹² Ainda segundo o *Decreto*, a Mocidade Portuguesa deveria atingir todos os jovens, ‘visando um desenvolvimento integral – carácter e capacidade física – tornando-os aptos para o dever militar e civil, propondo uma formação do jovem em tempo integral’. O próprio Oliveira Salazar afirmava que “os jovens deveriam receber formação integral em tempo integral”.³¹³

Pelas leis e decretos, a Mocidade estudantil receberia “uniforme, bandeira, hino e estrutura nacional”. Os oficiais do Exército desempenhariam um papel de relevo na

³⁰⁹ PINTO, António Costa (Coord.). **Portugal Contemporâneo...**, op.cit., p.36.

³¹⁰ A FOLHA OFICIAL. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mai. 1936. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4849, Ano 16, Terça, 19 de Maio de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27555> Acesso em: 02 de outubro de 2019.

³¹¹ Cf. PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 26.611, 19 de maio de 1936. **Regimento da Junta Nacional de Educação**. Título V, Disposições Gerais, Art. 40º, p.545 – É a lei que estabelece o Regimento da Junta Nacional da Educação – 11 de abril de 1936, e que foi assinado pelo Ministério da Educação Nacional, por António Faria Carneiro Pacheco, bem como estabelecia todas as instituições responsáveis pela Educação Nacional e o que este modelo educacional deveria conter. Disponível em: <<https://dre.pt/application/file/362664>> Acesso em: 22 de janeiro de 2019.

³¹² CARVALHO, Rómulo. **História do Ensino de Portugal**: desde a Fundação da Nacionalidade até o Fim do Regime Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986. p.756.

³¹³ MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar**: Biografia Definitiva. São Paulo, Leya, 2011, p.176.

administração do órgão e na institucionalização da disciplina. Este acompanhamento de “um oficial superior do exército ou da armada”, e também de um membro da Legião Portuguesa, ajudaria a dar corpo e rosto de milícia à Mocidade, garantindo a ordem e formação nos moldes militares defendidos por Oliveira Salazar e pelo novo regime.³¹⁴ Dentro de Mocidade os jovens eram separados por grupos para receber designações similares às patentes militares, variando de acordo com a idade dos membros:

[...] dos 7 aos 10 chamar-se-ão ‘lusitos’; dos 10 aos 14, ‘infantes’; dos 14 aos 17, ‘vanguardistas’; dos 17 em diante, até 26, ‘cadetes’. Estes últimos constituirão a milícia da Mocidade Portuguesa e serão comandados, na sua atividade pré-militar, por um oficial superior do exército ou da armada (art.º 9.º).³¹⁵

Na mesma lei, estão dispostos os cargos administrativos e as regras básicas de organização e de funcionamento do órgão. O *Art. 41.º* afirma que “o comando geral da milícia constituída pela M.P. será confiado a um oficial superior do exército ou da armada, nomeado pelo Presidente do Conselho e a todo o tempo substituível”.³¹⁶ Conforme se pode perceber, a escolha era uma deliberação própria do Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, a quem caberia a exoneração deste oficial a qualquer momento. Este dispositivo de viés centralizador e autoritário, sob o comando de Salazar, garantiria uma segurança jurídica e política para o Governo que poderia, livremente, trocar os membros sem muitas justificativa ao público. As exonerações poderiam ocorrer desde por motivos administrativos até por motivos políticos, o que não era incomum no perfil do novo Governo de bases e práticas autoritárias. Este dispositivo seria utilizado para garantir nomes que estivessem bem alinhados com a ideologia política do Regime salazarista.

Para complementar e garantir o desempenho deste órgão no tocante à vigilância das ações, bem como das questões administrativas que envolviam a MP, como: formação de comissões, contratação de pessoal e produção e envio de documentos e relatórios ao Presidente do Conselho; foi criado o Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa:

Art. 42.º - É criado no Ministério da Educação Nacional o Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa, órgão destinado a dirigi-la superiormente, por delegação do Ministério.

³¹⁴ MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar: Biografia Definitiva**. São Paulo, Leya, 2011, p.176.

³¹⁵ CARVALHO, Rómulo. op.cit., p.756.

³¹⁶ Idem.

§ 1.º - O Commissariado Nacional da M.P. é constituído pelo secretário geral do Ministério e por quatro comissários adjuntos, de função gratuita, livremente nomeados pelo Ministro e a todo tempo substituíveis.

§ 2.º - Para a responsabilidade da execução permanente e para a publicação do *Boletim Oficial* do Commissariado é criado o lugar de secretário-inspetor da M.P. e a nomeação deve recair em pessoa que, na vida escolar, haja demonstrado possuir atividade organizadora e, na vida pública, haja dado provas de plena posse de espírito da Revolução Nacional.

§ 3.º - Aos membros do Commissariado Nacional da M.P. e ao secretário-inspetor serão abonadas despesas de transporte e ajudas de custo quando em serviço se ausentarem da sua residência e não lhes serão contadas, para efeito algum, as faltas que a outro serviço derem por aquele motivo.³¹⁷

As funções destinadas ao Commissariado eram gratuitas, seus membros teriam suas faltas abonadas em outros serviços quando estivessem realizando atividades do Commissariado. Além disto, em serviço, o Governo daria aporte financeiro para custear as despesas com transporte. Marcelo Caetano, que assumiu o Governo de Portugal mediante o afastamento de Oliveira Salazar, em 1968, por motivos de doença, também trabalhou, gratuitamente, como comissário da MP, afirmando que o trabalho era gratuito justamente para ser feito exclusivamente por amor e para cumprir seu dever com a Pátria.

Conforme o estabelecido em lei, funcionários do Commissariado não recebiam qualquer tipo de vencimento pelas atividades prestadas, atuando apenas por amor ao país. Para além do discurso, estas práticas funcionaram de maneira pedagógica, pois, através do exemplo que ele (Marcelo Caetano) e o alto escalão do funcionalismo público, estariam apresentando à sociedade portuguesa um modelo a ser seguido por todos. Chamavam os cidadãos portugueses a se doarem pelo país. Apesar disso, as funções do Commissariado não eram destinadas a qualquer cidadão, estes deveriam seguir uma série de pré-requisitos, tais como: ter bom histórico escolar e gozar de um espírito pátrio e alinhado com a Revolução Nacional.³¹⁸

³¹⁷ PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 26.611, 19 de maio de 1936. **Regimento da Junta Nacional de Educação.** Título V, Disposições Gerais, Art. 40º, p.545. Disponível em: <<https://dre.pt/application/file/362664>> Acesso em: 22 de janeiro de 2019, p.545-546.

³¹⁸ Idem.

Outra figura representativa do projeto educacional da Mocidade foi Carneiro Pacheco, que após assumir o Ministério da Educação Nacional foi enaltecido em editorial do jornal *Diário de Lisboa*, originalmente publicado no dia 14 de fevereiro de 1936.

Segundo o texto:

O sr. dr. Carneiro Pacheco, que se mostra possuído dum audaz zêlo reformador, bem acentuado nos seus últimos discursos, não é homem para se adormecer com um simples êxito de onomástica. Ninguém melhor do que ele se encontra em condições de atacar o problema da 'formação e cultura da mocidade', de maneira que o espírito não seja sacrificado nem à retórica nem à imitação servil do estrangeiro.³¹⁹

A matéria do jornal foi comentada e agradecida pelo ministro Carneiro Pacheco por meio de um texto publicado, no mesmo jornal, na edição matutina do domingo, dois dias depois. Após as palavras do Ministro, o jornalista escreveu que o ministro “teve a amabilidade, que agradecemos, de nos deixar o seu cartão de cumprimentos”.³²⁰ Episódios semelhantes ocorreram durante o nosso recorte temporal estabelecido para este trabalho, pois o Governo, de certa forma, buscou uma aproximação tanto das elites, dos intelectuais e jornalistas, quanto dos demais cidadãos e das famílias portuguesas.

O Governo investiu numa forte propaganda do projeto educacional do novo regime, buscando garantir uma maior adesão e simpatia dos cidadãos através do que conseguiam publicar na imprensa. Frente à censura, é importante considerar que circulavam apenas as matérias e jornais que os apoiava. De igual maneira, só podiam se pronunciar políticos e apoiadores que estivessem dispostos a emitir palavras elogiosas aos novos líderes. Um exemplo disto foi Luiz Moreira de Almeida que, na sessão da Câmara do dia 10 de fevereiro de 1936, começou o seu discurso dirigindo saudações ao ministro Carneiro Pacheco, afirmando que a sua posse no Ministério “fez nascer grandes esperanças” em várias camadas e espaços da sociedade portuguesa.³²¹ Salazar e os políticos apoiadores propagavam crença no trabalho do

³¹⁹ PROBLEMAS DE NOSSO TEMPO. *Diário de Lisboa*. Lisboa, fev. 1936. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4756, Ano 15, sexta, 14 de fevereiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27273> Acesso em: 14 de dezembro de 2018.

³²⁰ DR. CARNEIRO PACHECO. *Diário de Lisboa*. p.3. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4758, Ano 15, domingo, 16 de fevereiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27281> Acesso em: 14 de dezembro de 2018.

³²¹ PROSEGUIU HOJE A APRECIACÃO DA REFORMA DO MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO. *Diário de Lisboa*. Lisboa, fev. 1936. p.5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4752, Ano 15, segunda, 10 de fevereiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27578> Acesso em: 12 de fevereiro de 2019.

Ministro da Educação, representado como o homem que levaria a Mocidade a cumprir o seu papel na construção do “homem novo” e no resgate da alta cultura da nação.

No editorial “Juventude”, publicado no dia 9 de junho de 1936, o *Diário de Lisboa* apresentou o seu diagnóstico sobre os jovens portugueses, afirmando que a juventude não estaria disposta a “viver passivamente, à beira dos acontecimentos”. Pelo contrário, o jornal acreditava que “os jovens desejavam colaborar ativamente com inteligência [...] e força pelo engrandecimento da Nação”. Pelos editoriais dos jornais que passavam pela censura, percebe-se a propaganda e o apoio ao projeto de educação da juventude. Neste editorial, também afirmou-se que “o papel da juventude, que sempre esteve ligada aos movimentos revolucionários, enquanto os mais velhos preocupavam-se em conservar os valores e repassá-los. E isto representava o equilíbrio necessário para o progresso, equalizando o que se realizou e o que vai realizar-se”. Como se pode perceber, a imprensa portuguesa autorizada corroborou com os discursos do Estado, apoiando o tipo de instrução com base na formação escolar e militar, preparação para a Revolução Nacional e defesa da Pátria, que deveria ser fornecida aos jovens.³²²

É importante mencionar que este modelo de grupo escolar não foi exatamente inovador, a Mocidade foi inspirada em outros grupos portugueses que arregimentou jovens com fins específicos. Um exemplo foi a Junta Escolar do Integralismo Lusitano de Lisboa, que nasceu em 1929, enquanto núcleo de estudantes que queriam servir o país. A diferença é que esta organização atuava de maneira independente do Governo. Outro exemplo de grupo anterior à Mocidade foram os Camisas Azuis, do Nacional-Sindicalismo de Rolão Preto. Por serem anteriores ao regime salazarista, é importante considerar o tipo de influência que estes grupos proporcionaram à criação de Mocidade Portuguesa. Com MP, o Governo tinha esperança de arrebanhar o grupo comandado por Rolão Preto.³²³ O próprio Marcelo Caetano tinha vindo das fileiras do Integralismo Lusitano.³²⁴

Filipe Ribeiro de Meneses, em sua biografia de Salazar, também destaca as preocupações de Oliveira Salazar com o grupo liderado por Rolão Preto. Isto porque este grupo de extrema-direita foi “oriundo de setores aceitáveis da ditadura militar e que gozava de algum

³²² JUVENTUDE. *Diário de Lisboa*. Lisboa, jun. 1936. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4870, Ano 16, terça, 9 de junho de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <<https://bit.ly/32lfVx4>> Acesso em: 18 de dezembro de 2018.

³²³ PINTO, António Costa. *Os Camisas-Azuis: Rolão Preto e o fascismo em Portugal*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Recife: EDUPE, 2016. p.219-221.

³²⁴ *Ibidem*, p.115.

apoio no Exército, especialmente entre os oficiais subalternos, além de jovens nacionalistas”. Este grupo andava descontente com os rumos que tomava o governo Salazar, mas o Presidente do Conselho não podia agir abertamente contra os Camisas Azuis, devido as ligações com os setores militares que este grupo tinha.³²⁵

O cenário de ascensão das extremas direitas na Europa acabou reverberando em Portugal. Além dos Camisas Azuis, grupos ligados à Igreja Católica portuguesa e aos leigos também influenciaram na fundação da M.P. e, particularmente, grupos estrangeiros que propagavam suas ideias em Portugal. Países como a Itália e a Alemanha são exemplos de nações que também tiveram organizações e milícias formadas por jovens.

Outro grupo que antecedeu a M.P. foi a Acção Escolar Vanguarda, criada em 1933, sob as orientações de Oliveira Salazar, e que podemos classificar como predecessora da M.P., pois, já integrava uma proposta de enfraquecer e eliminar os grupos oposicionistas do Governo:

Salazar para fazer frente aos nacionais-sindicalistas não assentava logo na repressão pura e simples do movimento. Como passo preliminar, foi preciso enfraquece-lo, roubando-lhe o seu apoio estudantil. Para esse fim, os estudantes nacionalistas foram enquadrados na Acção Escolar Vanguarda, fundada em finais de 1933. A Acção Escolar Vanguarda foi desde o início patrocinada e controlada pelo Secretariado da Propaganda Nacional, igualmente criado em 1933 para doutrinar a opinião pública com a ideologia conservadora do regime.³²⁶

A criação da Acção Escolar Vanguarda (AEV) foi apenas um subterfúgio utilizado, na conjuntura política dos anos 1933, para desmanchar, aos poucos, as oposições políticas juvenis que poderiam, futuramente, apresentar problemas ao Estado Novo. Por mais que o número de voluntários da AEV não tenha sido muito expressivo, alguns dados apontam que o órgão contou com 2000 membros nos primeiros meses de sua existência, sofrendo uma queda até mais ou menos 1000 membros, em maio do ano seguinte (1934), mas chegando ao seu fim logo depois em 1935. Estas informações chegaram aos ouvidos do ditador que já considerava encerrar as atividades dos vanguardistas e criar em seu lugar um organismo mais consistente e legitimado pelo regime, com apoio institucional dos serviços de propaganda do Estado e repasse de verbas, já que a anterior teria falhado por ausência destes apoios.³²⁷

³²⁵ MENESES, Filipe Ribeiro de. op.cit., p.165.

³²⁶ Idem.

³²⁷ Idem.

A ideia tomou força após a viagem à Alemanha de António de Almodôvar, então presidente da AEV, gabaritando que a Acção Escolar Vanguarda não tinha mais razão de existir. Entretanto, foi na publicação do semanário *Avante!* de 6 de janeiro de 1936 que chegou ao grande público a informação de que as atividades da AEV estavam encerradas. Após o encerramento, ainda no Ministério da Instrução Pública, foram debatidas várias propostas de grupos que promovessem a moralização e formação nacionalista da juventude ocupando o lugar da AEV:

Na vigência do Ministério de Cordeiro Ramos foi apresentado um projeto, datável entre 21 de Outubro de 1931 e 5 de Julho de 1932, para a criação da Liga Nacional Mocidade Portuguesa, uma organização de carácter voluntário, 'isenta de partidarismos, acatadora dos poderes constituídos, obrigada a amar a paz e a tranquilidade, inibida de participar em lutas contra quaisquer facções, seitas ou grupos subversivos, podendo e devendo, porém, fazer demonstrações públicas de carácter pedagógico e patriótico'. O projecto de lei de Cordeiro Ramos, precursor do decreto-lei da autoria de Carneiro Pacheco que iria instaurar a Organização Nacional Mocidade Portuguesa, era um projecto moderado, sem as conotações totalitárias de inscrição obrigatória do último; todavia Salazar não concordou e o projecto ficou sem efeito. O escopo proposto em 1931 e 1932 de agrupamento juvenil era moderado ao que pretendia Salazar e isto afirma-se ao lermos o *Decreto-Lei n.º 26.611* que instituiu a Mocidade Portuguesa, traduzindo em um projeto mais arrojado e ambicioso que foi impulsionado ainda mais com o fim da AEV.³²⁸

Da Alemanha nazista, também chegavam informes de um órgão de juventude contemporâneo à Mocidade Portuguesa e que, de certa forma, também teria influenciado Salazar, pelas tantas propagandas da *Juventude Hitlerista* que circulavam na Revista *A Esfera*, sob a direção de Alfredo Pimenta. A revista era de publicação portuguesa, mas tinha forte influência nazista. Além disto, este periódico também era um veículo de propaganda da MP, conforme se vê na capa da edição de número 11 e n. 28, de 1940:³²⁹

³²⁸ KUIN, Simon. A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude. *Revista Análise Social*, vol. XXVIII (122), 1993 (3º), p.562.

³²⁹ *A ESFERA*, Revista de Actualidades Internacionais. N.11, Lisboa, 05 de dezembro de 1940.



Fonte: Revista **A Esfera**. n. 11, 1940. Documento fotografado do Arquivo da Hemeroteca de Lisboa.



Fonte: Revista **A Esfera**. n. 28, 1941. Documento fotografado do Arquivo da Hemeroteca de Lisboa.

Como pode ser observado a partir da leitura das imagens, as estruturas de ambas as juventudes eram muito semelhantes, apesar de possuírem crenças e práticas por vezes muito distintas. Contudo, não há dúvidas da influência que as organizações das juventudes hitleristas também serviram de grupos de influência na consolidação de M.P.

Uma especificidade de Portugal era a relação do Estado com a Igreja. A Mocidade de Portugal era sumariamente católica e foram formados para defender estes valores como fundamentais a formação do homem português e da Pátria, já a juventude alemã acreditava que os jovens católicos equivaliam a traidores do país, isto se referindo obviamente aos jovens católicos alemães. O “vigoroso anti-clericalismo, apoiado na fidelidade feroz ao Estado, é uma das características psicológicas fundamentais da juventude do III Reich”³³⁰, mas, aparentemente, estas divergências não atrapalharam essa “ligação” entre as juventudes dos dois países.

Esta era uma das características que separavam profundamente Portugal da Alemanha. Mocidade Portuguesa era fiel ao Estado Novo, que mantinha fortes relações com a Igreja, compreendendo que estas duas esferas andavam juntas. Inclusive, a Mocidade teve a “presença de padres no quadro de dirigentes”³³¹, trabalhando pela aproximação do órgão com os valores cristãos, além dos formadores católicos que estiveram presentes nas escolas e nos centros de formação da M.P. Ainda sobre isto, a Igreja, justamente por estas divergências ideológicas entre os grupos, fez pressão ao Governo na tentativa de evitar e extinguir os contatos com a *Hitlerjugend*.

No caso de Portugal, um dos órgãos de forte orientação para a M.P. foi a *Legião Portuguesa*, criada também em 1936. Diferentemente da Mocidade, a Legião aglutinou filiados de todos os seguimentos da sociedade portuguesa: políticos, cidadãos comuns e militares passaram a integrar Legião. O Estado, contudo, não quis puramente aglomerar jovens portugueses em um grupo e esperar deles a força que ajudaria a transformar a sociedade portuguesas. E por isto, determinou uma série de temas e tópicos que deveriam fazer parte do currículo da formação destes jovens da M.P. Pelas determinações de Salazar, eles deveriam ser

³³⁰ O TERCEIRO REICH – A mocidade alemã considera a guerra um prazer e um desporto. **Diário de Lisboa**. P. 4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4865, Ano 16, Quinta, 4 de junho de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27778> Acesso em: 16 de janeiro de 2020.

³³¹ KUIN, Simon. op.cit., p.588.

sociabilizados politicamente, conforme a ideologia dominante. E, a partir disto, “amar de toda a força a sua Pátria e a Deus e defende-os contra os inimigos que foram estabelecidos”.³³²

3.2 - A FORMAÇÃO DA MOCIDADE PORTUGUESA: “ESTUDAR COM DÚVIDA, REALIZAR COM FÉ”

Vindo de um ambiente acadêmico católico, Salazar afirmava ser avesso às questões políticas e ao poder, trabalhando quase que exclusivamente na defesa da formação e da educação da sociedade no âmbito do cristianismo. Seus discursos acadêmicos na Universidade de Coimbra já indicavam posicionamentos relacionando a política com a religião, conforme destaca Meneses, ao citar os textos de Oliveira Salazar publicados n’*O Imparcial*³³³. Salazar discursava sobre questões morais e tecia críticas ao regime republicano em matérias publicadas no periódico acadêmico. Título como o “Portugal governado pelos republicanos” serve de exemplo para entendermos os temas que debatia no jornal.

Seu perfil de professor, político e católico tiveram grande influência na orientação do projeto educacional da juventude durante o Estado Novo. Tornando-se um dos doutrinadores da política cultural educativa da sociedade portuguesa, ele procurou legitimar-se perante as classes sociais conservadoras e tradicionais. De acordo com os seus discursos, a finalidade era de construir um projeto de formação do “homem novo” e, para isto, o Estado deveria valer-se da educação para moldar os portugueses neste sistema de valores tradicionais e nacionalistas, com apoio da Igreja Católica portuguesa.

Simon Kuin chamou este processo de inculcação ideológica da juventude, através do qual pretendia construir a “sociabilização política” dos jovens, por meio de uma transmissão cultural que utilizou as escolas controladas pelo regime salazarista; de acordo com os seus preceitos do Estado Novo, tornando os jovens atores ativos na vida política da sociedade.³³⁴

³³² KUIN, Simon. op.cit., p.588.

³³³ O jornal acadêmico *O Imparcial* foi fundado por Manuel Cerejeira, na Universidade de Coimbra, com intuito de criticar o anticlericalismo presente na universidade. Além disto, trabalhava em defesa da religião e da monarquia portuguesa que se manteve sempre fiel à Igreja Católica e à Fé cristã. Foi neste jornal onde Salazar começou a sua atuação política, importante para conhecermos um pouco mais das suas origens de pensamento. Cf. MENESES, Filipe Ribeiro de, op.cit., p.47.

³³⁴ KUIN, Simon. op.cit., p.555.

A educação assumiu a função de instrumento da “tecnologia social”. De acordo com Kuin, este modelo era uma continuidade do papel da educação da I República portuguesa que, diferentemente do Estado Novo, montou seu projeto de educação sobre pilares do laicismo e anticlericalismo.³³⁵

Outra preocupação do governo era garantir o preparo dos jovens do país para as suas responsabilidades de preservação dos valores tradicionais e militares assumidos pelo regime, evitando, de certa forma, aproximações dos jovens com as ideias revolucionárias bolchevistas. Semelhante a atuação do FNAT, visto que este órgão promovia lazer e entretenimento para os trabalhadores, de maneira a minar o ócio que poderia desencadear desrespeito à família e possíveis aproximações com as atividades ditas subversivas.³³⁶

No âmbito da preocupação religiosa e militar é que o regime estruturou de forma centralizada e burocrática a M.P., de modo a manter o controle da formação dos jovens aliando a fé em Deus e na Pátria. A meta central era supervisionar e reforçar a formação dos jovens dentro das determinações impostas pelos novos decretos da educação portuguesa. Para contribuir com o órgão, também foi criada, em 1936, a *Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN)*. Isto porque compreendia-se que o maior ambiente de “sociabilização política” do jovem era a sua própria casa e sua família. A ideia era o regime adentrar na estrutura familiar, controlar e vigiar todos os membros, além de promover capacitação adequada para as mães agirem na formação dos filhos, em conjunto com o trabalho das escolas e professores do Estado Novo. Os boletins da Mocidade Portuguesa Feminina, responsável pela formação das meninas e moças portuguesas, estava intimamente ligada à OMEN, que contribuía para a administração, supervisão das atividades e produção de materiais e cursos destinados às jovens da Mocidade Feminina.³³⁷

Judith Teixeira, autora do texto publicado na coluna de “Temas Educativos” do *Diário de Lisboa*, legitimava a ação reafirmando que o Estado deveria trabalhar em conjunto com a família portuguesa, respeitando-as, amparando-as, protegendo-as e ajudando-as na educação dos jovens.³³⁸

³³⁵ KUIN, Simon. op.cit., p.555-556.

³³⁶ PIMENTEL, Irene Flunser. **História das Organizações Femininas do Estado Novo**. Lisboa: Temas e Debates, 2001. p.73-79.

³³⁷ KUIN, Simon. op.cit., p.555-556.

³³⁸ TEIXEIRA, Judith. Formar Homens. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mar. 1938. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5488, Ano 17, Quinta, 3 de março de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos. Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26884> Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

Ela afirmava ainda que

o fim da família não é dar escravos ao Estado, mas sim formar homens capazes de defenderem a liberdade da sua consciencia. A família primeiro, depois o Estado. Se a família não foi bem constituída e moralmente bem organizada não poderá ser útil ao Estado. Viciada pela anarquia do seu ambiente, onde não aprendeu respeito, obediencia, consideração, amor, devoção, etc., não tendo estes sentimentos vinculados no seu caracter como os poderá dar ou transmitir aos outros?³³⁹

A propaganda do Estado Novo publicava vários anúncios de jornais sobre os cuidados do regime com a família. Falava-se sobre a necessidade de o Estado amparar melhor as famílias e dar aparato para cumprirem o seu papel na formação do cidadão português. A matéria que foi publicada em 3 de março de 1938, por exemplo, dois anos após a criação do OMEN, é um exemplo da nova posição do regime na capacitação das famílias e, sobretudo, das mães portuguesas. Alertava as famílias para a necessidade de uma presença maior do Estado na vida delas para que então pudessem desenvolver bem a sua função social, conforme também demonstram os estudos de Irene Pimentel.³⁴⁰

De acordo com a matéria publicada por Judith Teixeira, por meio do Estado as famílias receberiam o apoio financeiro e estrutural necessários, para que fossem capazes de sanear as mentalidades, aplicando o novo sistema de valores que vieram para extinguir “os vícios e aberrações morais”.³⁴¹ É conhecido o fato de que o Executivo liberava vultuosas quantias para a propaganda executada e que tomava corpo através do SPN (Secretariado de Propaganda Nacional). Todavia, somente estas medidas não eram satisfatórias. Para atingir o objetivo de criar uma mentalidade nova deveriam incentivar e proporcionar uma ação integrada entre o Estado, as escolas e a família. Ainda segundo ela, não adiantaria todo o investimento financeiro na construção de escolas mais modernas, bem como o dispêndio de energia e de amor, o trabalho árduo e carinhoso dos professores se “a criança, ao regressar a casa, encontrar anarquia, vícios [...] desconforto moral”.³⁴²

³³⁹ TEIXEIRA, Judith. Formar Homens. **Diário de Lisboa**..., op.cit.

³⁴⁰ PIMENTEL, Irene Flunser. **História das Organizações Femininas do Estado Novo**..., op.cit.

³⁴¹ Idem.

³⁴² TEIXEIRA, Judith. Formar Homens. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mar. 1938. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5488, Ano 17, Quinta, 3 de março de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos. Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26884> Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

Neste contexto, a família era vista como “o bom alicerce, a raiz sagrada e frutificadora da humanidade. Nela nascem e se santificam todos os sentimentos afectivos, piedosos”,³⁴³ daí sua integração ao projeto do Estado Novo. Outros membros da sociedade passaram a apoiar o projeto de integração da família com a escola. Desta forma, a escola se tornou “uma instituição complementar da família”, onde professores e pais deveriam estar comprometidos com a nova proposta de formação da juventude portuguesa.

E não apenas as famílias, mas os professores também deveriam ser integrados e orientados dentro do novo projeto educacional do Estado Novo. Era preciso que o Governo atuasse para “educar os educadores”,³⁴⁴ que também estavam no âmbito das famílias:

Para formar caracteres livres e responsáveis, criar no homem uma individualidade forte, dominadora dos seus vícios e tendências atávicas, dar-lhe uma saúde moral, viril e criadora é preciso uma obra verdadeiramente revolucionária que só o Estado poder fazer: educar os educadores.³⁴⁵

A Obra das Mães pela Educação Nacional atuava na preparação dos pais, mas sempre integrada à preparação dos professores. Outros grupos eram incorporados para contribuir com os trabalhos. Com o passar dos anos, a presidente da Obra, sra. condessa de Rilvas, convocou os seus membros e a imprensa para divulgar uma expansão do órgão que passaria a trabalhar com assistência social, principalmente, às mães e às futuras mães, com assistência pré-natal, bem como com assistência à primeira infância de seus filhos. Este trabalho foi pensado e desenvolvido no sentido de “garantir o futuro das famílias, dando boas condições para o desenvolvimento das faculdades mentais e para garantir a boa instrução dos pequenos”.³⁴⁶

Desta forma, foi se moldando a composição de Mocidade Portuguesa que, como já dissemos, vem de outras inspirações. Os modelos da *Balila* na Itália de Mussolini, e a *Hitlerjugend* na Alemanha nazista, são exemplos disto. E as semelhanças eram tantas que Kuin afirmou, em seu texto, que chegaram aos ouvidos dos governos alemão e italiano que pediram informações sobre a política e atuação da Mocidade.³⁴⁷ E este não foi um fato isolado, mais tarde, passaram a ser veiculadas revistas como *A Esfera*, de conteúdo nazista, que já

³⁴³ TEIXEIRA, Judith. Formar Homens. **Diário de Lisboa**..., op.cit.

³⁴⁴ Idem.

³⁴⁵ Idem.

³⁴⁶ A OBRA DAS MÃES PELA EDUCAÇÃO NACIONAL. **Diário de Lisboa**. Lisboa, jun. 1938. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5604, Ano 18, terça, 28 de junho de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27375> Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

³⁴⁷ KUIN, Simon, op.cit., p.569.

exemplificamos no item acima, sendo destinada à propaganda da juventude salazarista com a proposta de fazer intercâmbio de informações entre os grupos e a sociedade.³⁴⁸

A criação da Mocidade contou, principalmente, com membros da Igreja Católica portuguesa. Neste caso em específico, os líderes católicos esperavam com este apoio dado ao Governo receber em troca a força necessária para se reerguer no país, na direção do fortalecimento da Igreja Católica, das suas práticas e da sua influência dentro da sociedade portuguesa. Apesar de não ter sido um apoio incondicional aos mandos do Governo, a Igreja colocou-se ao lado do Estado Novo salazarista em busca da oportunidade para seguir com a “re Cristianização da sociedade” e contou com um pilar importante, a Mocidade.³⁴⁹

Alguns setores dos militares também compartilhavam de interesses sobre a formação pré-militar dos jovens. Com isto garantiriam a ordem e a disciplina. A influência dos militares também pode ser vista nos fardamentos utilizados pelos jovens da Mocidade que eram bem similares aos das Forças Armadas, nos símbolos e patentes estabelecidas. Sobre a participação da Armada e da instrução militar, Franco Nogueira acreditava que:

[...] ‘a origem militar da ditadura portuguesa há-de dar sempre à nossa revolução uma característica especial’. Há que formar uma consciência nacional, sem a qual e contra a qual se não pode governar; e há que ter sempre em atenção o interesse nacional. Para a realização deste há que ‘estudar com dúvida e realizar com fé’. Neste plano, a educação é fundamental, servida por uma vontade forte, e a obra a efectuar ‘tem de partir dum acto de fé na Pátria portuguesa e inspirar-se num são nacionalismo’. Não em estilo fascista, porque este ‘toca um tudo nada pelo ridículo’ com ‘jovens de pouca idade a imitar o andar forte, o sobrecenho carregado, a expressão dura, o olhar sobranceiro, o ar de desafio e de plena posse de si com que Mussolini comanda as massas italianas’. Mas mentalidade nova como forma de encarar o futuro de Portugal (...).³⁵⁰

De acordo com estas palavras, Franco Nogueira também defendeu uma educação centrada no patriotismo de origem militar do Governo como caminho necessário para tudo o que almejavam como sociedade. Para ele, era necessário ter fé na Pátria, o que não exclui a

³⁴⁸ CARDOSO, Débora Marina Canhoto. **Imagem e Propaganda em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial**. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, 2014. 150p. Dissertação (Mestrado em História) – História Moderna e Contemporânea – especialidade em Cidades e Patrimônios.

³⁴⁹ MOURA, Carlos André Silva de. **Histórias Cruzadas: debates intelectuais no Brasil e em Portugal durante o movimento de Restauração Católica (1910 – 1942)**. Lisboa: Editora do ICS, 2015. p.318-322.

³⁵⁰ NOGUEIRA, Franco. **Salazar: Os Tempos Áureos (1928-1936)**, vol. II. Coimbra: Atlântida Editora, 1977, p.189-190.

crença dele na necessidade de se ter Fé em Deus, na Igreja e nos dogmas. Havia um diálogo afinado entre Nogueira e Oliveira Salazar sobre os pilares da educação proposta para o país e que, sem dúvida, tinha como maior objetivo formar homens úteis à Nação.

A sociedade acompanhava a formação militar na educação dos jovens de Mocidade e acreditava nesta formação. No dia 20 de fevereiro de 1937, o *Diário de Lisboa* publicou edição sobre a formação pré-militar dos jovens da Mocidade, sob responsabilidade da Legião Portuguesa.

Os cadetes da Mocidade Portuguesa residentes nas freguesias de Escolas Gerais, Encarnação, Castelo, Martires, Mercês, Lapa, Marquês de Pombal, Madalena, Arroios, Anjos [...] e S. Tiago, deverão comparecer amanhã, domingo, no quartel de Metralhadoras n. 1º, a Campolide, pelas 9 e 30 horas prefixas, a-fim-de iniciarem a instrução.³⁵¹

Desta forma, era considerado normal que os jovens comparecessem no quartel para participação no Curso de Metralhadoras no Batalhão de Metralhadora I, recebendo instrução pré-militar para tornarem-se cidadãos aptos e preparados para defender a Pátria. Semelhante a esta matéria, na mesma data, um ano após, o mesmo jornal publicou uma matéria intitulada “Os cadetes da Mocidade Portuguesa receberam hoje instrução militar”. O texto informa que após um ano inteiro de atividades de “gimnastica”, os cadetes da Mocidade Portuguesa (membros dos 17 aos 20 anos) passaram a receber “a sua primeira instrução de milícia, nos quartéis do Batalhão de Metralhadora I, regimentos de Separadores Mineros, Infantaria I e Telegrafistas”. Isto nos leva a acreditar que a primeira matéria que convocava os jovens ao quartel para receberem instrução estava convocando-os para receber o preparo físico adequado que daria início a esta nova formação e garantiria de todo o resto. Eles acreditavam que o condicionamento físico era de fundamental importância para o novo homem português, podendo ser visto no apelo do Governo pela Educação Física nas escolas para os moços e moças. O homem e mulher desta nova sociedade foi pensado para ser saldável em corpo, mente e alma.³⁵²

³⁵¹ “LEGIÃO PORTUGUESA”. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1937. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5119, Ano 16, Sábado, 20 de fevereiro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27667> Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

³⁵² OS CADETES DA MOCIDADE PORTUGUESA receberam hoje instrução militar. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1938. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5478, Ano 17, Domingo, 20 de fevereiro de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26844> Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

De acordo com as determinações do Governo, a instrução pré-militar deveria ser concedida e supervisionada por membros do Exército. Neste caso específico, a formação estava sob o comando dos “capitães Avifez, Viana, Guardiola e Ferreira”, todos sob a supervisão do “comandante de milícia [...], sr. Major Frederico Vilar”. Ainda segundo a matéria, o curso de Metralhadora I contou com a participação de 400 cadetes da Mocidade. Aparentemente, o número de jovens não era muito expressivo recebendo este tipo de formação, mas o Governo já o apreciava e indicava a necessidade de seguir em ordem crescente, ampliando a ação.³⁵³

Em discurso proferido pelo Presidente do Conselho, em 23 de março de 1938, Salazar afirmou que os resultados eram positivos e estes se davam devido as medidas, principalmente, no âmbito da educação político-militar da juventude. Desta forma, Salazar colocou-se favorável à intensificação da educação político-militar do povo português no intuito de garantir a continuidade da revolução.³⁵⁴ Isto porque a instrução pré-militar da juventude portuguesa encontrava respaldo na sociedade civil e nos veículos de jornalismo.

Em matéria publicada no dia 16 de fevereiro de 1937, há propaganda do Governo intitulada “bem orientada e patriótica intervenção do ministro Carneiro Pacheco”, responsável pelo tipo de formação que os jovens vinham recebendo. Segundo o redator, a experiência de uma instrução político-militar não era nova no país e isto pode ser confirmado por autores que trabalharam este assunto. Todavia, para ele, a nova proposta era mais completa, pois garantiria uma adaptação mais rápida dos jovens à vida militar e em seus princípios morais, patrióticos e nacionalistas. De acordo com a matéria, este tipo de formação ainda preparava os jovens para o serviço militar, “tendo pois por fim o desenvolvimento das qualidades físicas e morais dos adolescentes a-fim-de os pôr em condições de melhor desempenharem os seus deveres de soldados e cidadãos na Nação Armada”.³⁵⁵

O texto ainda afirmou que:

³⁵³ OS CADETES DA MOCIDADE PORTUGUESA receberam hoje instrução militar. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1938. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5478, Ano 17, Domingo, 20 de fevereiro de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26844> Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

³⁵⁴ O NOTÁVEL DISCURSO QUE O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO PROFERIU ONTEM. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mar. 1938. P. 10-11. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5508, Ano 17, quarta, 23 de março de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26559> Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

³⁵⁵ A INSTRUÇÃO PRÉ-MILITAR DA JUVENTUDE PORTUGUESA. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1937. P.6. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5125, Ano 16, sexta, 26 de fevereiro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos. Disponível:< http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27691> Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

Esta preparação tende primeiro que tudo a dar aos adolescentes a força física, com a saúde que é a sua resultante, cultivando a resistência, habilidade, espírito de iniciativa e em seguida no campo moral, confirmando as qualidades essenciais que fazem os bons soldados e bons cidadãos: obediência às leis, disciplina, dignidade pessoal, solidariedade, sentimentos de Honra e de Amor Patrio e finalmente dar-lhes uma instrução elementar, que sem penetrar no domínio da técnica militar, os inicia em noções que serão da maior utilidade durante a sua permanência nas fileiras. O principal meio desta preparação repousa sobre a Educação Física, compreendendo ainda a educação cívica, conhecimentos militares, instrução preliminar de tiro, equitação, etc.³⁵⁶

A propaganda educativa do governo destacava as vantagens deste tipo de formação voltada para preparação da juventude militarizada, evocando-se ainda o passado português com a frase “Não esqueçamos as lições da história”. O uso do passado como exemplo e justificativa para as ações presentes em busca de um futuro, muitas vezes fantasioso, era bastante utilizado na propaganda do novo regime.³⁵⁷

Para o ministro do Comércio de Portugal, dr. Pedro Teotonio Pereira, o Governo estava empenhado em uma “revolução moral” que estava possibilitando a Portugal “ressurgir de um longo período de apagada e vil tristeza”. No mesmo discurso, o Ministro afirmou que caberia aos jovens manter esta revolução em curso e reforçou a ideia de uma educação direcionada a “prevenir a juventude contra certos defeitos de mentalidade e de sensibilidade” que herdaram no último século.³⁵⁸

No dia 5 de julho de 1937, o capitão Salgueiro Rego publicou texto no *Diário de Lisboa* declarando seu entusiasmo com os jovens da Mocidade e o que o Estado Novo estava fazendo deles. Um pouco mais adiante, na mesma publicação, o capitão acreditava que os resultados já eram bem positivos, e afirmou que o projeto de instrução pré-militar deveria ser oferecida já nas escolas primárias para os mais novos.³⁵⁹

³⁵⁶ A INSTRUÇÃO PRÉ-MILITAR DA JUVENTUDE PORTUGUESA. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1937. P.6. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5125, Ano 16, sexta, 26 de fevereiro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos. Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27691> Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

³⁵⁷ Idem.

³⁵⁸ O SR. MINISTRO DO COMERCIO dirigiu uma exortação á mocidade na conferência que hoje realizou em Coimbra. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1937. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5126, Ano 16, Sábado, 27 de fevereiro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27695> Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

³⁵⁹ O EXÉRCITO NOVO E A MOCIDADE. **Diário de Lisboa**. Lisboa, jul. 1937. P.6. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5253, Ano 17, segunda feira, 5 de Julho de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27404> Acesso em 24 de janeiro de 2020.

Nobre Guedes, em publicação do dia 21 de outubro de 1937, contudo, voltou a afirmar que a obra feita na Mocidade era muito positiva, mas que não seria aplicada com tanta rapidez em todas as cidades portuguesas. Este fato se explicaria não necessariamente pela falta material e financeira, mas, segundo ele, o crescimento muito rápido poderia desorientar o órgão e as consequências poderiam ser desastrosas. Ele defendeu o reforço das forças que deveriam ser aplicadas na formação destes jovens, numa educação que deveria ser, além de militar, católica. Neste texto, Nobre Guedes ainda aproveitou para chamar a atenção para o fato do Estado Novo não ter oficializado uma religião, mas apenas reconhecido “a religião do seu povo”.³⁶⁰

Este discurso reconheceu que há uma religião, mas que ela deveria ser mais fortalecida. O que nos levou a perceber a força do catolicismo na sociedade portuguesa, considerando-se que, neste período da história portuguesa, temos justamente um retorno do catolicismo para os ambientes também públicos e administrativos. Onde seus funcionários, sua educação, sua política eram todos estabelecidos numa relação com o catolicismo, inclusive, é o que pode ser observado na Mocidade Portuguesa:

A religião dos portugueses é a católica. Os pequenos nucleos de outras religiões não têm volume que se considere. Embora, portanto, a ‘Mocidade Portuguesa’ admita indivíduos de outras religiões só prestará assistência católica aos seus filiados. Entende-se que ao homem é necessário a fé religiosa como anseio de perfeição moral, como guia superior de todos os seus actos. Deus e Patria são noções que vivem associadas na alma dos portugueses.³⁶¹

O culto de Deus e o amor da Patria fôram os sentimentos que inspiraram os mais altos feitos da nossa Historia. Foi assim no passado, é assim no presente, queremos que seja assim no futuro. O facto do ideal religioso não ter fronteiras, o facto de ser um sentimento universal, não pode por isso conduzir nunca a atitudes de solidariedade que sejam dalgum modo contrarias aos superiores interesses da Patria.³⁶²

O perfil de formação dos jovens de Mocidade era militar, nacionalista e católico. Por outro lado, percebemos que o regime estabeleceu relações com a Igreja, mas não permitia que a Igreja contrariasse os interesses da Nação. A nação estava acima de todos, pelos discursos de Salazar. Tais ideias, centradas nas questões da nação, eram reforçadas em conferências

³⁶⁰ OS DIRIGENTES DA “MOCIDADE PORTUGUESA” reuniram-se hoje foram cumprimentar o ministro da Educação da Educação Nacional. **Diário de Lisboa**. Lisboa, out. 1937. P.4-5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5360, Ano 17, Quinta, 21 de outubro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27479> Acesso em: 21 de dezembro de 2019.

³⁶¹ Idem.

³⁶² Idem.

ministradas por Marcelo Caetano aos professores portugueses nos encontros e debates com os dirigentes da Mocidade Portuguesa.

A palestra que foi designada como “Processos de formação nacionalista – Educação moral” versou sobre educação política, educação física e os demais temas dos quais já foram falados. O evento tratou do “homem novo”, e contou com a presença de membros do alto escalão do Governo, do funcionalismo e da elite política e intelectual de Portugal. Marcelo Caetano, bacharel em Direito, acreditava no projeto e contribuiu para a legitimidade do regime na sociedade.³⁶³ Ele também acreditava na formação política-militar dos jovens.

Em seu discurso, ele destacou a importância da educação pré-militar, das insígnias³⁶⁴, da disciplina, das técnicas específicas e do fardamento:

A farda tem um sentido educativo que já conhecemos de muitas gerações. Quando se quis organizar uma força, para servir um ideal superior, deu-se aos seus componentes uma farda que era só por si todo um programa: crenças, fé e acção. A farda do rapaz da ‘M.P.’ é uma profissão de fé, a revelação ostensiva do que se é, um acto de verdade. E a verdade é a primeira das virtudes que temos que incutir e exigir aos rapazes.³⁶⁵

Reafirmava o discurso de Salazar, segundo o qual estavam fazendo “política de verdade”.³⁶⁶ De acordo com Caetano, “o rapaz fardado tem que convencer-se de que não pertence a si próprio, mas sim ao movimento, aos seus camaradas, às suas idéas”.³⁶⁷ Este seria, de acordo com ele, o tipo de formação que construiria o carácter da juventude:

Mas a ‘M.P.’ não quer apenas homens moralmente perfeitos; tem outra função da maior responsabilidade: preparar novos para a vida política da Nação, libertos dos vícios de educação de que ainda estamos eivados, isentos de toda a mácula do antigo

³⁶³ OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO NACIONALISTA E A EDUCAÇÃO MORAL DOS homens de amanhã foram versados numa interessante conferência do professor Marcelo Caetano. **Diário de Lisboa**. Lisboa, out. 1937. p.5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5361, Ano 17, sexta, 22 de outubro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27483> Acesso em: 21 de dezembro de 2019.

³⁶⁴ RECEBERAM HOJE AS INSÍGNIAS OS NOVOS COMANDANTES DE ‘BANDEIRA’ E DE ‘CASTELO’. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mar. 1938. P.4. Cf. Diário de Lisboa, nº 5511, Ano 17, Sábado, 26 de março de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26565> Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

³⁶⁵ OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO NACIONALISTA E A EDUCAÇÃO MORAL dos homens de amanhã foram versados numa interessante conferência do professor Marcelo Caetano. **Diário de Lisboa**. Lisboa, out. 1937. p.5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5361, Ano 17, sexta, 22 de outubro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27483> Acesso em: 21 de dezembro de 2019.

³⁶⁶ Idem.

³⁶⁷ Idem.

regime, diferentes daqueles que se fizeram nos partidos, convencidos de que não estão na vida política para se servir, mas para servir o interesse nacional.³⁶⁸

O evento, de formação dos doutrinadores do regime, continuou ainda no dia 23 de outubro de 1937, reforçando e reafirmando os temas.³⁶⁹ O *Diário de Lisboa* publicava diariamente os debates e notícias do evento, reforçando as medidas tomadas pelo Governo com publicações de apoio aos grupos, e também com posicionamentos que cobravam mais ação do Governo. O tema era constante e diário, apenas dividiam espaço com os temas da II Guerra Mundial e as questões internacionais. Alguns títulos de materiais do jornal são emblemáticos: “Cultura e Tecnicos”³⁷⁰; “Menos aparencias e mais educação!”³⁷¹; “Cultura”³⁷² e tantos outros. Afirmavam que o regime estava na direção certa em sua proposta de educação:

Há uma cousa que se chama saude moral e uma alegria que vem do dever cumprido. A educação que se ministra nas familias e nas escolas tem de formar ao mesmo o espirito e o coração. Quando assim não é, as gerações comportam-se como cegos ou como ebrios.³⁷³

Textos como estes eram frequentes e dialogavam com o projeto de ensino, fé e nação ligados ao regime e sua doutrina. No artigo denominado “Mocidade”³⁷⁴, o *Diário de Lisboa* veio, mais uma vez, exaltar a figura de Salazar frente à Presidência do Conselho de Ministros portugueses e de sua obra que, segundo o jornal, já era conhecida e respeitável. De acordo com os discursos publicados: “os tempos eram difíceis e exigiam decisões fortes, pessoas que

³⁶⁸ OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO NACIONALISTA E A EDUCAÇÃO MORAL dos homens de amanhã foram versados numa interessante conferência do professor Marcelo Caetano. **Diário de Lisboa**. Lisboa, out. 1937. p.5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5361, Ano 17, sexta, 22 de outubro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27483> Acesso em: 21 de dezembro de 2019.

³⁶⁹ A EDUCAÇÃO FÍSICA E PRE-MILITAR DOS jovens foi o tema da conferência do tenente Quintino da Costa. **Diário de Lisboa**. Lisboa, out. 1937. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5362, Ano 17, Sábado, 23 de outubro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27487> Acesso em: 21 de dezembro de 2019.

³⁷⁰ CULTURA E TECNICOS. **Diário de Lisboa**. Lisboa, out. 1937. P.9. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5364, Ano 17, segunda, 25 de outubro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27641> Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

³⁷¹ MENOS APARENCIAS E MAIS EDUCAÇÃO! **Diário de Lisboa**. Lisboa, nov. 1937. P.10-11. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5400, Ano 17, terça, 30 de novembro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27172> Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

³⁷² CULTURA. **Diário de Lisboa**. Lisboa, dez. 1937. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5414, Ano 17, quarta, 15 de dezembro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27204> Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

³⁷³ Idem.

³⁷⁴ MOCIDADE. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mar. 1938. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5513, Ano 17, segunda, 28 de março de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26571> Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

construíssem e não destruíssem”, elogiando as ações de Salazar e os seus “sacrifícios”, que deveria servir de exemplo e seguido por todos:

Todos os homens que, em Portugal, conquistaram, lutaram, pregaram, ensinaram e libertaram não obedeciam a odios nem a desejos mesquinhos, pois punham o seu amor, a sua fé e o seu esforço ao serviço de ambições generosas, de arranques magníficos. O que faz da nossa historia um caso unico, um friso de maravilhas, é a intervenção constante da juventude, na orientação dos seus destinos – juventude que se não calcula pelo numero dos anos, antes pela permanencia da virtude e do sacrificio nas pugnas contra a adversidade.³⁷⁵

Buscar no passado exemplos e ligá-los à figura de Salazar era afirmar que este seguia os mesmos caminhos daqueles que foram mal interpretados em outros momentos de sua história, mas que a própria história passou a aclamá-los pelos seus feitos. Assim seria Oliveira Salazar cujos discursos não pretendiam mover blocos de concreto ou coisas parecidas, “mas sim consciências sensíveis, juízos esclarecidos” e que desejou “acrescer á educação política do povo um belo pretexto para se manifestar com intenso brilho!”.³⁷⁶ Um texto homônimo foi publicado em 30 de abril de 1938 e seguiu o mesmo padrão discursivo, colocando a Mocidade sempre como exemplo, pintando-a como “a força da juventude que veio para salvar o país”.³⁷⁷

A organização de Mocidade e sua implementação na formação educativa dos jovens seguia na ordem do dia, sempre destacando os aspectos positivos, apresentando os centros de treinamento, acampamentos e escolas de instrução do órgão. No dia 26 de maio de 1938, a visita do Chefe de Estado, na companhia do Ministro da Educação Nacional, ao acampamento da Mocidade Portuguesa em Palhavã, foi motivo de muita propaganda e honrarias.³⁷⁸ Estas visitas eram costumeiras justamente para fiscalizar o andamento da formação no âmbito de Mocidade, bem como aproximar o Governo da população jovem.

³⁷⁵ MOCIDADE. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mar. 1938. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5513, Ano 17, segunda, 28 de março de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26571> Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

³⁷⁶ Idem.

³⁷⁷ MOCIDADE. **Diário de Lisboa**. Lisboa, abr. 1938. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5546, Ano 18, Sábado, 30 de Abril de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27098> Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

³⁷⁸ O CHEFE DE ESTADO E O MINISTRO DA EDUCAÇÃO visitaram hoje a quinta de Palhavã. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mai. 1938. P.5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5571, Ano 18, Quinta, 26 de Maio de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26521> Acesso em: 22 de dezembro de 1938.

Era comum a visita de personalidades políticas e militares na instituição. Neste momento, Mocidade dava exemplos de sua formação militar. Em 26 de março de 1939, Mocidade executou exercício na presença do comissário geral Nobre Guedes. Dentre os exercícios estavam os aprendizados em “Caçadores 5 e 7, Separadores Mineiros, Infantaria 1, Telegrafistas [...]”.³⁷⁹ Mocidade Portuguesa era preparada no âmbito da instituição, mas deveria se apresentar frequentemente para líderes e para a sociedade, de modo a propagar o modelo de educação dos jovens no novo regime. Veja no próximo item alguns momentos e formas de atuação de Mocidade na sociedade portuguesa.

3.3. ATUAÇÃO DE MOCIDADE PORTUGUESA: “POR SALAZAR! POR SALAZAR!”

Conforme foi apresentado, a Mocidade Portuguesa foi uma organização educativa dos jovens portugueses estruturada para legitimar e servir ao Estado Novo salazarista. A educação dos jovens estava dividida no ensino de conteúdos escolhidos pelo regime, exercícios físicos e atividades cívicas. Sua atuação, contudo, era bastante ampla e se estendia para além das paredes de Mocidade. Eles eram orientados a vigiar os pais dentro de casa e seus vizinhos, seus amigos e seus professores. Além disto, participavam das festividades e cortejos religiosos, de jogos, desfiles e paradas militares. Além disso, ainda deveriam se integrar nos problemas ultramarinos, desenvolvendo trabalhos ligados às colônias e ao Império Ultramarino.

Como já foi destacado, a Mocidade estava profundamente ligada ao Estado Novo, desta forma o projeto do regime também era um projeto do órgão. Salazar era frequentemente exaltado e suas ideias circulavam na formação d’“À Mocidade Portuguesa”. Mocidade Portuguesa produzia hinos de exaltação do regime e do seu líder, fazendo referências ao órgão como braço direito do Estado Novo, a serviço de Salazar. Pelo trecho do hino abaixo, é possível perceber esta ligação entre Mocidade, Salazar e o Estado Novo:

³⁷⁹ “MOCIDADE PORTUGUESA” – Os exercícios de hoje. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mar. 1939. P.2. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5869, Ano 18, Domingo, 26 de março de 1939, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27000> Acesso em: 23 de dezembro de 2019.

Ó Mocidade irradiante,
 Alma da Pátria a germinar!
 Ergue o teu grito e teu montante,
 AVANTE, AVANTE, AVANTE, AVANTE
 POR SALAZAR! POR SALAZAR!

O trecho do hino de Mocidade enalteceu a figura de Salazar como grande líder e da Mocidade como uma das suas grandes obras para a juventude e para a Pátria, afirmando que o Presidente do Conselho os construiu sob “ordem, verdade, disciplina, virtude, fé, vigor e vontade”. Outros trechos evocavam a juventude a levantar e seguir em frente na defesa de quem os forjou e da Pátria que os amava. As atividades físicas também deveriam estar em acordo com os discursos do regime, reafirmando-se que “a obra da ‘Mocidade Portuguesa’ tornará possível a segurança e o engrandecimento da Pátria”.³⁸⁰

Mocidade desfilava fardada para pais e para a sociedade que assistia aos desfiles batendo palmas, aprovando o resultado da obra de Salazar. O órgão com o passar do tempo foi conquistando mais admiradores, inclusive, em alguns espaços onde se mantinham ressalvas com a proposta de formação militar do grupo juvenil. O capitão Salgueiro Rego, por exemplo, afirmou ter ficado surpreso com o que o órgão tinha se tornado, declarando sua nova esperança na formação de Mocidade:

É na mocidade que temos as melhores esperanças. Na parada de 28 de maio, que excedeu, confesso, toda a minha expectativa, pois nunca julguei que em tão pouco tempo se pudesse mostrar ao país o grande amor patrio que existe na alma dêste glorioso povo, fez-me vibrar de entusiasmo, principalmente, o desfile daquela mocidade em que, estou certo, na alma de todas aquelas crianças não havia outro intuito senão o da demonstração de um verdadeiro, franco, leal e sincero patriotismo.³⁸¹

Nas palavras dele, a Mocidade estava levando os jovens por um bom caminho em tão pouco tempo, conseguindo construir nos jovens um “franco, leal e sincero patriotismo”,

³⁸⁰ A ESCOLA CENTRAL DE GRADUADOS DA ‘MOCIDADE PORTUGUESA’ concluiu hoje os seus trabalhos. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ago. 1937. P. 5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5310, Ano 17, terça, 31 de Agosto de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27668> Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

³⁸¹ O EXERCITO NOVO E A MOCIDADE. **Diário de Lisboa**. Lisboa, jul. 1937. P.6. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5253, Ano 17, segunda, 5 de julho de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27404> Acesso em 10 de janeiro de 2020.

qualidades que buscavam para a população naquele momento, e declarou-se um novo entusiasta da obra:

Saudamos a mocidade portuguesa, onde a nação tem de ir buscar os seus profissionais para a defesa do país, suprimindo a falta daqueles tantos e tão dignos que vão desaparecendo. Dessa mocidade, devidamente preparada desde os primeiros anos da sua infância, quer pela sua educação moral e física, quer pela sua intelectualidade e amor patriótico, se distinguirão aqueles que querem seguir a carreira das armas com vergonhosa corrida aos pedidos de empenho para se salvarem de prestar serviço nas fileiras do exercito [...].³⁸²

De acordo com o capitão Salgueiro, Mocidade estava criando uma nova elite, uma nova força, e que caberia buscar neste grupo os profissionais necessários para defender a Nação. A busca por novas elites políticas, administrativas, militares fazia parte da proposta salazarista já que, segundo o Presidente do Conselho, estas elites eram pouquíssimas e precisavam ser renovadas para garantir o futuro do projeto estadonovista. Ele ainda coloca que sairia desta Mocidade os futuros militares, visto que muitos jovens estavam se esquivando do serviço militar.³⁸³

Para o Governo tudo isto era fruto do modelo de educação anterior ao regime que era deficitária e não direcionada. Em contraposição, o Estado Novo exigia participação integral dos portugueses. Dizia-se que Salazar não aceitava pessoas pela metade, todos deveriam mergulhar na ideologia e na defesa desta:

Não estão connosco os que não sentem profundamente os princípios essenciais de reconstrução nacional, os que restringem a sua adesão àqueles com que concordam ou lhes convêm, nem os que entram e ficam ainda de fora, recebendo de mais de uma parte indicações e ordens. Não estão connosco os que pensam tirar da sua adesão título de competência, os que buscam uma vontade em vez de um posto desinteressado de combate, os que não sentem em si nem dedicação para servir a Pátria nem disposição para sacrificar-se pelo bem comum.³⁸⁴

Suas palavras mostram como a sociedade portuguesa, pelo menos grande parcela da sociedade, acreditou no projeto de Oliveira Salazar. No interior de Mocidade, a meta era a

³⁸² O EXERCITO NOVO E A MOCIDADE. **Diário de Lisboa**. Lisboa, jul. 1937. P.6. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5253, Ano 17, segunda, 5 de julho de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27404> Acesso em 10 de janeiro de 2020.

³⁸³ Idem.

³⁸⁴ MOURA, Horácio. **Reflexões sobre os discursos de Salazar**. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1968, p.256.

defesa e crença no novo líder. Para ingressar em Mocidade admitia-se até quem não fosse católico confesso, mas nunca os que não comungassem do salazarismo. O perfil nacionalista de Mocidade era uma de suas características mais conhecidas.

Um dos exemplos de atividades exercidas pela Mocidade Portuguesa no cotidiano da Nação é a participação em paradas militares e desfiles em comemorações. Em 11 de agosto de 1936, o *Diário de Lisboa* reportou a notícia informando sobre as comemorações da Batalha de Aljubarrota, movimento que “consolidou a Independência” de Portugal.³⁸⁵ Na ocasião, os Chefe de Estado e do Governo estavam presentes para participar das celebrações. O ato cívico também contou com Ministros do Governo, autoridades civis, militares e religiosas.

Oliveira Salazar aproveitou para proclamar que:

Os sítios de Aljubarrota e a Batalha, devem ser os lugares dentre todos eleitos para as grandes peregrinações patrióticas, e eu quisera que no proximo ano ali acorressem de todos os cantos de Portugal milhares, centos de milhares dos portugueses de hoje, sobretudo a juventude, para vivificar e robustecer ao calor dum passado heroico a sua devoção patriótica.³⁸⁶

A Mocidade, que estava presente para desfilar, ouviu as palavras de Salazar assim como as dos demais líderes, inclusive, do ministro da Educação Nacional. A matéria do dia 13 do mesmo mês acrescentou que houveram celebrações religiosas e a recitação do “Te Deum”, reforçando a noção de aliança entre Igreja e Estado.³⁸⁷ Mas, a nação sempre na frente, reafirmando a frase de Salazar: “Tudo pela Nação, nada contra a nação”.³⁸⁸

Mocidade atuou na sociedade em várias frentes, mas, nos eventos militares estava sempre presente. A programação da comemoração patriótica no Dia da Marinha, contou com a presença de diversas autoridades oficiais da Armada, assim como os “cêrca de 2.500 componentes da Mocidade Portuguesa”, que realizaram a “revista naval embarcados nos

³⁸⁵ A COMEMORAÇÃO DE ALJUBARROTA. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ago. 1936. P.3. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4933, Ano 16, terça, 11 de agosto de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27284> Acesso em: 11 de janeiro de 2020.

³⁸⁶ *Idem*.

³⁸⁷ MANIFESTAÇÃO PATRIÓTICA – A romagem á capela de S. Jorge e ao mosteiro da Batalha. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ago. 1936. P.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4935, Ano 16, Quinta, 13 de agosto de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27968> Acesso em: 11 de janeiro de 2020.

³⁸⁸ MOURA, Horácio, *op.cit.*, p.256.

diversos navios da esquadra”.³⁸⁹ E isto repetiu-se sempre nos eventos patrióticos de Portugal, assim como a ‘despedida de Carneiro Pacheco devido a sua posse como embaixador português em Roma’³⁹⁰; nas ‘comemorações do Centenário em Portugal’³⁹¹; na ‘cerimônia da doação do palácio dos Condes de Almada’³⁹²; nas “comemorações da Independência de Portugal”³⁹³; nas ‘manifestações em honra ao Chefe do Governo’³⁹⁴ e tantos outros eventos. Nas comemorações do 28 de maio, talvez umas das maiores ou a maior comemoração de Portugal após a implementação do Estado Novo, também contou com a participação dos moços da Mocidade Portuguesa e das raparigas da Mocidade Portuguesa Feminina.³⁹⁵

Em 23 de maio de 1937, Mocidade Portuguesa também foi chamada para participar do evento realizado no Liceu de Camões. Na ocasião, o ministro Carneiro Pacheco entregou as insígnias a 83 graduados da Mocidade Portuguesa. O ministro, em discurso, afirmou que os jovens estavam preparados, tecnicamente e doutrinariamente, para guiar os demais jovens portugueses nos caminhos de Portugal. Ainda na mesma matéria, foi informado que os membros do órgão seguiram com seus exercícios em Metralhadora 1, culminando a sua participação no evento com uma marcha pelas ruas de Lisboa que, segundo o texto, causou excelente impressão.³⁹⁶

³⁸⁹ COMEMORAÇÃO PATRIÓTICA. **Diário de Lisboa**. Lisboa, abr. 1938. P.5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5534, Ano 18, Segunda, 18 de Abril de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27072> Acesso em: 12 de janeiro de 2020.

³⁹⁰ PARTIU HOJE PARA ROMA O SR. DR. CARNEIRO PACHECO embaixador de Portugal no Vaticano. **Diário de Lisboa**. Lisboa, set. 1940. P.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6414, Ano 20, Sábado, 28 de Setembro de 1940, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_25755> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

³⁹¹ O INICIO DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS. **Diário de Lisboa**. Lisboa, jun. 1940. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6295, Ano 20, Domingo, 2 de Junho de 1940, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_25692> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

³⁹² O PALÁCIO DOS CONDES DE ALMADA foi hoje doado ao Estado Português e entregue à Sociedade Historica da Independência. **Diário de Lisboa**. Lisboa, nov. 1940. P.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6470, Ano 20, Domingo, 24 de Novembro de 1940, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_25824> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

³⁹³ AS FESTAS DO 1º DE DEZEMBRO. **Diário de Lisboa**. Lisboa, dez. 1940. P.12-13. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6477, Ano 20, Segunda, 2 de Dezembro de 1940, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_25838> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

³⁹⁴ A MANIFESTAÇÃO NACIONAL AO CHEFE DO GOVERNO. **Diário de Lisboa**. Lisboa, abr. 1941. P.4-5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6620, Ano 21, Segunda, 28 de Abril de 1941, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_2483> Acesso em: 04 de fevereiro de 2020.

³⁹⁵ AS COMEMORAÇÕES DO 28 DE MAIO. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mai. 1938. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5572, Ano 18, Sexta, 27 de Maio de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27301> Acesso em: 12 de janeiro de 2020.

³⁹⁶ MOCIDADE PORTUGUESA, A ENTREGA DAS INSIGNIAS A GRADUADOS. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mai. 1937. P.8. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5210, Ano 17, Domingo, 23 de Maio de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27739> Acesso em 03 de fevereiro de 2020.

A participação dos moços nas Olimpíadas em Berlim pode ser citada como mais um exemplo da atuação da Mocidade Portuguesa na construção da imagem cívica da educação do Estado Novo. Capitão Salgueiro Rego, recorrente autor em textos neste periódico, afirmou que a Mocidade mais uma vez estava surpreendendo a todos pela sua dedicação em “fazer de Portugal um país que dê lições ao mundo em todos os seus aspectos, físico, moral e intelectual”³⁹⁷. Nas palavras do autor, os poucos jovens da Mocidade que foram defender o nome de Portugal nesta Olimpíada, sediada pela Alemanha, não tinham preparo algum, mas acharam-se no dever de “mostrar a todos a superior mentalidade, a enorme disciplina e a organização impecável”³⁹⁸ que este órgão tinha.

Todas estas atividades e apresentações públicas de Mocidade fizeram parte das ações do Governo na construção do novo regime. Mocidade era um cartão de visita dentro e fora do país, inclusive, sob coordenação do Secretariado de Propaganda Nacional, António Ferro. Mocidade participava de eventos internacionais, contribuindo para propagar a imagem do Portugal salazarista:

Não nos cansamos de abordar estes assuntos e temos verdadeiro entusiasmo ao sentirmos que a mocidade do nosso país corre ao chamamento de uma organização que, certamente, sem intuítos mesquinhos de política partidária, tem, pelo contrario, o nobre e único intuito de uma organização de defesa patriótica e o enorme interesse de um completo ressurgimento da raça portuguesa.³⁹⁹

Dentro do país, a Mocidade Portuguesa apresentava à sociedade sua formação na Educação Física e nos esportes, demonstrando as várias modalidades que desenvolviam, de modo a propagar como a nova educação inseria os jovens nas mais diversas áreas e ambientes.

No dia 25 de fevereiro de 1940, uma nota do jornal Diário de Lisboa, intitulada “Mocidade Portuguesa – Classe de ginástica”, informou à sociedade como os milicianos demonstraram, aos membros da Escola do Exército, parte do que iriam executar nas comemorações do próximo 28 de Maio. Após este momento, “efectuaram-se as corridas de 4x80 metros, e de 300 metros incluídas no programa elaborado pelo Centro de Atletismo da

³⁹⁷ A MOCIDADE PORTUGUESA E AS OLIMPIADAS. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ago. 1936. P.6. Cf. "Diário de Lisboa", n° 4950, Ano 16, Sexta, 28 de Agosto de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_28004> Acesso em: 11 de janeiro de 2020.

³⁹⁸ Idem.

³⁹⁹ Idem.

‘Mocidade Portuguesa’”.⁴⁰⁰ A mesma ala de Mocidade também esteve presente na inauguração do Estádio Nacional, juntamente com membros da “gimnastica masculina” do Exército.⁴⁰¹ Na matéria do dia primeiro de agosto de 1940, foi informado que dirigentes da M.P. realizaram testes para receber as insígnias desportivas. Várias foram as provas estabelecidas e vencidas pelos dirigentes, dentre elas podemos citar corrida de 60 metros, tiro ao alvo e lançamento de discos.⁴⁰²

Além destas participações, era comum os membros da Mocidade visitarem instalações de instrução e outras escolas portuguesas, no intuito de trocar experiências, muito semelhante as propostas que foram surgindo para a realização de intercâmbios. Em 22 de março de 1941, ao menos 700 filiados, do Centro Escolar n.º 13 da Escola Marquês de Pombal, visitaram o Centro Escolar n.º 18. Além da vista das equipes de ambos estabelecimentos, puderam trocar vivências.

Os acampamentos em espaços delimitados também era outra forma de inserir Mocidade na sociedade, recebendo também a presença de ilustres militares que legitimavam as atividades com suas presenças. Um exemplo disto foi o acampamento da Quinta da Matinha que foi visitado pelo general Carmona no dia 10 de abril de 1941, durante o acampamento de Páscoa da Mocidade. A matéria do jornal chama a atenção para o fato de, mesmo nos momentos de férias, Mocidade estava em processo de formação. Sugerindo-se que, eles não perdiam tempo, e aproveitavam as férias para desenvolver atividades desportivas, trabalhos práticos de topografia dentre outros.⁴⁰³

Membros da Mocidade Portuguesa também se apresentavam nos eventos do Governo, dentre eles podemos citar o do dia 18 de setembro de 1941, onde o Chefe do Estado inaugurou a ponte Duarte Pacheco. Segundo a notícia, esta obra foi de grande importância para a região.

⁴⁰⁰ MOCIDADE PORTUGUESA – CLASSE DE GIMNASTICA. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1940. P.3. Cf. "Diário de Lisboa", n.º 6198, Ano 19, Domingo, 25 de Fevereiro de 1940, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_25813> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

⁴⁰¹ A INAUGURAÇÃO DO ESTADIO NACIONAL. **Diário de Lisboa**. Lisboa, set. 1940. P.4. Cf. "Diário de Lisboa", n.º 6392, Ano 20, Sexta, 6 de Setembro de 1940, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_25245> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

⁴⁰² MOCIDADE PORTUGUESA – INSIGNIA DESPORTIVA PARA DIRIGENTES. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ago. 1940. P.2. Cf. "Diário de Lisboa", n.º 6355, Ano 20, Quinta, 1 de Agosto de 1940, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_25655> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

⁴⁰³ O CHEFE DE ESTADO VISITOU O ACAMPAMENTO DA QUINTA DA MARINHA. **Diário de Lisboa**. Lisboa, abr. 1941. P.4. Cf. "Diário de Lisboa", n.º 6602, Ano 21, Quinta, 10 de abril de 1941, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_24757> Acesso em: 04 de fevereiro de 2020.

Além da presença do Presidente, a cerimônia contou com a presença de autoridades militares e civis, assim como de membros do Governo. Ainda na ocasião, filiados da Mocidade desfilaram com suas bandeiras no evento.⁴⁰⁴ Semelhante ao que ocorreu em meses anteriores, quando os milicianos se apresentaram na inauguração da Central Leiteira em Torres Novas.⁴⁰⁵ Em primeiro de fevereiro de 1942 os graduados da Mocidade Portuguesa ocuparam-se em visitar diversas obras municipais que estavam em curso. Entre as obras estavam parques para campistas e estádio de futebol. Na ocasião, o assessor religioso da M.P. celebrou missa para os presentes.⁴⁰⁶

Conforme procuramos destacar, Mocidade Portuguesa era notícia diária nos jornais. Ainda que tenhamos destacado apenas o **Diário de Lisboa**, outros jornais traziam notícias cotidianas das atividades de Mocidade, principalmente, aqueles ligados ao regime. Lembrando aqui a questão da censura imposta aos editoriais e as delimitações de temas que poderiam ser veiculados, onde todos deveriam ser aprovados pelo regime. Escolhemos o *Diário de Lisboa* pela viabilidade da pesquisa sobre o tema e pelo fácil acesso na Fundação Mário Soares, onde encontra-se todo digitalizado. Mas, o próprio jornal fazia referências a outros que circulavam com o tema. Além de jornais aprovados pelo regime, haviam os católicos, que não deixavam de fazer menção a obra de Mocidade.

O tema só diminuiu de espaço nos jornais com o avançar da Segunda Guerra. Com a leitura das edições deste periódico, somos levados a acreditar que a intensidade das matérias diminuiu não porque a Mocidade ficou inerte durante a Guerra, mas devido à ocupação das páginas do jornal por um enorme volume de notícias da Guerra e das questões internacionais. Inclusive, as edições do *Diário de Lisboa* flutuavam entre 8 e 16 páginas; 8 geralmente nas edições de segunda a quarta-feira e sextas-feiras; 12 páginas nas edições de quinta-feira e do sábado; e 16 nas edições de domingo. Com o advento da II Guerra, esse volume é reduzido para geralmente 8 páginas e, eventualmente, 12 páginas em edições de domingo e em edições

⁴⁰⁴ O CHEFE DO ESTADO INAUGUROU A PONTE 'DUARTE PACHECO'. **Diário de Lisboa**. Lisboa, set. 1941. P.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6762, Ano 21, Quinta, 18 de setembro de 1941, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_25041> Acesso em: 04 de fevereiro de 2020.

⁴⁰⁵ A INAUGURAÇÃO DA CENTRAL LEITEIRA. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mai. 1941. P.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6646, Ano 21, Domingo, 25 de maio de 1941, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_24912> Acesso em: 04 de fevereiro de 2020.

⁴⁰⁶ UMA VISITA DE GRADUADOS DA 'MOCIDADE PORTUGUESA' às obras municipais em curso. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1942. P.5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6894, Ano 21, Domingo, 1 de fevereiro de 1942, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26121> Acesso em: 04 de fevereiro de 2020.

especiais. Com a diminuição da quantidade de páginas e o aumento das matérias sobre a Segunda Guerra e das questões internacionais no periódico, as notícias que se ocuparam em citar a M.P. estavam mais ligadas a convocações para instrução e exercícios nos centros de formação ou nas comemorações nacionais, onde desfilavam e prestavam honras às autoridades portuguesas.

Um último exemplo de atuação da Mocidade pode ser visto a partir da expansão das fileiras da M.P. a partir do decreto que instituiu a Mocidade Portuguesa nas colônias do Império Colonial Português. O texto publicado em 17 de fevereiro de 1939 trouxe partes do decreto que, em seu parágrafo único, afirmou que a organização juvenil das colônias usaria o mesmo nome da Mocidade e seria instituída em todas as colônias de Portugal, abrangendo os jovens assimilados. Além do nome, as insígnias e as demais estruturas da organização seriam mantidas, inclusive, a formação. Ainda segundo o texto, a pretensão era formar os assimilados das colônias para trabalharem em favor da Pátria.⁴⁰⁷

Para além desta informação, não conseguimos levantar matérias no *Diário de Lisboa* que remetesse diretamente a atuação destes moços nas colônias portuguesas. Todavia, pegando o exemplo da M.P. constituída e instruída na Metrópole, assim como a matéria citada acima, acreditamos que a Mocidade Portuguesa deveria ser extensiva às regiões ultramarinas para atuar de maneira similar, estudando e trabalhando para a defesa da pátria, no tema do Império Colonial Português. Este seria outro enfoque possível dos trabalhos de Mocidade, além de sua atuação no interior das famílias. Para este trabalho, a meta foi apresentar “Mocidade Portuguesa”, aspectos de sua organização e atuação, como uma primeira etapa nos estudos históricos da sociedade portuguesa no século XX, ainda bastante desconhecida em nossos cursos de História no estado de Pernambuco, Brasil.

⁴⁰⁷ A MOCIDADE PORTUGUESA NAS POSSESSÕES ULTRAMARINAS. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1939. P.6. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5833, Ano 18, Sexta, 17 de Fevereiro de 1939, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26262> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo ao qual nomeamos de “*A Política do Espírito*” na formação da Juventude Salazarista e a educação doutrinária da Mocidade Portuguesa (1936-1945) possibilitou um maior entendimento acerca da Mocidade Portuguesa e da formação política e doutrinária que recebeu desde a sua fundação e ao longo dos anos. No entanto, seria exagerado afirmar que com este trabalho foram esgotadas as possibilidades e, por isto, nomeamos esta sessão de “Considerações Finais”.

Apesar de uma vasta gama de trabalhos em Portugal acerca do Estado Novo português e seus desdobramentos, estes ainda são pouco conhecidos em terras brasileiras. Sobretudo nestas perspectivas, que buscou compreender como os jovens da Mocidade Portuguesa eram arregimentados, instruídos e como atuavam na sociedade portuguesa dentro do recorte temporal estabelecido, considerando momentos antes da criação do órgão até 1945, ano de encerramento da Segunda Guerra.

Ao nos debruçarmos sobre este tema que, geralmente, causa estranhamento por se tratar de um tema internacional e não de um tema regional brasileiro, o fazemos por acreditar na importância desta pesquisa para entendermos um pouco mais sobre o forte movimento de criação de grupos de jovens com características e práticas milicianas, na Europa, na primeira metade do século XX. Grupos como os *Balilas*, *Hitlerjungend* e a própria Mocidade Portuguesa representaram a utilização da juventude, por seus governos nacionalistas, para fins patrióticos, sobretudo antes e durante a Segunda Grande Guerra. O Brasil também teve seus representantes e a *Juventude Brasileira* é um dentro deste *hall*.

Outra questão relevante é o fato de que os jovens portugueses eram instruídos dentro de uma cartilha elaborada pelo Estado Novo que aglutinou valores nacionais no currículo escolar, instrução pré-militar e dogmas religiosos. E isto deu-se devido ao matrimônio entre o Governo e a Igreja Católica portuguesa. Como todo casamento, esta relação teve seus altos e baixos e suas cobranças, mas, de modo geral, podemos dizer que foi uma união que funcionou, isso de acordo com o que imaginavam para o Portugal deste período. E este tipo de relação aplicou-se também aos militares que, mesmo fazendo parte da base do Governo, balançaram muito o navio salazarista que, muitas vezes, não naufragou devido a atuação do general Carmona, também chamado de “Presidente da República”, no qual pode ser classificado como o seu maior timoneiro e articulador político.

Não podemos deixar de lado as conexões que este tema nos propõe, seja em Portugal, no Brasil ou nos países colonizados em África. A Mocidade Portuguesa esteve em todo o território imperial atuando em prol deste Império Colonial Português e podemos classificar esta prática como um dos pontos da arte de saber durar de António de Oliveira Salazar e do Estado Novo salazarista. Já no Brasil, o fenômeno da Juventude Brasileira, órgão estatal de educação infantojuvenil criado durante o Estado Novo varguista, pode ser visto como uma influência do Estado Novo português. É evidente que precisaríamos de pesquisas muito mais profundas para afirmar com precisão, mas as ligações entre Brasil e Portugal, no século XX, já são trabalhadas e renderam bons frutos nas mãos de Maria das Graças Ataíde e “A Construção da Verdade Autoritária”, que apresentou a chegada do modelo político e cultural português ao Brasil, sobretudo em Pernambuco durante a interventoria de Agamenon Magalhães; de Giselda Brito Silva e o seu “Integralismo e Estado Novo”, que falou sobre as conexões entre o Brasil e sua ex-Metrópole, inclusive com o exílio de Plínio Salgado em Portugal durante o salazarismo; e de Carlos André Silva de Moura e as suas “Histórias Cruzadas”, que versou a respeito das relações entre os intelectuais portugueses e brasileiros durante a Restauração Católica.

Através de nossas pesquisas, sobretudo sobre o Diário de Lisboa, podemos entender melhor como funcionou o Governo, a sociedade portuguesa e as atividades relacionadas a Mocidade Portuguesa, fossem no âmbito da instrução ou da atuação na sociedade portuguesa. Os autores nos guiaram neste percurso e na percepção destas questões tão específicas do Estado Novo salazarista. Este que buscou a construção de uma “nova” sociedade, utilizou da Educação Nacional para o fabrico das mentalidades. Tal processo começou com as modificações realizadas nas leis da educação que foram reformuladas para atender este anseio do Governo. Estas leis acabaram também por mudar a designação e funcionalidade do Ministério que regeu a Educação Nacional, assim como o currículo escolar, o material didático utilizado nas escolas e todos os assuntos que envolveram a instrução dos moços e moças portuguesas.

E, dentro deste projeto de reengenharia social por meio da educação, a Mocidade Portuguesa desenvolveu um papel bem particular. O órgão arregimentou e trabalhou com os jovens desde o Ensino Primário temas relacionados à Pátria, a Fé, a formação física e moral, a instrução pré-militar; caracterizando uma formação integral desta juventude. Isto porque Oliveira Salazar e o seu Governo acreditavam que somente assim criariam uma elite política bem preparada para defender a Nação, contribuindo para o sucesso e permanência do projeto de Revolução Nacional em Portugal.

Seria pueril afirmar que este processo foi determinante na continuidade do Estado Novo por quase quarenta anos, pois muitos podem ser os fatores relacionados. No entanto, somos levados a acreditar que a Mocidade foi um destes pilares, visto a formação que recebiam e a atuação contínua na sociedade portuguesa sempre em prol dos valores pátrios e contra os subversivos internos e externos ao país.

Os jovens da Mocidade Portuguesa estiveram presentes nos eventos nacionais mais importantes, desfilando para seus líderes, juraram a bandeira e pegaram em armas para defender os ideais sob os quais foram formados. Também participaram de eventos religiosos e professaram a Fé católica, fruto da formação cristã que receberam devido à nova ligação entre o Estado e a Igreja Católica. Participaram das Olimpíadas e eventos esportivos, feiras internacionais, eventos políticos e sociais, além de terem sido levados às colônias portuguesas para reunir os “assimilados” e induzi-los a atuar na defesa da Pátria também. E estas práticas impregnaram gerações de portugueses que passaram, cada vez mais, a ocupar os espaços, colaborando para o estabelecimento desta “nova” sociedade que esteve na base do Estado Novo salazarista.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A Construção da Verdade Autoritária**. São Paulo: Editora USP, 2001.
- ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. Estado Novo: Projeto Político Pedagógico e a Construção do Saber. **Revista Brasileira de História**. vol. 18, n. 36, São Paulo, 1998. Cf. <<https://bit.ly/2ZyXV0B>> Acesso em: 27 de agosto de 2019.
- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AOS CO PC 4A, carta, Lisboa, julho de 1935, José Luís Supico a todas as comissões municipais da União Nacional. Apud: MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar: Biografia Definitiva**. Leya: São Paulo, 2011. p. 173.
- BRANDÃO, Helena H. Negamine. Estudos de Análise do Discurso. Tese (Livre-Docência). São Paulo: CFLCH/USP, 2001, p. 140. Apud: SILVA, Giselda Brito. **Integralismo e Estado Novo: Diálogos e Confrontos**. Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2017, p. 265.
- CAETANO, Marcello. **Minhas Memórias de Salazar**. Rio de Janeiro: Record, 1977.
- CALABRE, L. **Políticas Culturais: diálogos e tendências**. Rio de Janeiro: Edições Casa e Rui Barbosa, 2010.
- CAMPOS, Ana Maria Ferreira. Novos rumos da educação no Estado Novo: influência da abertura da economia portuguesa no pós-II Guerra Mundial no sistema de ensino português. *In: ENCONTRO DA APHES*, Coimbra, 2011. Cf. Disponível em: <<https://bit.ly/2RDRD0K>> Acesso em: 19 de fevereiro de 2019.
- CARDOSO, Débora Marina Canhoto. **Imagem e Propaganda em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial**. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, 2014. 150p. Dissertação (Mestrado em História) – História Moderna e Contemporânea – especialidade em Cidades e Patrimônios.
- Carneiro Pacheco, Portugal renovado, Lisboa, 1940. Apud: CARVALHO, Rómulo. **História do Ensino de Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime Salazar-Caetano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 761.
- CARRILHO, Manuel Maria. **A Cultura no Coração da Política**. Editorial Notícias, 2001.
- CARVALHO, Rómulo. **História do Ensino de Portugal: desde a Fundação da Nacionalidade até o Fim do Regime Salazar-Caetano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- CATROGA, Fernando. Salazar e a ditadura como regime. **Cercles. Revista d'història cultural**, ISSN: 1139-0158, núm. 14, 112, 2011.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002.
- CRUZ, Manuel Braga da. As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (II). **Análise Social**, vol. XIV (55), 1978 - 3.º. p. 525-607.

CRUZ, Manuel Braga da. Notas para uma caracterização política do salazarismo. **Análise Social**, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3. p. 773-794.

CRUZ, Manuel Braga da. **O Partido e o Estado no Salazarismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

DIX, Steffen. As esferas seculares e religiosas na sociedade portuguesa. **Análise Social**, vol. XLV (194), 2010, 5-27.

FERRO, António. **Entrevistas a Salazar**. Lisboa: Editora Parceria M. Pereira, 2007.

GARNIER, Christine. Férias com Salazar. Companhia Nacional Editora, 1962. Apud: MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar: Biografia Definitiva**. São Paulo: Leya, 2011.

GASPAR, José Martinho. **Os discursos e o discurso de Salazar**. Lisboa: Prefácio, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p.

GOMES, Ângela de Castro. “Ideologia e Trabalho no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999

GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, M.; SOIHET, R.; GONTIJO, R. **Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no Jornalismo: Discorrer, Disciplinar, Controlar**. São Paulo: Hacker Editores. Edusp, 2003.

HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph; SCHÜLLER, Florian. (Orgs.). **Dialética da Secularização: sobre Razão e Religião**. Aparecida: Ideias e Letras, 2007, p.53.

HENRIQUES, Mendo Castro; MELLO, Gonçalo de Sampaio e. (Orgs.). **Salazar: Pensamento e Doutrina Política – Textos antológicos**. Lisboa, 2007, p.4-6.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWN, E.; RANGER, T. (Orgs.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HORTA, José Silverio Baia. **A mobilização da juventude da Itália (1922-1945), em Portugal (1936-1974) e no Brasil (1937-1945)**. UFAM, p. 9. Disponível em: < <https://bit.ly/39qnmao> > Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

KUIN, Simon. A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude. **Análise Social**, vol. XXVIII (122), 1993 (3º), p. 555-588.

LUZ, Enrique. A cultura política do nazismo: problematizações e perspectivas de análise sobre a propaganda nazista. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço Editora, 2014. p. 143-168.

MADUREIRA PINTO, José. Uma Reflexão sobre Políticas Culturais. In: **Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local**. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.

- MARRONI, Maria Luísa de Castro. **Os outros e a construção da Escola Colonial Portuguesa no Boletim Geral das Colónias 1925-1951**. 2008. Dissertação (Mestrado em História da Educação) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Porto, p. 155.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **A Bem da Nação: o sindicalismo português entre a tradição e a modernidade (1933-1947)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MELO, Daniel. **Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)**. Col. Estudos e Investigações, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.
- MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar: Biografia Definitiva**. Leya: São Paulo, 2011.
- MÓNICA, Maria Filomena. Notas para a análise do ensino primário durante os primeiros anos do salazarismo. **Análise Social**. p.485-488. Cf. site da revista Análise Social. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/>> Acesso em: 22 de outubro de 2019.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço Editora, 2014. p. 143-168.
- MOURA, Carlos André Silva de. **Histórias Cruzadas: Intelectuais no Brasil e em Portugal durante a Restauração Católica (1910-1942)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.
- MOURA, Horácio. **Reflexões sobre os discursos de Salazar**. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1968.
- NOGUEIRA, Franco. **Salazar: A Mocidade e os Princípios 1889-1928**. Coimbra: Atlântida Editora, vol. I, 1977.
- NOGUEIRA, Franco. **Salazar: Os Tempos Áureos (1928-1936)**, vol. II. Coimbra: Atlântida Editora, 1977.
- OLIVEIRA SALAZAR, António. Discursos (1928-1934). Coimbra, 1935, p. 309. Discurso proferido em 28-I-1934. Apud: CARVALHO, Rómulo. **História do Ensino de Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime Salazar-Caetano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 724.
- PACHECO, Carneiro. Portugal Renovado, Lisboa, 1940. Apud: CARVALHO, Rómulo. **História do Ensino de Portugal: desde a Fundação da Nacionalidade até o Fim do Regime Salazar-Caetano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986. p.761.
- PAIS, Sandra Simões. **Propaganda – da teoria à prática: uma análise da propaganda nazi**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Sociologia, Universidade da Beira Interior. Covilhã, p. 90.
- PEREIRA, Maria Paula. A Escola Portuguesa ao serviço do Estado Novo: Lições de História de Portugal do Boletim de Ensino Primário Oficial e o Projeto Ideológico do Salazarismo. **Revista da Investigação às Práticas**, 4(1), 63-85. Universidade Aberta, Lisboa, 2004.
- PIMENTEL, Irene Flunser. **História das Organizações Femininas do Estado Novo**. Lisboa: Temas e Debates, 2001.
- PINTO, António C. As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional. **Análise Social**, vol. XXVII (116-117), 1992 (2º-3º), p. 586-588.
- PINTO, António Costa (Coord.). **Portugal Contemporâneo**. Madri, 2000.

PINTO, António Costa. **Os Camisas Azuis: Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal (1914-1945)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

PINTO, António Costa. **Os Camisas-Azuis: Rolão Preto e o fascismo em Portugal**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Recife: EDUPE, 2016

PINTO, António Costa; MARTINHOS, Francisco Carlos Palomanes (Orgs.). **O Corporativismo em Português: Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo**. Lisboa: ICS-UL: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

POSSENTI, Sírio. Sobre as noções de sentido e de efeito de sentido. In: **Análise do Discurso**. V.6, nº 2, Marília-SP: Cadernos da F.F.C.,1997.

QUINZENÁRIO PRÁ FRENTE N.º 2. Disponível em: <<https://bit.ly/2SxR60H>> Acesso em: 13 de fevereiro de 2019.

ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**, vol. XXXV (157), 2001, p. 1031-1054.

SALAZAR, António de Oliveira. Discursos (1928-1934). Coimbra, 1935, p.5. Apud: CARVALHO, op.cit., p. 722.

Salvado Sampaio, *O Ensino Primário*, I, 18. Apud: CARVALHO, Rómulo. **História do Ensino de Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime Salazar-Caetano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 700-704.

SILVA, Giselda B. A circulação de Plínio Salgado entre o Brasil e Portugal nos tempos da Segunda Guerra. In: Cunha-Rocha, Silvério; Marujo, Maria N; Teixeira, Cláudia; Martins, Marco; Rodrigues, Paulo; Borges, Maria R. (Org.). **Tópicos transatlânticos: a emergência da lusofonia num mundo plural**. 1. ed. Évora: Universidade de Évora, 2012, v. 1, p. 120-140. Artigo disponível no site Academia. Cf. <<https://bit.ly/2LPOBBT>> Acesso em: 06 de Outubro de 2019.

SILVA, Giselda Brito. A Direita Exilada: o caso de Plínio Salgado e a experiência vivida no salazarismo nos tempos da Segunda Guerra. In: SCHURSTER, Karl. *et al.* **Velhas e Novas Direitas: a atualidade de uma polémica**. Recife, PE: Editora da Universidade de Pernambuco, 2014. p. 243-258.

SILVA, Giselda Brito. **Integralismo e Estado Novo: Diálogos e Confrontos**. Recife, PE: Editora Universitária da UFRPE, 2017.

SIMPSON, Duncan. A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista. Lisboa: Edições 70, 2014, p. 35. Apud: MOURA, Carlos André Silva de. **Histórias Cruzadas: Intelectuais no Brasil e em Portugal durante a Restauração Católica (1910-1942)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

SIRINELLI, Jean-François. Histoire des Droites. Paris: Gallimard, 1992, p. 3-4. Apud: BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). **Para uma História Cultural**. Lisboa : Estampa, 1998.

SOUSA, Jorge Pais. *O Estado Novo de Salazar como um Fascismo de Cátedra. Fundamentação histórica de uma categoria política, «Storicamente»*, 5 (2009). Disponível em: <<https://bit.ly/2I8025n>> Acesso em: 25 de outubro de 2019.

TEIXEIRA LOPES, João. **Escola, Território e Políticas Culturais**. Campo das Letras, 2003.

TELO, António J. A obra financeira de Salazar: a “ditadura financeira” como caminho para a unidade política, 1928-1932. **Análise Social**, vol. XXIX (128), 1994 (4º).

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

Documentação Utilizada:

"Diário de Lisboa", nº 1577, Ano 6, Sexta, 28 de Maio de 1926, CasaComum.org, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31258> Acesso em: 27 de março de 2019.

"Diário de Lisboa", nº 3693, Ano 12, Quinta, 23 de Fevereiro de 1933, CasaComum.org, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_28853> Acesso em: 23 de agosto de 2019.

"Diário de Lisboa", nº 3693, Ano 12, Quinta, 23 de Fevereiro de 1933, CasaComum.org, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_28853> Acesso em: 23 de agosto de 2019.

"Diário de Lisboa", nº 4753, Ano 15, Terça, 11 de Fevereiro de 1936, CasaComum.org. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27582> Acesso em: 14 de dezembro de 2018.

"Diário de Lisboa", nº 4756, Ano 15, Sexta, 14 de Fevereiro de 1936, CasaComum.org, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27273> Acesso em: 14 de dezembro de 2018.

"Diário de Lisboa", nº 4758, Ano 15, Domingo, 16 de Fevereiro de 1936, CasaComum.org, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27281> Acesso em: 14 de dezembro de 2018.

"Diário de Lisboa", nº 4870, Ano 16, Terça, 9 de Junho de 1936, CasaComum.org, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27798> Acesso em: 18 de dezembro de 2018.

"Diário de Lisboa", nº 4849, Ano 16, Terça, 19 de Maio de 1936, CasaComum.org, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27555> Acesso em: 14 de dezembro de 2018.

"Diário de Lisboa", nº 2098, Ano 7, Sexta, 10 de Fevereiro de 1928, CasaComum.org, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_30494> Acesso em: 29 de março de 2019.

LEGIÃO PORTUGUESA. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1937. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5119, Ano 16, Sábado, 20 de fevereiro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27667> Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

“MOCIDADE PORTUGUESA” – Os exercícios de hoje. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mar. 1939. P.2. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5869, Ano 18, Domingo, 26 de março de 1939, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27000> Acesso em: 23 de dezembro de 2019.

OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO NACIONALISTA E A EDUCAÇÃO MORAL dos homens de amanhã foram versados numa interessante conferência do professor Marcelo Caetano. **Diário de Lisboa**. Lisboa, out. 1937. p.5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5361, Ano 17, sexta, 22 de outubro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27483> Acesso em: 21 de dezembro de 2019.

RECEBERAM HOJE AS INSÍGNIAS OS NOVOS COMANDANTES DE ‘BANDEIRA’ E DE ‘CASTELO’. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mar. 1938. P.4. Cf. Diário de Lisboa, nº 5511, Ano 17, Sábado, 26 de março de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26565> Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

A ASSEMBLEIA NACIONAL RECORDOU O 7 DE FEVEREIRO e ocupou-se da reforma do Ministério da Instrução. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1936. p.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4749, Ano 15, sexta, 7 de fevereiro de 1936, Fundação Mário Soares/DRR – DocumentosRuellaRamos. Disponível em: <<https://bit.ly/2WqAGWX>> Acesso em: 29 de outubro de 2019.

A CAMARA CORPORATIVA DEU PARECER FAVORÁVEL à proposta do ministério da instrução. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1936. p.5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4747, Ano 15, quarta, 5 de fevereiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_2754> Acesso em: 02 de novembro de 2019.

A COMEMORAÇÃO DE ALJUBARROTA. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ago. 1936. P.3. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4933, Ano 16, terça, 11 de agosto de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27284> Acesso em: 11 de janeiro de 2020.

A DIVISÃO DE BRAGA QUE A NOITE PASSADA SE REVOLTOU. **Diário de Lisboa**. Lisboa. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 1577, Ano 6, sexta, 28 de maio de 1926, CasaComum.org, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31258> Acesso em: 27 de março de 2019.

A EDUCAÇÃO FÍSICA E PRE-MILITAR DOS JOVENS foi o tema da conferência do tenente Quintino da Costa. **Diário de Lisboa**. Lisboa, out. 1937. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5362, Ano 17, Sábado, 23 de outubro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27487> Acesso em: 21 de dezembro de 2019.

A ESCOLA CENTRAL DE GRADUADOS DA ‘MOCIDADE PORTUGUESA’ concluiu hoje os seus trabalhos. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ago. 1937. P. 5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5310, Ano 17, terça, 31 de Agosto de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/3cwMtKW>> Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

A **ESFERA**, Revista de Actualidades Internacionais. N.11, Lisboa, 05 de dezembro de 1940.

A **ESFERA**, Revista de Actualidades Internacionais. N.28, Lisboa, 1941.

A FOLHA OFICIAL. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mai. 1936. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4849, Ano 16, Terça, 19 de Maio de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27555> Acesso em: 02 de outubro de 2019.

A FOLHA. **Diário de Lisboa**. Lisboa, out. 1936. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4996, Ano 16, Quarta, 14 de outubro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27987> Acesso em: 25 de outubro de 2019.

A FUTURA CONSTITUIÇÃO. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1933. Cf. "Diário de Lisboa", nº 3693, Ano 12, Quinta, 23 de fevereiro de 1933, CasaComum.org, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_28853> Acesso em: 23 de agosto de 2019.

A INAUGURAÇÃO DA CENTRAL LEITEIRA. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mai. 1941. P.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6646, Ano 21, Domingo, 25 de maio de 1941, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/2wlrH8>> Acesso em: 04 de fevereiro de 2020.

A INAUGURAÇÃO DO ESTADIO NACIONAL. **Diário de Lisboa**. Lisboa, set. 1940. P.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6392, Ano 20, Sexta, 6 de Setembro de 1940, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/3clUfHb>> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

A INSTRUÇÃO PRÉ-MILITAR DA JUVENTUDE PORTUGUESA. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1937. P.6. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5125, Ano 16, sexta, 26 de fevereiro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos. Disponível:<<https://bit.ly/2TcPPL>> Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

A MANIFESTAÇÃO NACIONAL AO CHEFE DO GOVERNO. **Diário de Lisboa**. Lisboa, abr. 1941. P.4-5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6620, Ano 21, Segunda, 28 de Abril de 1941, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/2TvYrvs>> Acesso em: 04 de fevereiro de 2020.

A MOCIDADE PORTUGUESA E AS OLIMPIADAS. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ago. 1936. P.6. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4950, Ano 16, Sexta, 28 de Agosto de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/2PDblGY>> Acesso em: 11 de janeiro de 2020.

A MOCIDADE PORTUGUESA NAS POSSESSÕES ULTRAMARINAS. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1939. P.6. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5833, Ano 18, Sexta, 17 de Fevereiro de 1939, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/2TrumNL>> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

A NOVA PATRIA. **A Republica Portuguesa**. Lisboa, Quinta-feira, 13 de Outubro de 1910, Capa. Disponível em: <<https://bit.ly/2QU5gW3>> Acesso em: 06 de junho de 2019.

A OBRA DAS MÃES PELA EDUCAÇÃO NACIONAL. **Diário de Lisboa**. Lisboa, jun. 1938. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5604, Ano 18, terça, 28 de junho de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/2TbqFgb>> Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

AO POVO PORTUGUEZ. **A Republica Portuguesa**. Lisboa, Quinta-feira, 13 de Outubro de 1910, Capa. Disponível em: <<https://bit.ly/2QU5gW3>> Acesso em: 07 de junho de 2019.

AS COMEMORAÇÕES DO 28 DE MAIO. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mai. 1938. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5572, Ano 18, Sexta, 27 de Maio de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27301> Acesso em: 12 de janeiro de 2020.

AS FESTAS DO 1º DE DEZEMBRO. **Diário de Lisboa**. Lisboa, dez. 1940. P.12-13. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6477, Ano 20, Segunda, 2 de Dezembro de 1940, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/2I8J8DL>> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

AUGUSTO SANTA RITA. POLÍTICA DO ESPÍRITO. **Diário de Lisboa**. Lisboa, jan. 1937. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5099, Ano 16, sexta, 29 de janeiro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <<https://bit.ly/38a3rLL>> Acesso em: 28 de outubro de 2019.

SANTA RITA, Augusto. Política do Espírito: Ante-projecto para a constituição do Secretariado de Belas Artes. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1937. P. 15. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5125, Ano 16, Sexta, 26 de fevereiro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <<https://bit.ly/3cpKPuj>> Acesso em: 28 de outubro de 2019.

COMEMORAÇÃO PATRIOTICA. **Diário de Lisboa**. Lisboa, abr. 1938. P.5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5534, Ano 18, Segunda, 18 de Abril de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27072> Acesso em: 12 de janeiro de 2020.

CULTURA E TECNICOS. **Diário de Lisboa**. Lisboa, out. 1937. P.9. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5364, Ano 17, segunda, 25 de outubro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27641> Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

CULTURA. **Diário de Lisboa**. Lisboa, dez. 1937. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5414, Ano 17, quarta, 15 de dezembro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27204> Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

DIÁRIO DO GOVERNO. Decreto-Lei n.º 1:941, 11 de abril de 1936. **Remodelação do Ministério da Instrução Pública**. Base XIII, p. 413. Disponível em: <<https://dre.pt/application/file/690288>> Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

DIÁRIO DO GOVERNO. Decreto-Lei n.º 22.241, 22 de fevereiro de 1933. **Constituição Política da República Portuguesa**. Título IX, Da educação, ensino e cultura nacional, Art. 43º, p. 230. Disponível em: <<https://bit.ly/33CuIod>> Acesso em: 21 de janeiro de 2019.

DIAS FERREIRA. Novos Rumos. **Diário de Lisboa**. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5511, Ano 17, Sábado, 26 de março de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26565> Acesso em: 22 de outubro de 2019.

DR. CARNEIRO PACHECO. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1936. p.3. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4758, Ano 15, domingo, 16 de fevereiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27281> Acesso em: 14 de dezembro de 2018.

ENCÍCLICA RERUM NOVARUM promulgada pelo Papa Leão XIII, apensada no site do Vaticano. Cf. <<https://bit.ly/1kW5vPo>> Acesso em: 06 de outubro de 2019.

FINANÇAS. **Diário de Lisboa**. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 2098, Ano 7, sexta, 10 de fevereiro de 1928, CasaComum.org, Disponível em: <<https://bit.ly/2ImMZ0h>> Acesso em: 29 de março de 2019.

FOI APROVADA HOJE A NOVA DESIGNAÇÃO DE "MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL". **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1936. p.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4753, Ano 15, terça, 11 de fevereiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27582> Acesso em: 30 de outubro de 2019.

FOI INAUGURADO HOJE PELO CHEFE DE ESTADO o Liceu de Fialho de Almeida. **Diário de Lisboa**. Lisboa, jun. 1937. P.8. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5238, Ano 17, domingo, 20 de junho de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27145> Acesso em: 28 de outubro de 2019.

INAUGUROU-SE ESTA TARDE o primeiro crucifixo numa escola primaria de Lisboa. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mar. 1937. P.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5141, Ano 16, Domingo, 14 de Março de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27726> Acesso em: 28 de Outubro de 2019.

BARROS, João de. Boa Herança. **Diário de Lisboa**. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 3254, Ano 11, quarta, 2 de dezembro de 1931, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_29699> Acesso em: 17 de outubro de 2019.

BARROS, João de. Educar. **Diário de Lisboa**. Lisboa, jan. 1937. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5088, Ano 16, segunda, 18 de janeiro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_2716> Acesso em: 28 de outubro de 2019.

JUVENTUDE. **Diário de Lisboa**. Lisboa, jun. 1936. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4870, Ano 16, terça, 9 de junho de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <<https://bit.ly/32lfVx4>> Acesso em: 18 de dezembro de 2018.

LEI DA SEPARAÇÃO DO ESTADO DAS IGREJAS. Cf. site República e Laicidade. Disponível em: <<https://bit.ly/2WQ2yGs>> Acesso em: 05 de outubro de 2019.

TRIGUEIROS, Luiz Forjaz. A propósito da política do espírito. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1937. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5111, Ano 16, sexta, 12 de fevereiro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <<https://bit.ly/32EsnwW>> Acesso em: 28 de outubro de 2019.

MAGALHÃES, José. O Problema da Instrução. **A Republica Portuguesa**. Lisboa, Quinta-feira, 20 de Outubro de 1910, Capa. Disponível em: <<https://bit.ly/2IckpiJ>> Acesso em: 12 de junho de 2019.

MANIFESTAÇÃO PATRIOTICA – A romagem á capela de S. Jorge e ao mosteiro da Batalha. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ago. 1936. P.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4935, Ano 16, Quinta, 13 de agosto de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27968> Acesso em: 11 de janeiro de 2020.

MENOS APARENCIAS E MAIS EDUCAÇÃO! **Diário de Lisboa**. Lisboa, nov. 1937. P.10-11. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5400, Ano 17, terça, 30 de novembro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em:<http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27172> Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Gabinete do Ministro. Lisboa, 25 de janeiro de 1939. Disponível em: <<https://bit.ly/2Bbhr9Q>> Acesso em: 28 de agosto de 2019.

MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL. **Diário de Lisboa**. Lisboa, abr. 1937. P.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5173, Ano 17, Quinta, 15 de abril de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27221> Acesso em: 28 de outubro de 2019.

MOCIDADE PORTUGUESA – CLASSE DE GIMNASTICA. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1940. P.3. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6198, Ano 19, Domingo, 25 de Fevereiro de 1940, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_25813> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

MOCIDADE PORTUGUESA – INSIGNIA DESPORTIVA PARA DIRIGENTES. **Diário de Lisboa**. Lisboa, ago. 1940. P.2. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6355, Ano 20, Quinta, 1 de Agosto de 1940, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_25655> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

MOCIDADE PORTUGUESA, A ENTREGA DAS INSIGNIAS A GRADUADOS. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mai. 1937. P.8. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5210, Ano 17, Domingo, 23 de Maio de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27739> Acesso em 03 de fevereiro de 2020.

MOCIDADE. **Diário de Lisboa**. Lisboa, abr. 1938. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5546, Ano 18, Sábado, 30 de Abril de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27098> Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

MOCIDADE. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mar. 1938. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5513, Ano 17, segunda, 28 de março de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26571> Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

NA ASSEMBLEIA NACIONAL. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1936. P.5. "Diário de Lisboa", nº 4752, Ano 15, segunda, 10 de fevereiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <<https://bit.ly/2VBrrVt>> Acesso em: 15 de outubro de 2019.

O CHEFE DE ESTADO E O MINISTRO DA EDUCAÇÃO VISITARAM HOJE A QUINTA DE PALHAVÃ. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mai. 1938. P.5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5571, Ano 18, Quinta, 26 de Maio de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26521> Acesso em: 22 de dezembro de 1938.

O CHEFE DE ESTADO VISITOU O ACAMPAMENTO DA QUINTA DA MARINHA. **Diário de Lisboa**. Lisboa, abr. 1941. P.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6602, Ano 21, Quinta, 10 de abril de 1941, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_24757> Acesso em: 04 de fevereiro de 2020.

O CHEFE DO ESTADO INAUGUROU A PONTE 'DUARTE PACHECO'. **Diário de Lisboa**. Lisboa, set. 1941. P.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6762, Ano 21, Quinta, 18 de setembro de 1941, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_25041> Acesso em: 04 de fevereiro de 2020.

O EXÉRCITO NOVO E A MOCIDADE. **Diário de Lisboa**. Lisboa, jul. 1937. P.6. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5253, Ano 17, segunda-feira, 5 de Julho de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27404> Acesso em 24 de janeiro de 2020.

O INICIO DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS. **Diário de Lisboa**. Lisboa, jun. 1940. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6295, Ano 20, Domingo, 2 de Junho de 1940, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <<https://bit.ly/32GHrXz>> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

O MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA passará a denominar-se Ministério da Educação Nacional? **Diário de Lisboa**. Lisboa, jan. 1936. p.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4732, Ano 15, segunda, 20 de janeiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <<https://bit.ly/2C17Tik>> Acesso em: 30 de outubro de 2019.

O NOTÁVEL DISCURSO QUE O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO PROFERIU ONTEM. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mar. 1938. P. 10-11. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5508, Ano 17, quarta, 23 de março de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26559> Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

O NOVO GÓVERNO: Os ministros receberam cumprimentos. **Diário de Lisboa**. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4732, Ano 15, segunda, 20 de janeiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26937> Acesso em: 18 de outubro de 2019.

O PALÁCIO DOS CONDES DE ALMADA foi hoje doado ao Estado Português e entregue à Sociedade Histórica da Independência. **Diário de Lisboa**. Lisboa, nov. 1940. P.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6470, Ano 20, Domingo, 24 de Novembro de 1940, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_25824> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

O SR. MINISTRO DO COMÉRCIO dirigiu uma exortação á mocidade na conferência que hoje realizou em Coimbra. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1937. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5126, Ano 16, Sábado, 27 de fevereiro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos

Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27695> Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

O TERCEIRO REICH – A mocidade alemã considera a guerra um prazer e um desporto. **Diário de Lisboa**. P. 4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4865, Ano 16, Quinta, 4 de junho de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27778> Acesso em: 16 de janeiro de 2020.

OBRA DAS MÃES PELA EDUCAÇÃO NACIONAL. *Programa do Curso de Agentes de Educação Familiar*. Escola Tipográfica do Reformatório de Caxias. [19--], p. 5.

OS CADETES DA MOCIDADE PORTUGUESA receberam hoje instrução militar. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1938. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5478, Ano 17, Domingo, 20 de fevereiro de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26844> Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

OS DIRIGENTES DA “MOCIDADE PORTUGUESA” reuniram-se hoje foram cumprimentar o ministro da Educação da Educação Nacional. **Diário de Lisboa**. Lisboa, out. 1937. P.4-5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5360, Ano 17, Quinta, 21 de outubro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27479> Acesso em: 21 de dezembro de 2019.

PALAVRAS DE BARRÈS. **Diário de Lisboa**. Lisboa, dez. 1931. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 3254, Ano 11, quarta, 2 de dezembro de 1931, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_29699> Acesso em: 17 de outubro de 2019.

PARTIU HOJE PARA ROMA O SR. DR. CARNEIRO PACHECO EMBAIXADOR DE PORTUGAL NO VATICANO. **Diário de Lisboa**. Lisboa, set. 1940. P.4. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6414, Ano 20, Sábado, 28 de Setembro de 1940, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_25755> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

POLÍTICA DO ESPÍRITO – Ante-projecto para a constituição do Secretariado de Belas Artes. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1937. P.15. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5125, Ano 16, sexta, 26 de fevereiro de 1937, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27691> Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

PORTUGAL. **Constituição de 1933**. Lisboa, Portugal. 11 de abril de 1933.

PORTUGAL. **Constituição Portuguesa de 1911**. Lisboa, Portugal. 19 de julho de 1911.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 1:941, 11 de abril de 1936. Remodelação do Ministério da Instrução Pública. Base XIII, p. 413. **Diário do Governo**. Disponível em: <<https://dre.pt/application/file/690288>> Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 1:941, 11 de abril de 1936. Remodelação do Ministério da Instrução Pública. **Diário do Governo**. Disponível em: <<https://bit.ly/2TdZkd7>> Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 22.241, 22 de fevereiro de 1933. Constituição Política da República Portuguesa. Título IX, Da educação, ensino e cultura nacional, Art. 43º, p. 230. **Diário do Governo**. Disponível em: <<https://bit.ly/2PAPIIh>> Acesso em: 21 de janeiro de 2019.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 26.611, 19 de maio de 1936. Regimento da Junta Nacional de Educação. **Diário do Governo**. Título V, Disposições Gerais, Art. 40º, p.545. Disponível em: <<https://dre.pt/application/file/362664>> Acesso em: 22 de janeiro de 2019.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 26:611, 19 de maio de 1936. Regimento da Junta Nacional de Educação. **Diário do Governo**. Disponível em: <<https://dre.pt/application/file/362664>> Acesso em: 22 de janeiro de 2019.

PORTUGAL. Lei n.º 1.941, 11 de abril de 1936. **Ministério da Instrução Pública**. Base XI, p.287

PORTUGAL. Ministério da Instrução Pública. Decreto-Lei n.º 1.941 de 11 de abril de 1936. Remodelação do Ministério da Instrução Pública. **Diário do Governo**. I Série, n.º 84, 11 de abr. 1936.

PROBLEMAS DE NOSSO TEMPO. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1936. Capa. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4756, Ano 15, sexta, 14 de fevereiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <<https://bit.ly/3cfIQsu>> Acesso em: 14 de dezembro de 2018.

PROSEGUIU HOJE A APRECIACÃO DA REFORMA DO MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1936. p.5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 4752, Ano 15, segunda, 10 de fevereiro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_27578> Acesso em: 12 de fevereiro de 2019.

SALAZAR, António Oliveira. "*Finanças*". (1928), "**Diário de Lisboa**", nº 2098, Ano 7, sexta, 10 de fevereiro de 1928, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_30494 (2019-10-26). Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

SECRETARIADO DE PROPAGANDA NACIONAL. **Diário de Lisboa**. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5036, Ano 16, segunda, 23 de novembro de 1936, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível em: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26944> Acesso em: 25 de outubro de 2019.

TEIXEIRA, Judith. Formar Homens. **Diário de Lisboa**. Lisboa, mar. 1938. Cf. "Diário de Lisboa", nº 5488, Ano 17, Quinta, 3 de março de 1938, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos. Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26884> Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

UMA VISITA DE GRADUADOS DA 'MOCIDADE PORTUGUESA' ÀS OBRAS MUNICIPAIS EM CURSO. **Diário de Lisboa**. Lisboa, fev. 1942. P.5. Cf. "Diário de Lisboa", nº 6894, Ano 21, Domingo, 1 de fevereiro de 1942, Fundação Mário Soares / DRR -

Documentos Ruella Ramos, Disponível: <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_26121> Acesso em: 04 de fevereiro de 2020.

Sites visitados:

Fundação Mário Soares. Disponível em: < <http://www.fmsoares.pt/>>.

Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>>.

Análise Social. Disponível em: < <http://analisesocial.ics.ul.pt/>>.

Centro Acadêmico da Democracia Cristã. Disponível em: <<http://www.cadc.pt/crono.html>>
Acesso em: 12 de Junho de 2019.

